



MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RÓDÃO
Câmara Municipal



Abril de 2018

Relatório de Gestão 2017



Índice

1. INTRODUÇÃO.....	3
1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	3
2. CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO	3
2.1. CONTEXTOS E LIMITES ADMINISTRATIVOS.....	3
2.2. DEMOGRAFIA.....	5
2.3. ACESSIBILIDADES.....	7
2.4. ECONOMIA E EMPREGO.....	7
3. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO	9
3.1. ENQUADRAMENTO.....	9
3.2. RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2017.....	11
3.2.1. TURISMO, ECONOMIA E PATRIMÓNIO.....	11
3.2.2. OBRAS MUNICIPAIS.....	15
3.2.3. EDUCAÇÃO E CULTURA.....	18
3.2.4. AMBIENTE E PROTEÇÃO CIVIL	27
3.2.5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES	29
3.2.6. AÇÃO SOCIAL E ASSOCIATIVISMO.....	33
3.2.7. GESTÃO MUNICIPAL.....	40
4. ANÁLISE ORÇAMENTAL	42
4.1. ORÇAMENTO.....	42
4.1.1. ANÁLISE SUMÁRIA.....	42
4.1.2. DADOS HISTÓRICOS	44
4.1.3. RECEITA	47
4.1.4. DESPESA	53
4.1.5. COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS	61
4.1.6. ORÇAMENTO / GRANDES OPÇÕES DO PLANO	63
4.2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	64
4.2.1. EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI).....	64



4.2.2.	EXECUÇÃO DO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS (PAM).....	67
4.3.	INDICADORES ORÇAMENTAIS	70
5.	ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	83
5.1.	ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LÍQUIDO.....	83
5.2.	ANÁLISE ECONÓMICA.....	85
5.3.	ANÁLISE FINANCEIRA.....	89
6.	APURAMENTO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES	93
7.	EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO.....	95
8.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	97



1. INTRODUÇÃO

1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o regime financeiro dos municípios. De acordo com o n.º 1 do artigo 6.º deste diploma legal, os Municípios têm património e finanças próprias, cuja gestão compete aos respetivos órgãos e autonomia financeira, que assenta nos poderes estabelecidos no n.º 2, alíneas a) a f) do artigo 6.º do mesmo diploma legal, nomeadamente elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas.

No que respeita à contabilidade, o regime contabilístico das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respetivo património, bem como a apreciação e julgamento do resultado anual da atividade autárquica. A contabilidade das autarquias locais respeita o Plano de Contas em vigor para o setor local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, definido no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, de aplicação obrigatória a todas as Autarquias Locais, conforme estipula o n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

Em conformidade com o disposto anteriormente, e com o estipulado nas considerações técnicas do POCAL, na Lei orgânica e processo do Tribunal de Contas e na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o executivo da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão apresenta, para apreciação, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental, os Anexos às Demonstrações Financeiras, o Relatório de Gestão e o Inventário do Património Municipal, relativos ao exercício findo a 31 de dezembro de 2017.

2. CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO

Vila Velha de Ródão é um concelho da Beira Interior Sul, que se destaca pela riqueza e diversidade, dos recursos naturais, patrimoniais e culturais que dispõe e são postos à disposição do serviço de desenvolvimento, através de uma estratégia de valorização impulsionada pela autarquia, em estreita colaboração e articulação com os seus parceiros institucionais e com as diversas entidades públicas e privadas.

A atividade industrial do concelho, assente na fileira do papel, assume um lugar de destaque enquanto agente económico e empregador do concelho, contribuindo de forma significativa para os níveis do PIB regional e nacional; conta ainda com unidades produtoras de energias renováveis, ao nível da biomassa; conta com uma agricultura em renovação e expansão; e uma atividade agroindustrial que valoriza os produtos regionais (queijo, enchidos, mel, presuntos, azeite e vinho). Possui ainda uma extensão significativa de povoamentos florestais produtivos. Este panorama resume o potencial gerador de riqueza do concelho.



O setor turístico, que possui um enorme potencial, encontra-se em desenvolvimento, estando a ser efetuados e/ou programados importantes investimentos a esse nível, que permitirão colocar este setor num outro estágio de desenvolvimento.

A atividade turística associada à paisagem, à biodiversidade e à oferta cultural instalada (museus, sítios arqueológicos, programação cultural) contribuem decisivamente para o impulsionamento deste território, que apresenta ainda um grande potencial de crescimento.

O setor terciário, em franco desenvolvimento, tem vindo a afirmar-se em torno das atividades relacionadas com os serviços sociais, circunstância determinada pelo envelhecimento da sua população.

Este concelho pretende consolidar e dar continuidade ao processo de orientação estratégica afirmativa, focada nas vertentes do desenvolvimento territorial equilibrado e harmonioso, da modernização das estruturas económicas e empresariais e a mais importante de todas as vertentes, a populacional, para a qual deverão ser direcionados esforços adicionais aos níveis da retenção, atração e do rejuvenescimento da mesma, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento estratégico do concelho.

2.1. CONTEXTOS E LIMITES ADMINISTRATIVOS

De acordo com a reconfiguração das NUT III, a Sub-Região da Beira Baixa é composta pelos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão.

A localidade de Vila Velha de Ródão é sede de município, constituída por 42 localidades, apresenta uma extensão aproximada de 330 Km² e tem 3261 habitantes¹, o que representa uma densidade populacional de 9,9 habitantes/Km².

No que respeita às vias de comunicação, Vila Velha de Ródão é atravessada, em toda a sua extensão, pelos dois principais eixos viários estruturantes da Beira Interior. A linha férrea da Beira Baixa e os eixos rodoviários IP2, A23 e N18, os quais têm contribuído, decisivamente, como causa e consequência do desenvolvimento do município e da região, ao longo dos tempos.

Apesar da posição geograficamente periférica que Vila Velha de Ródão ocupa no território, devemos entendê-la como estratégica, se observada na ótica de aproximação às regiões espanholas. A centralidade da Beira Baixa entre as capitais de Lisboa e Madrid pode vir a diminuir esta situação periférica e possibilitar a afirmação geoestratégica, ainda que o concelho de Vila Velha de Ródão que se encontra muito próximo de Espanha, este não seja servido por ligações viárias transfronteiriças.

¹ INE - Estimativas Anuais da População Residente. Fonte: PORDATA

O concelho encontra-se subdividido em 4 freguesias: Fratel, Perais, Sarnadas de Ródão e Vila Velha de Ródão. Este encontra-se limitado a norte e a leste por Castelo Branco, a sueste por Espanha, a sul por Nisa e a oeste por Mação e Proença-a-Nova.

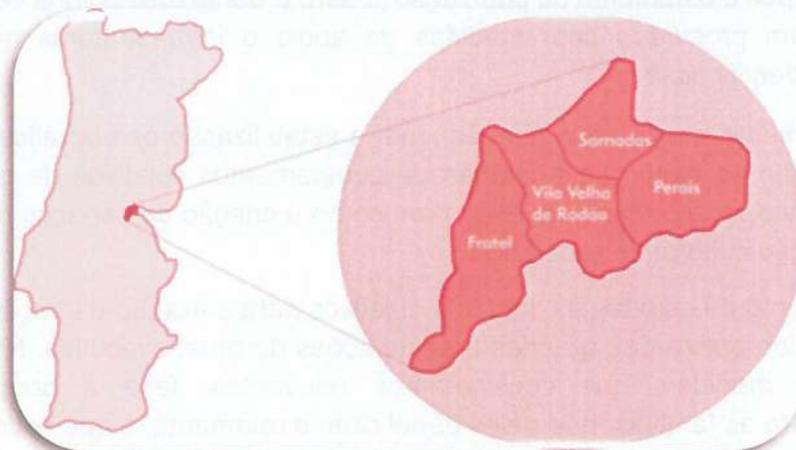


Figura 1 – Concelho de Vila Velha de Ródão

2.2. DEMOGRAFIA

De acordo as estimativas anuais da população residente publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística, Vila Velha de Ródão, a 31 de dezembro de 2016, contava com 3.261 habitantes, com uma distribuição que mostra a tendência para a concentração da sua população na sede do concelho. De acordo com a tabela nº 2, a evolução dos efetivos populacionais e a sua distribuição por grandes grupos etários mostra a tendência estrutural para o envelhecimento.

Grupos Etários	Efetivos populacionais
0 - 14 anos	164
15 - 64 anos	1.808
> = 65 anos	1.289
Total	3.261

Tabela 1 – INE - Estimativas Anuais da População Residente – Concelho de V.ª V.ª de Ródão | Ano: 2016 | Fonte: PORDATA

Na região da CIMBB², a evolução populacional nos últimos anos foi territorialmente diferenciada, tendo o concelho de Castelo Branco sido o único que apresentou uma evolução positiva, sendo que na última década registou um crescimento na ordem dos 0,7%. Os restantes municípios registaram perdas significativas desde 1991, sendo valores percentuais entre 25% (Proença-a-Nova, Oleiros) e 30% (Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão).

Para inverter esta tendência e promover o rejuvenescimento populacional o executivo municipal definiu, como prioritário a criação de medidas que proporcionassem a fixação de jovens e famílias no concelho, procurando que, num curto prazo de tempo, esta realidade demográfica possa vir a ser invertida ou pelo menos estabilizada. Para cumprimento deste objetivo foram definidas e implementadas, medidas ativas de promoção do emprego, através da captação de investimento para a região. Uma das mais importantes medidas passou pela definição e

² Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa



implementação de políticas relacionadas com a construção de habitação e de apoio ao arrendamento, dada a necessidade identificada e registada nesta área.

Tratam-se de medidas estruturantes para o concelho e que visam a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e o aumento da população jovem. É dentro desta linha de pensamento que, o executivo, tem procurado criar medidas de apoio e infraestruturas que respondam às necessidades identificadas.

Complementarmente a esta preocupação, com a estabilização demográfica no concelho, tem sido preocupação do executivo a criação de equipamentos coletivos de qualidade, ao nível cultural, educativo, desportivo e de lazer, bem como a criação de espaços públicos atrativos e uma programação cultural de excelência.

O desenvolvimento de estratégias, metas e objetivos para a fixação e atração de jovens para o concelho têm sido outras das grandes preocupações do atual executivo. Nesse âmbito foram implementadas medidas, que consideramos relevantes, face à poupança que estas representam para as famílias, que deles beneficiam diretamente, e que escolheram Vila Velha de Ródão para residir.

Medidas como o apoio ao arrendamento jovem e a famílias numerosas, a gratuidade na frequência das creches e jardim-de-infância, a oferta dos manuais escolares aos alunos do ensino básico (1º e 2º e 3º ciclos de ensino), a aplicação da taxa reduzida do imposto municipal sobre imóveis (IMI), a aplicar na habitação própria e permanente. Estas foram algumas das medidas criadas e implementadas, com o intuito de inverter a desertificação no concelho.

As medidas criadas pelo atual executivo contribuíram, de forma decisiva, para a evolução da qualidade de vida dos seus munícipes e contribuíram para a fixação de pessoas no concelho. É com enorme satisfação que verificamos que desde 2013 a esta parte, se registou um crescimento na ordem dos 22,98%, no que respeita ao número de alunos a frequentar o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão e de 80% no que respeita ao número de crianças a frequentar a Creche das IPSS's do Concelho. Os números registados são o reflexo das medidas implementadas pelo executivo, desde o início do mandato, com o intuito de inverter as tendências da desertificação e do envelhecimento populacional.

De acordo com um estudo acerca da facilidade de comprar casa no nosso país, efetuado pela plataforma ComparaJá.pt, verificou-se que o município português em que é mais acessível comprar casa é o de Vila Velha de Ródão em que, por exemplo, um casal tem de trabalhar apenas 9,3 anos para comprar uma habitação com cerca de 120m². Este estudo é efetuado tendo por base os valores do salário médio por município, que em 2017 no concelho de Vila Velha de Ródão rondava os 888€ líquidos, e os dados do barómetro nacional de imobiliário, respeitantes ao preço por m² em cada um dos municípios no primeiro trimestre de 2017. Os dados publicados pela plataforma demonstram que no que respeita ao setor imobiliário Vila Velha de Ródão é um local de excelência para a compra de habitação.

Podemos afirmar que hoje, Vila Velha de Ródão apresenta condições favoráveis e atrativas, para todos aqueles que procuram neste território o local para viver e trabalhar.



2.3. ACESSIBILIDADES

O concelho beneficia de uma boa rede viária, bem localizada em relação aos grandes centros urbanos ibéricos: dista 209 km de Lisboa, 250 km do Porto, 160 km de Cáceres e 489 km de Madrid.

O município é atravessado por um corredor traçado na diagonal ao território, na direção SW-NE, formado pela autoestrada A23 e pela linha ferroviária da Beira Baixa. A localização do concelho e o acesso a estas vias estruturantes, que possibilitam uma rápida e eficaz ligação ao restante território nacional e a Espanha, constituem vantagens competitivas para a atividade económica e a mobilidade de pessoas e mercadorias.

2.4. ECONOMIA E EMPREGO

De acordo com os dados recolhidos no Censos 2011, no concelho de Vila Velha de Ródão, apesar da destacada importância da atividade industrial, o setor terciário era o que mais trabalhadores empregava. As atividades com maior destaque neste setor são as da natureza social (38,7%) e as relacionadas com a atividade económica (25,3%).

Setor de Atividade	%
Setor Primário	5%
Setor Secundário	31%
Setor Terciário	64%

Tabela 2 – Proporção da População Empregada por Setor Fontes INE, Censos 2011

O tecido empresarial do concelho é composto, maioritariamente, por pequenas empresas, algumas delas ligadas à fileira agroindustrial e que apostam no fabrico de produtos regionais de qualidade reconhecida, destacando-se entre eles, o queijo, o azeite, os enchidos, o presunto, o mel e a doçaria.

A autarquia tem conseguido ainda captar novos investimentos, nomeadamente ao nível do setor primário, dos quais gostaríamos de evidenciar o investimento realizado por um grupo turco, na ordem dos cinco milhões de euros dirigidos para a plantação e exploração de nogueiras e de um outro investimento, realizado por um empresário português, que se encontra a realizar a plantação de aproximadamente 200 hectares de árvores de frutos secos.

Ainda no domínio agrícola, apraz-nos realçar o investimento concretizado, na freguesia de Sarnadas de Ródão, relativo a uma exploração vitivinícola, numa propriedade com cerca de dez hectares, o qual contemplou ainda a construção de uma adega.

O investimento privado que tem merecido o foco da nossa atenção e assume-se já como um eixo estratégico, em que o sucesso é visível e objetivo, materializando-se em investimentos muito relevantes não só na área industrial, mas também muito significativos nas áreas da agricultura e do turismo.

O setor terciário, em franco crescimento, tem vindo a afirmar-se, em torno das atividades ligadas aos serviços sociais, circunstância essa, determinada pelo envelhecimento da população, um problema transversal a todos os municípios do interior. O setor turístico, que possuiu um potencial fortíssimo, encontra-se em expansão, tendo sido efetuados importantes investimentos nesta área, que irão permitir impulsionar este setor para uma fase de desenvolvimento mais avançada.



Pretende-mos continuar a centrar os nossos esforços na captação de investimento privado, em particular na área do turismo, área em que os investimentos promovidos pelo município na requalificação urbanística e patrimonial a par da dinâmica económica que hoje registamos, criaram condições ímpares para o sucesso dos projetos e dos investimentos que pretendemos atrair. Mas a atração de investimento não é um fim em si mesmo, é apenas um meio para prosseguirmos o fim que pretendemos atingir, criação de emprego e fixação de pessoas.

Seria expectável que dado a dinâmica económica que registamos o mercado imobiliário tivesse a capacidade dar resposta e criar ofertas atrativas e que fossem de encontro às necessidades sentidas, de facto assim não tem sido e o município tem sentido essa lacuna que acompanha e tem procurado superar com um conjunto de iniciativas.

Pretendemos que todos os aqui encontram emprego possam também fixar a sua residência, acreditamos que este projeto dará um contributo muito decisivo e estamos absolutamente determinados em prosseguir esta linha.

A criação de equipamentos coletivos de qualidade e a requalificação de infraestruturas de lazer têm sido encarados como uma mais-valia e como um elemento impulsionador do setor turístico, a título de exemplo podemos referir a Requalificação das Piscinas Municipais de Vila Velha de Ródão, a construção do novo Ginásio Municipal, a Renaturalização do Ribeiro da Foz do Cobreão, bem como a beneficiação de estradas e caminhos municipais por todo o concelho.

No que respeita a grandes empresas localizadas neste território, destacam-se a *Celtejo*, produtora de pasta de papel branqueado e detentora de uma unidade de co-geração, a *The Navigator Tissue Ródão* produtora de *papel tissue*, e a *Paperprime*, também esta ligada à fileira do papel. As duas primeiras empresas a que nos referimos são as maiores empregadoras do concelho, e contribuem para que Vila Velha de Ródão, quando comparado com os restantes municípios da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, seja aquele que regista o menor número de desempregados inscritos no Centro de Emprego, conforme podemos verificar na tabela 4.

Nº de Desempregados Inscritos - Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa	
Castelo Branco	1.679
Idanha-a-Nova	444
Oleiros	102
Penamacor	181
Proença-a-Nova	161
Vila Velha e Ródão	71

Tabela 3 – Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego³ a 31.12.2017 | Fonte: PORDATA

Acresce a esta situação a implantação de uma nova unidade industrial, ligada ao setor do papel plastificado e que se estima, de acordo com protocolo assinado com a Câmara Municipal e já presente à Assembleia Municipal, que inicie a sua construção ainda durante o ano 2017. Esta nova unidade industrial representa um investimento na ordem dos 10 milhões de euros e prevê a criação de 40 postos de trabalho diretos, contribuindo de forma significativa para o crescimento do tecido empresarial do concelho. A este projeto estarão também ligados outros

³ <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela> (Dados obtidos em www.pordata.pt a 24-03-2018)



investimentos na área da construção imobiliária, facto que levará este concelho a ser o grande empregador da região e cujas taxas de desemprego são apenas residuais e de cariz permanente.

De acordo a informação disponível na PORDATA (Base de Dados Portugal Contemporâneo), o concelho de Vila Velha de Ródão tem vindo a afirmar a sua capacidade exportadora, quando falamos na proporção das exportações ao nível do comércio internacional de bens, como se pode verificar nas tabelas 5 e 6, ocupando neste momento o 1º lugar, ao nível da CIMBB e o 6º a nível nacional.

Exportações - CIMBB				
			Valores Provisórios	Valores Preliminares
	2013	2014	2015	2016
Castelo Branco	47.669.735€	- €	36.871.520€	44.752.379€
Idanha-a-Nova	36.105€	49.056€	11.353€	282.690€
Oleiros	14.764.214€	14.737.419€	14.964.996€	12.182.811€
Penamacor	1.388.106€	1.368.498€	2.348.113€	1.298.003€
Proença-a-Nova	1.385.875€	2.235.151€	1.784.856€	1.709.752€
Vila Velha de Ródão	88.626.893€	95.496.174€	108.878.096€	1.403.015.477€
TOTAL	153.870.928€	113.886.298€	164.858.934€	1.463.241.112€

Tabela 4 – Exportações do Comércio Internacional de Bens | 2013-2016 | Fonte: PORDATA

Exportações – Ranking Nacional		
	Concelho	Valor das Exportações
1º	Lisboa	5.637.165.695€
2º	Palmela	2.214.485.791€
3º	Vila Nova de Famalicão	1.913.291.929€
4º	Guimarães	1.477.635.500€
5º	Maia	1.453.444.269€
6º	Vila Velha de Ródão	1.403.015.477€

Tabela 5 – Exportações do Comércio Internacional de Bens Ranking Nacional | 2013-2016 | Fonte: PORDATA

3. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

3.1. ENQUADRAMENTO

Após o longo período de recessão pelo qual o país atravessou, a economia portuguesa, em franca recuperação, ainda dá sinais de incerteza, no que se refere à saúde das finanças públicas e ao futuro da economia do país.

Segundo os dados publicados no Boletim Económico do Banco de Portugal, no terceiro trimestre de 2017, de acordo com a estimativa divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a atividade económica cresceu 2,5% face ao período homólogo (2,9% no primeiro semestre) e 0,5% face ao trimestre anterior. Esta evolução traduz um abrandamento da atividade, em termos homólogos, após um perfil marcadamente ascendente entre o terceiro trimestre de 2016 e o segundo trimestre de 2017. A desaceleração da atividade económica no terceiro trimestre, em termos homólogos, está refletida na evolução de um conjunto de indicadores quantitativos de curto prazo, embora não de forma generalizada. As exportações



desaceleraram, tanto na componente de bens como nos serviços, após o elevado dinamismo observado no primeiro semestre. No que se refere à procura interna, o consumo privado acelerou.

Pode ler-se ainda que a evolução da atividade económica em Portugal traduziu-se, no conjunto dos três primeiros trimestres de 2017, num diferencial positivo de crescimento face à área do euro, interrompendo um longo período de diferenciais médios anuais negativos observados entre 2000 e 2016 (apenas com a exceção de 2009). Com efeito, o crescimento homólogo do PIB português foi superior ao da área do euro no primeiro semestre de 2017.

A economia portuguesa beneficiou, e prevê-se que irá continuar a beneficiar, segundo o horizonte de projeção 2017-2020 efetuado pelo Banco de Portugal, de um enquadramento externo favorável.

No que concerne à administração local, verificamos que os municípios desempenham hoje um papel fundamental, no que se refere ao desenvolvimento dos territórios, através da concretização de investimentos importante em infraestruturas básicas e necessárias ao reforço da qualidade de vida das suas populações e que, conseqüentemente, se debatem com constrangimentos associados ao seu financiamento bem como a consolidação do seu eventual papel de mediador entre o poder central e a população, no sentido de assegurar recursos e meios de desenvolvimento necessários.

O papel do poder local está em constante transformação e hoje os municípios possuem, a seu cargo, inúmeras competências. Competências associadas ao planeamento e ordenamento do território, ambiente, acessibilidades, cultura, desporto e tempos livres, educação e ação social, saúde, entre outras. A inovação é uma necessidade básica e transversal a qualquer organização, sobretudo quando pensamos na prestação de um serviço público de qualidade, capaz de responder de forma rápida e adequada às exigências e expectativas dos munícipes, no sentido de prestar um serviço público eficiente, eficaz, económico e de qualidade.

É nesta tentativa de dar uma resposta de qualidade aos munícipes, que as autarquias se têm vindo a substituir, gradualmente, à Administração Central no sentido da resolução de necessidades prementes das populações e à promoção de parcerias e ações de estímulo nas mais diversas áreas. São ações desta natureza que conferem ao concelho de Vila Velha de Ródão níveis de emprego e coesão social verdadeiramente excecionais, face à realidade nacional.

De acordo com os dados publicados no anuário financeiro de 2016, Vila Velha de Ródão foi considerado como o melhor município português de pequena dimensão, no Ranking Global dos Municípios Portugueses. O estudo realizado pela Ordem dos Contabilistas Certificados demonstrou que o Município de Vila Velha de Ródão ocupa também a primeira posição no Distrito de Castelo Branco, entre todas as autarquias.

O estudo apresenta a análise económica e financeira das contas dos 308 municípios relativas ao exercício económico de 2016.

O executivo encara estes resultados com grande satisfação, já que estes demonstram o rigor da gestão que tem sido feita no Município ao longo destes últimos quatro anos. Estes números são ainda mais expressivos se tivermos em conta que o investimento do município não foi prejudicado. Foram realizados fortes investimentos em infraestruturas importantes para o concelho e foram ainda reforçadas as políticas sociais. Os resultados alcançados demonstram



que é possível compatibilizar este tipo de políticas com o rigor de gestão, sem prejudicar o desempenho da autarquia quer na execução de obra, quer nos apoios sociais, melhorando mesmo a saúde financeira do município.

O balanço que hoje apresentamos é o reflexo de uma política que, ao longo dos tempos, tem atraído para este concelho, condições de excelência no que respeita à captação de investimentos, à valorização do território e à preservação dos seus valores patrimoniais mais genuínos, a preocupação com as famílias e com as suas condições de vida, a educação, a difusão do conhecimento, o apoio à dinâmica associativa e à prática desportiva, a modernização e qualificação da administração local, bem como às política de prestação de serviços qualificados e promotores da proximidade para com os cidadãos.

3.2. RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2017

3.2.1. TURISMO, ECONOMIA E PATRIMÓNIO

O turismo de natureza e o turismo cultural têm-se vindo a revelar como uma atividade económica interessante para o concelho de Vila Velha de Ródão, o qual apresenta uma forte vocação e apelo na área. As suas manifestações de interesse perpassam vários domínios, como o património natural e paisagístico, arqueológico e gastronómico. É com o turismo de natureza e cultural, baseado em produtos locais de qualidade, que a autarquia tem vindo a investir neste importante eixo de desenvolvimento e simultaneamente impulsionado o desenvolvimento, equilibrado, do tecido empresarial, atraindo a criação de empresas do setor turístico, ao mesmo tempo que desenvolve uma política de atração e captação de outros investimentos.

A preservação e divulgação do nosso património cultural, em particular o património ligado à arte rupestre do vale do tejo, enquanto elemento fortemente identitário e distintivo tem sido um dos eixos estratégicos em que o executivo tem vindo a apostar, desde o início do seu mandato.

Atualmente, são muitos os motivos de orgulho do executivo, no que se refere ao trabalho desenvolvido na área do turismo, bem como na criação e no melhoramento das condições existentes e na realização de atividades potenciadoras e de atração turística, entre elas:

→ **A V edição do Festival das Sopas de Peixe**, decorreu nos dias 16 e 17 de setembro, no campo de feiras em Vila Velha de Ródão. Este evento foi um enorme sucesso, e contou com a participação de artistas bem conhecidos, do panorama nacional, e um programa de animação repleto de música, desporto e boa disposição, que promoveu a excelente gastronomia e os produtos regionais.

Rita Guerra e a fadista Raquel Tavares proporcionaram um espetáculo ímpar, não podemos no entanto deixar de referir que a música tradicional mereceu destaque e enriqueceu grandemente o evento com a atuação das Bandas filarmónicas de Fratel, Nisa e Sertã.

Destaque ainda para as iniciativas *Sunset Colour Party*, que juntou em Ródão 250 participantes, atividades aquáticas desenvolvidas no Rio Tejo, contaram com a presença de 200 participantes, os quais deram um colorido muito especial a este fim de semana.

O Festival das Sopas de Peixe permitiu ainda dinamizar a restauração local, que contou com uma elevada adesão, a par do mercado de produtos locais e outro dedicado ao pão e diversão para todas as idades.

Os irresistíveis sabores do rio foram, porém, o grande atrativo deste fim-de-semana repleto de animação e boa gastronomia. A restauração e a economia de Vila Velha de Ródão saem reforçadas de mais um Festival das Sopas de Peixe que é, cada vez mais, um evento incontornável no cartaz gastronómico da região.

Durante dois dias, Vila Velha de Ródão foi destino de eleição por parte de muitas pessoas que, organizados em grupo ou individualmente, quiseram visitar o evento e o concelho.



→ Integrado no Festival das Sopas de Peixe, foi realizado um *workshop* dedicado ao tema **Marketing e Produtos Regionais**. Esta iniciativa procurou debater um tema importante para o concelho e para a região, com especialistas reconhecidos, com o intuito de promover, divulgar e valorizar o que melhor se produz no território e na região. O *workshop* foi local escolhido pelo consultor, contratado pelo município para o evento, para proceder à apresentação do *Diagnóstico de Análise prospetiva – Estratégia para o futuro*, resultado do trabalho realizado junto dos produtores locais por Luís Filipe Simões, enquanto consultor do município, no evento.

O evento contou com a presença dos presidentes da Câmara de Vila Velha de Ródão, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Ana Abrunhosa; da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, Luís Correia; e da Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa, Sérgio Bento; Pedro Dias, da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa; Manuel Morais, do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas; Carlos Fortunato, Gestor Bancário; Carlos Coelho, presidente da IVITY Brand Corp e Sara Brito Filipe, subdiretora da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Castelo Branco e Luís Pinto de Andrade, do CATAA/InovCluster e Jorge Esteves, jornalista da RTP, enquanto moderador.

O Festival das Sopas de Peixe tem vindo a afirmar-se e a ganhar dimensão, desde a sua primeira edição, sendo hoje considerado como um ex-libris, ao nível dos eventos desta natureza, na região.



→ A IV edição da **Feira dos Sabores do Tejo**, recebeu em Vila Velha de Ródão cerca de 100 expositores da região, que quiseram participaram numa mostra diversificada de atividades, serviços e produtos relacionados, tendo como enquadramento o Tejo e a dinâmica que ele gera.

O certame, promovido pelo Município de Vila Velha de Ródão, assume-se como um dos mais importantes da região, onde as vertentes económica, cultural, associativa e gastronómica do concelho estão de mãos dadas. Este certame tem vindo a assumir-se como um espaço de afirmação da visão estratégica para o desenvolvimento do território, da capacidade e do valor dos agentes económicos que, nos últimos anos, têm vindo a investir em Vila Velha de Ródão, a gerar riqueza e a criar postos de trabalho.

Os artistas Pedro Abrunhosa, Diogo Piçarra, David Carreira, Miguel Gameiro e António Raminhos foram cabeças do certame que se realizou no último fim-de-semana de junho. A edição de 2017 contou com uma novidade que possibilitou aos visitantes de observar o certame a partir do ar, tendo realizado voos cativos de balão de ar quente, uma novidade bem acolhida.

O público, em número superior a 30 mil pessoas, visitou a Feira dos Sabores do Tejo e teve oportunidade de apreciar toda a dinâmica do concelho, aliada a um programa musical variado e ainda um vasto número de ações culturais, gastronómicas e de lazer, tendo superado todas as expetativas.



→ O **Chef Miguel Gameiro** marcou presença na Feira dos Sabores do Tejo 2017, tendo sido convidado para realizar um showcooking intitulado **RÓDÃO SABORES E TRADIÇÕES**.

A atividade contou com a presença de dezenas de participantes, tendo o *Chef* Miguel Gameiro que confeccionou um prato com sabores regionais e convidado o público presente a ajudar na confeção do mesmo.

No final do *showcooking*, Miguel Gameiro despiu a pele de cozinheiro e vestiu-se de músico para apresentar a plateia com a interpretação de algumas músicas do seu repertório, tendo a atividade culminado com o público todo a cantar uma das suas baladas mais conhecidas. Este evento realizou-se no âmbito do Projeto Âncora de Animação do PROVERE 2020 BEIRA BAIXA: TERRAS DE EXCELÊNCIA



Ambos os eventos destacados, contribuem decisivamente para a promoção do desenvolvimento económico, turístico e social do concelho, dando a oportunidade de conhecer o património, a gastronomia, a cultura e a natureza, criando ainda oportunidades de promoção dos produtos locais de excelência, resultantes das atividades desenvolvidas pelas empresas sediadas neste concelho.

- Em novembro, Vila Velha de Ródão acolheu a realização da segunda edição de um troféu regional, composto por 6 ralis de regularidade sport, denominada Beira Baixa **Challenge 2017**, sendo esta uma competição validada e aprovada pela FPAK, com organização da Lusitânia Automóvel Clube de Castelo Branco.

A realização de provas de natureza automobilística, após muitos anos de ausência deste tipo de eventos no Concelho, veio provar que existem muitos fãs pelo automobilismo em Vila Velha de Ródão. A forte adesão de concorrentes nas provas realizadas, alguns deles locais, e as muitas centenas de pessoas que assistiram à realização da prova, constituem indicadores incontornáveis do sucesso deste tipo de evento desportivo, e o impacto que o mesmo tem em Vila Velha de Ródão, nos diversos domínios, nomeadamente, no que respeita à promoção turística e à forte dinamização da economia local.

A prova culminou com um jantar convívio e com a entrega de prémios, numa unidade turística do Concelho.

- **V Cruzeiro Religioso do Tejo** - A primeira das doze etapas do cruzeiro religioso, partiu do Cais de Ródão no dia 26 de maio, cuja cerimónia foi dirigida pelo pároco deste Concelho e contou com a presença de cerca de uma centena de pessoas. Com o intuito de celebrar a religiosidade das comunidades ribeirinhas do Tejo, promover a Cultura Avieira, a Património Imaterial da UNESCO, e evidenciar as potencialidades do Tejo foram alguns dos objetivos da realização desta iniciativa.



- **Feiras tradicionais dos Santos e do Carnaval** – O município realizou as tradicionais *Feira dos Santos* e *Feira de Carnaval*, como forma de manter viva a tradição. Procurou-se, com a realização destes eventos, apelar à participação das populações e dos produtores locais, bem como dinamizar o comércio local.

3.2.2. OBRAS MUNICIPAIS

No domínio das **Obras Municipais**, os grandes investimentos estão centrados na área da **Requalificação e Reabilitação Urbana**, que se constituem como componentes indispensáveis às operações de natureza urbanística, arquitetónica e de intervenção no espaço público. Neste âmbito o executivo entendeu como prioritários os processos de requalificação e revitalização do parque habitacional da vila, com vista ao desenvolvimento territorial, à inversão das dinâmicas demográficas regressivas, assim como a promoção da economia local, o reforçar da centralidade da vila e a revitalização social e económica.

Neste âmbito desenvolveram-se ao longo de 2017, um conjunto de obras, que contribuiram de forma decisiva, para a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, as quais elencamos:

- **Construção de um novo parque de estacionamento em Gavião de Ródão** – Foi construído um novo parque de estacionamento na povoação de Gavião de Ródão, com capacidade para oito viaturas, num investimento de cerca de 80 mil euros.

O novo espaço fica situado na Rua Dr. José Moura da Cruz, o arruamento principal da localidade que integra o antigo traçado da Estrada Nacional 241, que tem um fluxo de trânsito intenso, quer pelos seus acessos à povoação, quer, principalmente, pelo acesso a Vila Velha de Ródão, a partir da E.N.3/IP2 e da A23. Esta intervenção criou um espaço de estacionamento que evite a paragem de veículos nas bermas da referida via (o que dificulta os acessos a portas e garagens bem como o cruzamento de veículos), permitindo a melhor circulação, em segurança, de veículos e peões.

- **Requalificação da Fonte da Telhada** – A requalificação da Fonte da Telhada, em Perais, representou um investimento na ordem dos 90 mil euros. Esta intervenção incidiu num espaço que apresentava condições para a criação de uma zona de permanência/estadia com muito interesse, uma vez que se localiza nas proximidades da saída sul da povoação, integrando-se no já existente “Caminho da Telhada”, um percurso pedonal já identificado e sinalizado como PR5 (Pequena Rota), com ligação ao rio Tejo, o qual é já muito utilizado por visitantes e população local e que constitui um motivo de dinamização do turismo local.

Apesar da proximidade ao aglomerado urbano, o espaço em causa integra-se perfeitamente no meio rural, beneficiando de um enquadramento paisagístico singular, com a presença de uma linha de água e de duas fontes, com água de duas nascentes diferenciadas. Ali foi instalado, há alguns anos, um conjunto de mesa e bancos, com vista a proporcionar uma fruição do local e a possibilidade de realização de refeições ao ar livre, considerando até a sua inserção no referido percurso pedonal.

Contudo, as condições existentes não se apresentavam como minimamente compatíveis com o potencial do espaço, pelo que o Município decidiu avançar com o desenvolvimento de um projeto de requalificação e valorização, considerando uma intervenção nas duas fontes, com o intuito de obter uma imagem esteticamente apelativa, a execução de muros e pavimentos em pedra, a instalação de mobiliário adequado, conservando-se a valência

utilitária da prática de merendas, a criação de lugares de estacionamento e a plantação de vegetação de enquadramento e ensombramento.

O elemento água foi um elemento preponderante na intervenção, dada a sua forte presença e o seu efeito de atração, sendo assumida a sua circulação permanente nas fontes e canais, proporcionando igualmente um ritmo/dinâmica e efeito sonoro que confere um carácter mais particular à intervenção efetuada.

- O Município de Vila Velha de Ródão investiu 79 mil euros na requalificação da do Edifício da **Biblioteca do Agrupamento de Escolas do Concelho de Vila Velha de Ródão**. Este apoio permitiu melhorar as condições de acolhimento daquele espaço, depois de terem sido identificados, pela escola, alguns problemas existentes no edifício.



Esta intervenção permitiu aumentar o espaço para os utilizadores e os acessos ao piso onde se encontra situada a biblioteca também foram melhorados.

- A Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão requalificou o **Largo João Pires Lourenço**, na localidade de Tostão, num investimento de 35.804€. O executivo, classifica esta requalificação importante, na medida em que esta vai garantir uma melhor funcionalidade de todo o espaço, permitindo também uma maior comodidade a todos quantos o utilizam, quer na altura das festas, quer no dia-a-dia.

O Largo João Pires Lourenço, situado junto à Igreja, é utilizado para a realização das festas populares e religiosas e, apesar de já ter recebido melhoramentos há alguns anos atrás, a autarquia entendeu proceder a uma requalificação que o tornasse mais funcional e seguro.

A intervenção envolveu a colocação de novos pavimentos e trabalhos de suporte, com muros em xisto, que garantiram um melhor nivelamento do Largo, beneficiando a sua ligação à Rua da Escola.

A requalificação incluiu também a reconstrução integral do balcão do bar, do banco junto ao muro de suporte, e das floreiras aí existentes. O antigo palco, em betão, foi demolido, ficando a sua área (localizada junto ao alçado esquerdo da igreja), disponível para a instalação de um palco desmontável, o que permite a efetiva libertação da rua para circulação viária durante o período das festas.

As obras englobaram ainda a construção de uma nova estrutura metálica, que substituiu a anterior, capaz de suportar algumas trepadeiras, garantindo-se assim uma zona de sombra efetiva. Foram ainda plantadas novas árvores a norte do recinto de festas.



- O **Largo de festas de Vilar do Boi** foi alvo de intervenção, tendo o mesmo sido ampliado e requalificado, criando assim melhores condições para os seus utilizadores, tornando-o mais funcional e atrativo, indo ao encontro do desejo da população e da associação local. A obra representou um investimento de 81 mil 731 euros por parte do Município de Vila Velha de Ródão.

Além da ampliação do Largo, as obras recolocaram o fontanário aí existente numa zona mais central e mais digna e criaram um espaço dedicado à realização dos festejos tradicionais anuais, bem como de outros eventos sociais promovidos pela associação.

O novo Largo apresenta-se com um degrau com 20 metros de comprimento, o qual garante uma maior segurança aos seus utilizadores, pois é um elemento dissuasor da circulação automóvel, e, ao mesmo tempo, compatibiliza as cotas do terreno de todo aquele espaço com a Rua das Vinhas. Esta intervenção incluiu ainda a demolição do antigo palco em betão, a colocação de uma rede de águas pluviais e foram ainda plantadas árvores e colocado mobiliário urbano (como bancos e papeleira).



- O Município de Vila Velha de Ródão realizou, ao longo do ano 2017, um conjunto de obras de requalificação no concelho, que representam um investimento de 142 mil e 800 euros. Estes trabalhos pretendem melhorar a qualidade de vida das populações, melhorando também a circulação viária.

Os trabalhos de requalificação consistiram na **pavimentação de diversos arruamentos** nas localidades de Alvaide, Foz do Cobrão, Coxerro, Salgueiral, Tavila, Vila Velha de Ródão e Samadinha.



- A requalificação de estradas, arruamentos e caminhos municipais continua a ser uma aposta da Câmara Municipal. A autarquia continua a dar seguimento à sua política de proximidade, com as Juntas de Freguesia, indo ao encontro das necessidades identificadas pelas populações com o objetivo primordial de melhorar a qualidade destas.

3.2.3. EDUCAÇÃO E CULTURA

O investimento na **educação** é considerado pela autarquia como um eixo estratégico e prioritário. Para fazer face a uma resposta adequada às necessidades identificadas, foram reforçadas as medidas de apoio socioeducativos, prestados pelo Município às famílias. Neste âmbito, importa referir a gratuidade na frequência das creches por crianças, cujas famílias residam no concelho, a atribuição de bolsas de estudo aos alunos do concelho, que se encontram a frequentar o ensino superior que, em 2017, totalizaram o montante total de 10.610,90€. Destacam-se ainda outros apoios, tais com transportes escolares gratuitos, as refeições, o prolongamento de horários, as atividades extracurriculares, aulas de música aos alunos dos do 1º ciclo, apoio técnico aos alunos do Agrupamento de Escolas ao nível das Terapias da Fala e Ocupacional e o apoio ao Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas, apoio à frequência de programas de ocupação de tempos livres para crianças e pagamentos integral de passes escolares, a famílias desfavorecidas.

- No âmbito das medidas que têm vindo a ser desenvolvidas pelo executivo municipal, no que respeita à fixação de jovens e famílias, o município, no ano letivo 2017/2018, procedeu à **oferta dos manuais escolares e kit's de material escolar**, a todas as crianças do 1º, 2º e 3º ciclos a frequentar o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão. Medidas desta natureza são sempre bem acolhidas pelas famílias. Trata-se de uma medida de elevada importância e alcance social, representando um excelente contributo para as famílias que, no arranque de cada ano letivo se debatem com despesas elevadas com a aquisição destes materiais indispensáveis para os seus educandos.



- O município proporcionou este ano, e pelo terceiro ano consecutivo a possibilidade dos jovens do concelho participarem no programa **Universidade de Verão** da responsabilidade da Universidade de Coimbra, tendo a autarquia suportado os custos inerentes à participação de cada jovem. No ano de 2017, usufruíram deste apoio 7 jovens, residentes no concelho de Vila Velha de Ródão.

Esta edição, à semelhança das anteriores, foi dirigida a estudantes residentes no concelho e que estivessem a frequentar o ensino básico/secundário, reunindo numa só semana a possibilidade de os potenciais futuros alunos universitários, experimentarem um conjunto de atividades pedagógicas/científicas em diversas áreas do saber, além de atividades culturais e desportivas, no sentido de promover uma maior interligação com a cidade de Coimbra.

- **Prémios de mérito** – No dia 26 de outubro, a Casa de Artes e Cultura do Tejo acolheu a cerimónia da entrega dos prémios de mérito de desempenho académico, dos alunos que frequentam o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão e que se destacaram pelos resultados escolares alcançados.

Realçamos que as verbas alocadas à educação, superiores a 485 mil euros anuais, demonstram que a política de redistribuição dos impostos municipais, levada a cabo pelo Executivo, pode, de forma justa e imparcial, ser direcionada para apoiar as famílias residentes no concelho, contribuindo de forma sustentada para a melhoria da sua qualidade de vida destas.

Com a implementação destes apoios, que verificamos serem de fulcral importância para as famílias, é com enorme satisfação que registamos os acréscimos, ao nível da população escolar em todos os níveis de ensino, com especial destaque para as creches que registaram um aumento de cerca de 85%, no período de 2013-2017 e um aumento de 26,71% ao nível de alunos a frequentar o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão.

Biblioteca Municipal José Batista Martins – Aberta ao público em setembro de 2008, é um dos equipamentos que integra a Rede de Leitura Pública, sendo classificada pelos seus utilizadores como um serviço público de grande dinâmica e reconhecida qualidade.

A afluência de público é elevada e a utilização dos seus recursos faz-se não só no edifício mas também através dos serviços *on-line* que esta disponibiliza, no *Facebook* e no site do projeto

Vidas e Memórias de uma Comunidade bem como através das atividades que realiza noutros locais do concelho, nomeadamente durante o evento *Poesia, um dia*.

Em 2017 utilizaram os serviços, presenciais e à distância, disponibilizados pela BMJBM 26.005 pessoas.

Os seus fundos são anualmente enriquecidos com cerca de um milhar de novos documentos, o que contribui para o elevado número de empréstimos. O edifício dispõe de salas de leitura infantil e de adultos com 13 computadores com acesso gratuito à Internet, acesso à rede *wireless* e equipamentos para visionamento de filmes e audição de música; sala do conto; sala polivalente e uma área de serviços bem equipada.

Esta destaca-se pela diversidade das iniciativas desenvolvidas, que procura integrar no seu programa de animação, ações que assinalam datas importantes ligadas à realidade cultural nacional e muitas outras reveladoras de caráter inovador. No decorrer de 2017 concebeu e dinamizou atividades ligadas ao livro e à leitura, à poesia, deu apoio às atividades educativas do Agrupamento de Escolas, promoveu a ocupação de crianças e jovens em ateliês temáticos, organizou exposições, foi responsável pela apresentação de livros. A Biblioteca foi ainda responsável pela dinamização de projetos como *Bibliotecários por duas semanas*, bem como pelo funcionamento do *Clube de Leitores Adolescentes da BMJBM* que continua a ser dinamizado pela mediadora de leitura Andreia Brites.

- As autoras do livro *«Sopas, saladas e sobremesas detox»*, Susana Alves e Carolina Santo, apresentaram o seu livro na BMJBM - Foi numa sala cheia de amigos e apreciadores do tema que as autoras apresentaram, no mês de março, o seu livro que apresenta 80 receitas deliciosas e nutritivas, fotografadas por Mário Cerdeira, e inclui oito planos semanais, apresentando ainda os benefícios de 60 alimentos para a saúde. A iniciativa, inclui a degustação de algumas das propostas apresentadas pelas autoras no livro.
- A BMJBM participou, no dia 2 de junho, na *Feira do Livro de Madrid*. A participação desta Biblioteca, naquela que é considerada uma das maiores iniciativas literárias realizadas em Espanha, resulta do convite da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, a qual se fez representar no evento através da sua bibliotecária, Graça Batista, que participou numa mesa redonda sobre projetos de promoção da leitura em Portugal e em Espanha ocorrida no pavilhão de Portugal, País convidado desta edição da Feira do Livro de Madrid.



Durante o debate, a bibliotecária e responsável pela dinamização da biblioteca municipal, teve a oportunidade de apresentar o encontro literário *Poesia, Um Dia*, que este ano. O dinamismo da Biblioteca foi também evidenciado através da apresentação dos seus clubes de leitura.

De referir que a Biblioteca Municipal de Ródão foi a única biblioteca portuguesa a marcar presença no vasto programa do pavilhão de Portugal, que incluiu cerca de uma centena de iniciativas organizadas pela embaixada do nosso País em Espanha.



- **CLUBE DE LEITURA DE AUTORES CLÁSSICOS DA BMJBM** – Criado em abril de 2013, o Clube de Leitura de Autores Clássicos da BMJBM conta com um número substancial de utilizadores e constitui uma forte dinâmica ao nível da satisfação da promoção e gosto pela leitura, na população jovem e adulta.

Neste âmbito, foi desenvolvido um conjunto de iniciativas, que apostaram na valorização da arte popular, ao mesmo tempo promoveram a divulgação de grandes obras da literatura europeia e na promoção do gosto pela leitura de textos eruditos, tendo ocorrido diversas reuniões do Clube de Leitura de Autores Clássicos, nas quais marcaram presença nomes como António Salvado (poeta), Maria Gabriela Llansol (escritora), que segundo Eduardo Lourenço, esta será, depois de Fernando Pessoa, "o próximo grande mito literário da literatura portuguesa".

Lúis Mendonça de Carvalho, diretor do Museu Botânico do Instituto Politécnico de Beja, veio até Vila Velha de Ródão realizar uma **palestra** sobre o tema sobre **Plantas Bíblicas**, a iniciativa insere-se na **reunião do seu Clube de Leitura de Autores Clássicos** e enquadra-se nas celebrações do quarto aniversário deste clube, o qual iniciou funções no dia 23 de abril de 2013. Esta iniciativa contou ainda com a presença de José Pedro Serra, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que fez uma preleção sobre **A Bíblia**.

A atividade culminou com a apresentação do texto bíblico que inspirou o mais recente livro de poesia, **Cântico do Cânticos**, do poeta albicastrense, Gonçalo Salvado. Um livro que teve a particularidade de ter sido editado em português e hebraico e onde a poesia é acompanhada com desenhos de João Cutileiro.

- Numa iniciativa da BMJBM, enquadrada no seu **projeto Vidas e memórias de uma comunidade**, o realizador e documentarista **Tiago Pereira** apoia a BMJBM na valorização do património cultural imaterial de Ródão. O realizador e documentarista Tiago Pereira, mentor do projeto «A música portuguesa a gostar dela própria», que atualmente tem um site e um programa a ser emitido diariamente na RTP Memória, esteve em Vila Velha de Ródão em julho e em novembro para recolher em vídeo tradições orais e musicais do concelho. Esta iniciativa, de grande valia cultural e patrimonial, resulta de uma parceria com o município de Vila Velha de Ródão, através da Biblioteca Municipal José Baptista Martins no âmbito do seu projeto «Vidas e Memórias de uma Comunidade». Espera-se que estes projetos, que estão já a marcar fortemente (pela componente identitária) todos os que neles se têm envolvido, contribuam para a valorização e divulgação do património imaterial do concelho de Vila Velha de Ródão.

Na sua primeira vinda, em julho, Tiago Pereira apresentou também ao público, na sala polivalente da BMJBM, o seu livro «O povo que ainda canta» e o site do seu extraordinário projeto «A música portuguesa a gostar dela própria». No dia 30 de agosto o realizador regressou à BMJBM onde, perante uma plateia muito entusiasmada, apresentou os vídeos de tradições orais recolhidas no concelho de Vila Velha de Ródão no mês de julho.



→ A BMJBM realizou mais uma edição do projeto **POESIA, UM DIA** – Centenas de pessoas participaram nos primeiros cinco dias da 6ª edição do encontro «Poesia, um dia», a qual teve lugar em setembro. Esta iniciativa, organizada pela BMJB, ofereceu variadas abordagens ao texto poético em lugares muito aprazíveis deste concelho.

Muitas foram as atividades realizadas naquela semana, em que durou o evento, das quais se destacaram a abertura ao público de três exposições; a residência literária na Foz do Cobrão; a abertura de uma feira do livro de poesia; e reuniões dos clubes de leitura da BMJBM com poetas convidados.

Um dos momentos altos da iniciativa foram as leituras de poesia, no rio Tejo e no Museu do Azeite de Tostão, neste último caso com a participação do poeta Silvério Dias e dos músicos Fernando Carmona e Fernando Inácio.

O programa prosseguiu com as comemorações do 9º aniversário da Biblioteca Municipal, no qual foi proporcionado aos poetas, em residência, um passeio e uma pescaria nas margens do Ocreza e ao público em geral uma animadíssima palestra sobre Samadas de Ródão na literatura de cordel ministrada por dois extraordinários conhecedores do assunto:

José Alberto Sardinha e Maria Adelaide Salvado. No final da tarde, os poetas convidados deslocaram-se à Casa da Gigante, no Vale Pereiro, e o público agradeceu um aprazível final de tarde na varanda da Adega 23 com leitura de poesia por Gonçalo Salvado. Ainda no âmbito desta atividade, foi realizado um almoço poético, no qual puderam



participar os colaboradores do município participaram, reunindo em convívio cerca de cem participantes, este almoço tem a particularidade de ser confeccionado pelos funcionários do estaleiro municipal, que todos os anos se disponibilizam para o efeito.

A encenadora, dramaturga e performer Gi Cañamero apresentou a sua performance «Poderia a poesia», a qual foi bem acolhida e apreciada pelo público, presente.

O encerramento da atividade aconteceu na aldeia da Foz do Cobreão, onde os poetas residentes conversaram com o público, acerca da sua escrita e das vivências do território de Ródão.

A autarquia de Vila Velha de Ródão reconhece neste evento a promoção da literatura, neste território do interior, e a afirmação do nome de Vila Velha de Ródão no panorama da cultura nacional.

- Nos dias 19 e 21 de março, a BMJBM **assinalou o Dia Mundial da Poesia** com a apresentação do livro “Neste Lugar onde nasci”, da autoria de Silvério Pires Dias. Este teve a oportunidade de apresentar a sua obra em três lugares distintos. Em Fratel, na sua terra natal (Sarnadinha) e na sala Polivalente da BMJBM. Muitos foram os amigos que quiseram estar presentes na sessão de apresentação, -alguns dos quais vieram de comboio desde Oeiras, onde o autor vive -, enchendo por completo o auditório. O autor, cujos poemas tem escrito ao longo do tempo, destacou o apoio da autarquia na edição e na apresentação desta obra.



- O **Dia do Livro Infantil** foi assinalado no dia 4 de abril, pela BMJBM com a apresentação da obra “Palavras para cantar e Brincar/ Rimas para rir e jogar”. O livro apresentado junta numa só obra as duas publicações editadas, em 2011, de forma artesanal «Palavras para cantar e brincar» e «Rimas para rir e jogar», e inclui uma recolha de rimas infantis, realizada por São Figueiredo Sobreira e ilustradas pelos participantes do ATL de 2011, orientados por Sónia Caetano.



- No dia 21 de julho, um grupo de crianças e jovens de Vila Velha de Ródão, organizado pela biblioteca municipal, teve a oportunidade de aprender como se vivia na pré-história. A atividade aconteceu na Golegã, por iniciativa do Centro Português de Geo-História e Pré-História, e o seu dinamizador foi o investigador Pedro Cura que mostrou como o homem pré-histórico fazia cerâmica, flechas, pinturas rupestres, fogo e refeições.
- Entre 29 de agosto e 1 de setembro decorreu na BMJBM uma muito participada oficina de fotografia, dinamizada por Elisa Aragão, na qual foram ensinadas e praticadas as técnicas de cianotipia e pinhole. Nos dias 5 e 6 de setembro, também na BMJBM, uma exigente oficina de construção de livros poéticos a partir da natureza (folhas, terra, sementes, cascas, água) foi dinamizada pela ilustradora Marina Palácio. Os resultados destas oficinas

foram apresentados ao público, em exposição que despertou muito interesse durante o encontro «Poesia, um dia».

- A BMJBM promoveu a oitava edição do **passeio fotográfico**, no mês de novembro, em Vila Velha de Ródão. Esta iniciativa envolveu 15 fotógrafos da região de Castelo Branco e teve como guia o fotógrafo profissional, Pedro Martins.

O tema escolhido para esta edição do passeio foi a produção de azeite, tendo os participantes levados a conhecer, ao longo da jornada, dois lagares (um em laboração e outro espaço museológico), puderam efetuar provas de iguarias confeccionadas com esse excelente produto, que tantos motivos de orgulho tem dado aos rodenses. Esta atividade foi mais uma excelente oportunidade de aprendizagem em contexto de convívio e partilha de saberes.

- Em outubro, com o arranque da Academia Sénior, o clube de leitura da BMJBM, intitulado «**Leituras sem pressa**» retomou a sua atividade. Este clube conta com membros muito ativos nas leituras e participativos nas conversas. Trata-se de um projeto integrado na Academia Sénior de Vila Velha de Ródão, coordenada pela ADRACES com o apoio do Município.
- No dia 26 de outubro foi apresentada ao público, a iniciativa **LER E DAR A LER**. Este projeto, que se desenvolverá nos próximos anos, pretende estimular o gosto pela leitura através da mediação de leitores da nossa biblioteca que pretendam aderir.
- A BMJBM participou nos «**Dias do Desassossego**», uma extraordinária iniciativa conjunta da Fundação José Saramago e da Casa Fernando Pessoa. O nosso contributo para uma reflexão em torno da promoção da leitura em Portugal aconteceu no dia 29 de novembro na Fundação José Saramago onde tivemos como interlocutoras na mesa-redonda Teresa Calçada (Comissária do Plano Nacional de Leitura) e Marina Palácio (Artista-educadora das “Oficinas de Leitura e Criatividade – Educação pelo Livro, Arte e Natureza”). A moderação coube à jornalista do jornal «Público», Rita Pimenta.
- A BMJBM inaugurou, no mês de dezembro uma **exposição de pintura, intitulada “A Palavra”** da autoria de **Paula Pequito**, que encontrou neste espaço os requisitos necessários para apresentou as suas obras, as quais expressam uma mensagem de partilha e do gosto pela leitura bem como as suas vivências literárias, experienciadas nos encontros do Clube de Leitura de Autores Clássicos desta biblioteca, do qual faz parte.





O acesso à informação, à sua difusão e à sua livre circulação são elementos essenciais para as sociedades, é neste contexto que podemos dizer que a biblioteca municipal assume um papel fundamental, como mediadora da informação e formação dos munícipes, já que proporciona a estes o acesso a um conjunto vastíssima de atividades culturais e formativas.

A Casa de Artes e Cultura do Tejo foi criada com o propósito de promover o intercâmbio cultural e acolher diferentes manifestações artísticas, procurando aumentar os níveis de qualidade de vida das populações e fomentar hábitos de cultura no nosso território. É inegável que a cultura traz para a humanidade um conhecimento e uma riqueza sem igual.

A CACTEJO é hoje um espaço de convergência e de partilha das mais diversas formas de arte, que contribuem para o fomento do turismo cultural e que representam ainda um polo gerador de novas dinâmicas sociais. Esta tem sido palco para a realização dos mais diversos eventos culturais, promovidos por iniciativa do município e até mesmo por outras entidades, que encontram naquele espaço condições de excelência para a realização dos seus eventos.

Este equipamento permitiu dar continuidade à aposta do executivo, na oferta regular de uma programação cultural de excelência, em áreas diversificadas como a Música, o Cinema, o Teatro e Exposições. A programação cultural da CACTEJO privilegia a opção pela diversidade, assente em critérios de qualidade e sustentabilidade financeira.

- A CACTEJO promoveu, no decorrer de 2017, um conjunto diversificado de espetáculos, musicais de elevada qualidade, dos quais destacamos o concerto do músico Miguel Gameiro, acompanhado pelo seu grupo Pólo Norte, que vieram até Vila Velha de Ródão apresentar o seu trabalho *O Acústico*. A apresentação deste esgotou auditórios como os Coliseus de Lisboa e do Porto, tendo sido considerado como um dos concertos mais memoráveis daquela banda, que continua a ser considerada como uma das mais emblemáticas da música pop portuguesa.
- No mês de março, a CACTEJO foi pequena para acolher todos aqueles que quiseram assistir à **peça de teatro "A Noite da Dona Luciana"**. A peça apresentada classificada como uma comédia irreverente, com bastante humor negro, era composta no seu elenco por atores bem conhecidos do público português, dele faziam parte Custódia Gallego, José Leite, Márcia Cardoso, Rafael Gomes, Rita Cruz e Vítor Oliveira. As situações criadas tanto se inscrevem no cliché e na situação comum, como se dissolvem num universo fantasioso.
- No mês de novembro a Casa de Artes e Cultura do Tejo recebeu o **espetáculo da artista Sara Tavares**, no qual a cantora apresentou o seu novo disco, *Fitxadu*". Este é o seu quinto trabalho de originais, sendo que pela primeira vez Sara Tavares partilha a composição das suas canções, na companhia de nomes como Kalaf Epalanga, Toty Sa'Med, Manecas Costa, Bílan (Cachupa Psicadélica) Princezito, ou Paulo Flores, entre muitos outros.



→ A peça de teatro, **“Na Bagunça do teu Coração”**, subiu ao palco da CACTEJO, no mês de novembro. A peça apresentada insere-se na categoria de comédia romântica, esta foi escrita a partir de canções do cantor e autor brasileiro, Chico Buarque, e teve como atores principais Ricardo de Sá e Carolina Puntel, tendo encenação de Paulo Sousa Costa e textos de João Máximo e Luiz Vianna.

A peça apresentará temas de Chico Buarque e surge nos palcos portugueses, numa produção da Yellow Star Company, em parceria com o Instituto Politécnico de Castelo Branco. Uma parceria que permitiu aos estudantes, docentes e colaboradores dos diferentes cursos lecionados na Escola Superior de Artes Aplicadas realizarem e executarem os cenários, guarda-roupa, estratégia de comunicação e música.



A Casa de Artes e Cultura do Tejo organizou e apoiou diversas atividades, entre elas: sessões de cinema regulares, o Encontro de Música Tradicional; a Orquestra e Coro da Universidade de Madrid, a Exposição *A Essência da Cor* do Mestre Manuel Cargaleiro; a Comemoração do Dia Mundial Internacional do Voluntariado; Workshop's e Sessões Divulgativas entre outras atividades e iniciativas.

A cultura tem como resultado o fortalecimento da identidade pessoal e social do indivíduo, esta assume um papel fundamental, não só para as populações como para os territórios. O município procura, com as diversas realizações culturais que realiza ao longo do ano, minimizar as assimetrias verificadas no interior do país, quando comparadas com os grandes centros urbanos, procurando desta forma proporcionar as mesmas oportunidades aos seus munícipes, que escolheram o interior do país para viver.



3.2.4. AMBIENTE E PROTEÇÃO CIVIL

A sensibilização ambiental tem por objetivo esclarecer e informar os cidadãos sobre os problemas ambientais e as possíveis soluções, procurando incutir atitudes nos cidadãos tornando-os participantes ativos na proteção dos recursos naturais. A sensibilização torna-se fundamental para a reflexão de um modelo de sociedade mais sustentável e indispensável para se exercer uma cidadania plena, visando a salvaguarda do meio ambiente.

A promoção do desenvolvimento sustentado do concelho e da qualidade de vida dos munícipes tem sido uma preocupação do executivo, que tem estabelecido com algumas empresas do concelho e instituições não governamentais, importantes parcerias associadas a esta temática. São os pequenos gestos do nosso dia-a-dia que poderão fazer a diferença, contornando os problemas associados às questões ambientais e que ameaçam a qualidade de vida das populações.

Na área do património e depois da catástrofe que atingiu o concelho este verão, com os incêndios que levaram ao desaparecimento de parte significativa do nosso património natural a palavra de ordem será recomeçar. Foi desde logo efetuado o levantamento de toda a área ardida bem como a quantificação das necessidades de investimento para a sua recuperação. Este trabalho é a base de uma candidatura, já submetida, no valor de quase 1 milhão de euros e que esperamos nos permita recuperar este importante valor paisagístico e patrimonial do nosso concelho.

O ano de 2017 fica registado na memória dos portugueses como um dos anos mais trágicos para o país, devido às graves consequências que o flagelo dos incêndios florestais exaltou. Foram milhares de hectares de área ardida, vidas humanas perdidas, pessoas desalojadas e perdas imensuráveis ao nível dos bens materiais, nomeadamente aos níveis da habitação e dos postos de trabalho perdidos.

No relatório do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), pode ler-se que **2017 foi o ano mais severo dos últimos 15, com valores semelhantes aos de 2005, até aqui o mais severo.** Esta severidade mede-se pela dificuldade em controlar as chamas. Neste ano as condições severas prolongaram-se para o mês de outubro.

Pode ler-se ainda no mesmo Relatório que, no que diz respeito à área ardida, **o pior ano de sempre registou-se em 2017** (442.418 hectares), seguido de 2003 (425.839 hectares) e de 2005 (339.089 hectares).

No que respeita ao nosso concelho, também afetado por esta catástrofe registou, segundo informação da ANPC e o ICNF, um número significativo de ignições, num total de 128 e viu devastada pelos incêndios, uma área total aproximada de 3.296 hectares. De referir ainda que o grande incêndio de julho afetou toda a encosta do Monumento Natural das Portas de Ródão, uma zona classificada e emblemática do concelho.

A acrescentar a esta situação de seca extrema tivemos este ano **dias particularmente gravosos em termos de condições atmosféricas de risco extremo para os incêndios florestais** devido ao tempo quente e seco e à ausência de chuva, que se fez sentir na maior parte do ano, causando uma situação de seca extrema na maior parte do território.

No âmbito das atividades desenvolvidas, nas áreas do ambiente e património, ao longo do ano 2017, gostaríamos de realçar as seguintes:

- O presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão foi indigitado **Presidente do Conselho de Gestão do Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI)**, tendo a cerimónia de assinatura do Protocolo do Projeto Piloto do Tejo Internacional, sido presidida pelo Primeiro-ministro António Costa, a qual decorreu na Casa de Artes e Cultura do Tejo, no dia 18 de abril.

Para o Primeiro-ministro António Costa, o acordo assinado constitui "um virar de página fundamental para o modelo de gestão das áreas protegidas". Também o Ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, presente na cerimónia, elogiou o protocolo, referindo que o mesmo modelo de gestão "poderá vir a ser replicado noutros parques naturais".

O protocolo foi assinado pelas Câmaras Municipais de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco e Idanha-a-Nova (autarquias que integram o Parque Natural do Tejo Internacional), Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Instituto Politécnico de Castelo Branco, associação ambientalista Quercus e a Associação Empresarial da Beira Baixa.



Para além do modelo de governação para o Projeto Piloto, o Protocolo define ainda um Plano de Ação que se pretende desenvolver nos dois anos civis seguintes.

- A Serra do Perdigão e das Talhadas, no Concelho de Vila Velha de Ródão, está a acolher um projeto internacional com vista produção do **Novo Atlas Europeu do Vento**. A investigação está a decorrer com o apoio logístico da Câmara de Vila Velha de Ródão, e os trabalhos foram visitados, no dia 26 de maio, pelo Ministro da Ciência e do Ensino Superior, Manuel Heitor que reforçou a ideia de que se trata de um projeto "único pelas suas várias dimensões". Manuel Heitor destacou ainda o papel colaborativo da autarquia de Vila Velha de Ródão neste processo, bem como dos proprietários dos terrenos, que permitiram transformar "esta serra num verdadeiro laboratório vivo".



Esta investigação está a merecer o interesse da população que, no passado dia 20 de maio, teve oportunidade de dialogar com os investigadores, num encontro que reuniu cerca de 100 pessoas. O executivo municipal encara esta iniciativa como o contributo deste concelho para o desenvolvimento de formas produção de energia mais limpas e renováveis.



A investigação em curso vai criar uma base de dados experimentais que permitirão melhorar os modelos de circulação do vento, fundamentais para áreas como a produção de energia eólica, o combate a fogos florestais, ou a aviação, por exemplo. De acordo com os investigadores, a “Serra do Perdigão e das Talhadas reúne condições excecionais” para a campanha experimental que ali está a ser realizada.

O projeto integra diferentes países, como; Dinamarca, Bélgica, Suécia, Espanha, Alemanha, Letónia, Turquia, Estados Unidos da América e Portugal.

Para a concretização deste estudo, os proprietários dos terrenos autorizaram a instalação dos equipamentos necessários à realização da investigação. Este projeto internacional deverá estar concluído em 2019 e envolve mais de 300 investigadores em vários países.

3.2.5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

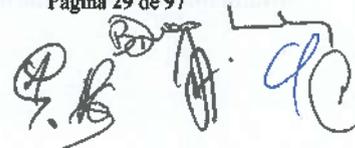
A promoção da prática desportiva, aliada à educação e lazer, integrada de forma coerente e sustentada a fim de responder às necessidades da população tem sido, ao longo dos anos, uma permanente preocupação do Município de Vila Velha de Ródão.

Para além do apoio que se procura dar às associações e coletividades locais, a autarquia tem procedido à valorização de diferentes equipamentos desportivos, que permitem ao concelho dispor, hoje, de condições atrativas para a prática ou realização de provas e eventos em, praticamente, qualquer modalidade.

O ginásio municipal, o campo de futebol, a pista de atletismo, os campos de ténis, a zona de lazer do cais, os polidesportivos pelas freguesias e as condições naturais - sobretudo o rio Tejo, que Ródão possui, fazem deste território um concelho onde a prática desportiva está bem presente.

→ A **Piscina Municipal de Vila Velha de Ródão** reabriu ao público no dia 1 de agosto, após um processo de requalificação, num investimento na ordem de um milhão de euros. De realçar que este equipamento sofreu obras de requalificação, de base, vendo a sua capacidade aumentada, com a criação de dois novos tanques, e o edifício de apoio transformado em dois pisos autónomos, num conjunto funcional que além de contemplar os vestiários e balneários, de apoio à piscina, acolhe o espaço desportivo do ginásio municipal. A intervenção abrangeu uma área de 4.000m² onde se inclui a beneficiação da piscina, da sua área envolvente e o melhoramento no edifício de apoio (balneários, vestiários, espaço polivalente para ginásio).

Situada num espaço nobre da Vila, com vista sobre o Rio Tejo, a Piscina Municipal garante agora uma melhor comodidade e proporciona a todos os seus utentes condições ímpares, sendo mais um fator distintivo do concelho.





- Dotado de uma localização privilegiada que lhe confere uma paisagem única e singular, o **novo Ginásio Municipal** de Vila Velha de Ródão, promete promover a melhoria da qualidade de vida dos seus utilizadores, aliando o exercício físico corretamente motivado, qualitativamente adequado e em quantidade suficiente, a uma vista panorâmica incrível sobre as piscinas municipais, o rio Tejo e as Portas de Ródão.

Este espaço, aberto de 2ª a sábado das 09h às 21h, disponibiliza ainda aos seus utilizadores equipamentos de ponta, no que se refere a aparelhos de cardio-fitness, de musculação e de todo o material para a realização de treino funcional, bem como aulas de grupo, sempre acompanhadas por um instrutor habilitado para o efeito.

Do treino livre, ao treino orientado, ou, de aulas de grupo motivantes e diversificadas é assim promovida a qualidade de vida de todos os rodenses e dos seus visitantes.



- O município, ciente das dificuldades encontradas pela maioria dos pais no período das pausas letivas procura dar resposta a esta necessidade levando a efeito a concretização do programa de **Ocupação dos Tempos Livres** dos jovens, através dos projetos de ATL direcionados para crianças, o Campo de Férias para adolescentes, a prática da canoagem e do voleibol. Estes programas ocupacionais destacam-se pela sua qualidade e têm atraído a participação de crianças e jovens de outros concelhos. Foram abrangidas pelo projeto 111 crianças, com idades compreendidas entre os 5 e os 12 anos.



- Também a população mais idosa tem sido alvo do acompanhamento dos técnicos do município, envolvendo-os em atividades ocupacionais que visam estimular a atividade física e intelectual, contribuindo desta forma para uma melhoria da qualidade de vida.
- O concelho de Vila Velha de Ródão, herdeiro de um património natural único acolheu, no último ano, provas desportivas de elevada qualidade, das quais destacamos o **passeio de BTT "Terras de Ouro"** que contou com a presença de 160 adeptos da modalidade e respetivos acompanhantes. A iniciativa marcou o regresso das provas de carácter desportivo em Bicicletas de Todo-o-Terreno (BTT) ao concelho de Vila Velha de Ródão, que aliou a prática desportiva, em plena natureza, à promoção e divulgação da oferta cultural e turística do concelho.

Vila Velha de Ródão dispõe de condições de excelência para a prática desportiva, os quais apoia e promove, desde que praticadas com total respeito pela natureza e património natural e edificado.



- **IV Convívio de Trabalhadores** – Sabendo que qualquer organização eficiente é constituída por colaboradores empenhados e motivados, a autarquia promoveu mais uma edição do dia do colaborador, que já vem sendo realizada há quatro anos consecutivos.

Atividades desta natureza têm por objetivo imediato criar momentos de descontração e diversão entre colaboradores da mesma instituição, que nem sempre se conhecem e/ou se relacionam diretamente entre si. Contribuem ainda para a otimização do trabalho em equipa e para o desenvolvimento da motivação nos membros do grupo, ajudando-os a melhorar

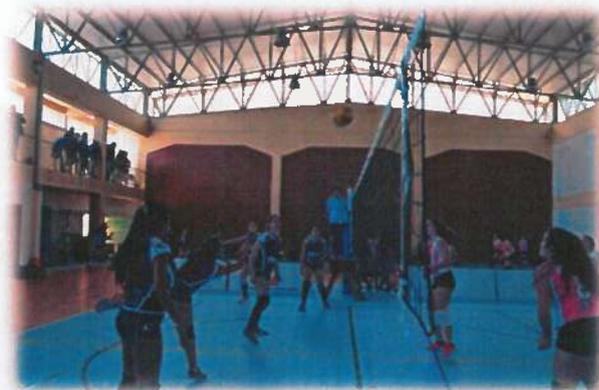
as suas competências interpessoais e aumentando a sua capacidade de resolução de problemas que surjam em contexto laboral, como falta de produtividade, falta de iniciativa, hostilidade.

A organização da atividade, a cargo de alguns colaboradores da autarquia, passou por uma deslocação até à zona costeira, perto de Peniche, e pôs à prova as capacidades físicas, intelectuais dos participantes, mas foi o convívio o elemento de destaque deste passeio, que proporcionou um dia diferente a todos os colaboradores, que nele quiseram participar, onde a boa disposição e a descontração de todos imperou.

Este convívio culminou com um jantar e com a entrega de prémios às equipas vencedoras, reforçando a ideia de integração e pertença que importa fortalecer.



→ **Gira Vólei e Voleibol** – A prática das modalidades de gira vólei e voleibol, têm sido, no concelho de Vila Velha de Ródão, uma aposta conseguida por parte da autarquia. O programa, criado pela Federação Portuguesa de Voleibol, para jovens a partir de 8 anos e extensivo a adultos, tem, em Vila Velha de Ródão, uma enorme envolvimento, participação e também excelentes resultados. São disso exemplo os 132 atletas inscritos e as vitórias alcançadas pelas diversas duplas rodenses, nas fases regionais e nacionais. Em 2017, após ultrapassarem todas as fases locais e regionais, uma dupla Rodense, sagrou-se campeã nacional no escalão 11-12 anos, masculino. Para além deste título, outra dupla masculina, do escalão 13-15 anos conseguiram, alcançar o terceiro lugares a nível nacional.



O concelho de Vila Velha de Ródão participou, no mês de abril, na 4ª Etapa do Torneio de Voleibol (6x6) Taça das Beiras, com três equipas (Feminina Sub-19; Masculina Sub-15 e Masculina Sénior). A quarta etapa decorreu no pavilhão do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, numa organização da Associação de Voleibol da Guarda em conjunto com a secção de Desporto do Município de Vila Velha de Ródão, tendo reunido neste concelho cerca 135 atletas e as respetivas equipas técnicas, que disputaram de forma renhida todos os jogos realizados.



3.2.6 AÇÃO SOCIAL E ASSOCIATIVISMO

O Município, com o intuito de assegurar os interesses das suas populações, tem vindo a implementar medidas sociais, em áreas de intervenção prioritárias, para as quais tem vindo a alocar recursos consideráveis, para o investimento no domínio social.

Os gabinetes de Ação Social representam para as autarquias um importante instrumento, no que respeita à criação de políticas sociais locais, uma vez que estes detêm o conhecimento do território, permitindo intervir, com proximidade, junto dos cidadãos, podendo ainda propor e programar medidas de desenvolvimento local, adequadas às necessidades da população. Sabemos no entanto que a sua ação está sujeita a limitações por não ser capaz, por si só, de resolver problemas sociais de origem estrutural, influenciados pela conjuntura nacional e internacional.

- De entre as medidas adotadas pelo executivo, nas áreas social e de **apoio à fixação de pessoas no concelho**, destacam-se o apoio à aquisição de casa no valor de 2.500 euros, incentivos para recuperação de imóveis para habitação própria, apoios a idosos e classes sociais desfavorecidas, o apoio ao arrendamento para famílias numerosas, durante um período de um ano, independentemente da sua condição financeira. Também os jovens com idade até aos 35 anos, e em função do seu rendimento, tiveram igualmente ao seu dispor um apoio ao arrendamento, que pode atingir os 100% do valor da renda, num período até 3 anos.

Foram ainda concedidos outros apoios no âmbito do regulamento de apoio aos estratos sociais desfavorecidos, que abrangeram diversas famílias no pagamento de passes escolares, aquisição de óculos e medicamentos. No geral as medidas elencadas beneficiaram ao longo do ano 2017 um total de setenta jovens e famílias.

- A Câmara de Vila Velha de Ródão assinou os três primeiros contratos de arrendamento, no âmbito do **programa Habitar em Ródão**, o qual tem como objetivo principal fixar pessoas no Concelho, garantindo o arrendamento de imóveis do Município, a preços mais baixos que os praticados no mercado.

Os contratos foram assinados com beneficiários que escolheram Vila Velha de Ródão para viver e que têm proveniência em concelhos vizinhos. Esta medida de apoio tem por objetivo a fixar novos residentes, através do acesso à habitação e procurando dar uma resposta adequada aos diversos desafios, graus de autonomia e progressão dos jovens no nosso território.

Os contratos assinados no primeiro trimestre de 2017, dizem respeito à primeira fase do programa **Habitar em Ródão**, que disponibilizou, no mercado de arrendamento, três apartamentos de tipologia T2, situados no centro da vila.

O crescente nível de empregabilidade que o concelho apresenta e a oferta de habitação,

para compra e/ou arrendamento, manifestamente insuficiente para dar resposta à procura foram alguns dos argumentos necessários para que o Executivo concebesse medidas que de alguma forma ajudassem a suprir as lacunas identificadas, num parque habitacional relativamente frágil, recuperando habitações degradadas e devolvendo habitação de qualidade aos munícipes.



- Pautando a sua ação por uma intervenção discreta e objetiva, a **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)** tem vindo a trabalhar de forma pró-ativa, na sinalização de casos, cujo comportamento é considerado de risco, tendo efetuado o acompanhamento dos mesmos. Ainda no âmbito da sua intervenção, a CPCJ dinamizou um conjunto de atividades que procuraram sensibilizar os jovens e as famílias para assuntos relacionados com os maus tratos na infância e o relacionamento entre pais e filhos.

- A autarquia concedeu diversos apoios, de cariz social, entre eles, o **acesso gratuito à creche e jardim-de-infância**, a **oferta de manuais e materiais escolares** a todos os níveis de ensino (1º, 2º e 3º ciclos), **atribuição bolsas de estudo** a alunos, residentes no concelho, a frequentar o ensino superior e a **disponibilização de transportes gratuitos** para todos os alunos a frequentar os diferentes ciclos de ensino, no concelho de Vila Velha de Ródão.

- A autarquia procurou ainda envolver os munícipes num compromisso, em torno de uma nova dimensão do princípio da solidariedade como valor da expressão social: o voluntariado. Neste sentido, a **Loja Social** tem contado com o apoio de um grupo de munícipes, no âmbito do Banco Local de Voluntariado os quais, ao longo do ano, dinamizaram e asseguraram a organização e abertura da loja social ao público e colaboraram ativamente nas ações de recolha de alimentos, no âmbito das campanhas do Banco Alimentar. A Loja Social é uma das formas mais diretas e acessíveis de ajustar a oferta de quem quer contribuir, com a procura por parte daqueles que mais necessitam.

- O Município em estreita colaboração com o CLDS 3G (Contrato Local de Desenvolvimento Social Terceira Geração), criaram o **programa Saúde Mais**. Este programa pretende garantir um complemento de assistência médica a toda a população do concelho e em particular à população carenciada e mais idosa. Um dos principais objetivos do executivo, com a conceção deste programa foi o de proporcionar consultas médicas de clínica geral aos munícipes, em complemento aos serviços prestados pelo Serviço Nacional de Saúde. Este programa entrou em funcionamento em março de 2017 com o intuito de conceder aos cidadãos, deste concelho, o acesso a uma resposta médica rápida e de proximidade.

As consultas ocorrem uma vez por semana, em cada uma das sedes, das Juntas de Freguesias do Concelho, beneficiando todos aqueles que deste serviço necessitem, sendo que para a população em geral tem um custo idêntico ao praticado no SNS e para os titulares do cartão do idoso o acesso ao serviço é totalmente gratuito. Só no ano de 2017 beneficiaram deste programa 566 munícipes.

De referir que este programa não pretende substituir o médico de família, nem o Serviço Nacional de Saúde, surgindo como um serviço complementar de apoio a pessoas idosas e carenciadas do concelho e à população em geral.



- No início do mês de outubro realizou-se o **XI Encontro das Gerações de Ródão**, evento destinado a todas as crianças e idosos em idade de reforma do concelho. Esta iniciativa constitui uma marca inquestionável do concelho no que toca à participação ativa da comunidade em torno da terceira idade, assumindo um papel importante no que respeita à promoção de uma cidadania sénior saudável, procurando, de alguma forma, combater a solidão e o isolamento.

Esta atividade reuniu, num convívio salutar, cerca de 912 participantes na qual participaram crianças e jovens de todo o concelho, idosos e voluntários, para as quais foi preparado um conjunto atividades multidisciplinares (animação musical, atividades desportivas, celebração de Eucaristia, entre outras), com o objetivo de aproximar gerações, tendo sido criados momentos de grande animação, convívio e partilha entre todos os intervenientes, num salutar convívio intergeracional.



- **Dia Mundial da Criança** – O município em parceria com o CLDS, o Agrupamento de Escolas e a empresa Celtejo proporcionaram, a cerca de 200 crianças, do Agrupamento de Escolas, Jardim-de-Infância da Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão e do Jardim-de-Infância da Sociedade Filarmónica de Educação e Beneficência Fratelense um dia diferente, com a apresentação do musical infantil inclusivo, a Fada Juju e a festa dos sentidos.

A Fada Juju e a Festa dos Sentidos é um espetáculo que tem como finalidade promover a inclusão através da arte, a cultura pode – e deve – ser um motor de educação e de sensibilização para que todos – crianças e adultos – possam tomar consciência da diferença, aceitá-la e respeitá-la.

O espetáculo decorreu na Casa de Artes e Cultura do Tejo, e no final da atividade foram distribuídas lembranças às crianças, oferecidas pelo Município de Ródão, CLDS e Celtejo.



- **Diagnóstico Social** – A Câmara Municipal viu aprovada, pelo Conselho Local de Ação Social (CLAS), uma nova versão do Diagnóstico Social do Concelho. Esta revisão, efetuada pelos Serviços de Ação Social do município, efetuou a avaliação dos agregados familiares, censos e consultas, aos diversos organismos, visando melhorar o documento para que se refletisse no mesmo a atual realidade do nosso concelho.
- **Plano de Desenvolvimento Social** - No seguimento da aprovação de uma nova revisão do Diagnóstico Social do Concelho, foi também proposto e aprovado um novo Plano de Desenvolvimento Social, resultante do desenvolvimento de diagnósticos às situações presentes no documento referido a forma como resolver/minorar os problemas sociais. A sua principal finalidade é construir cenários que contribuam para a integração social do indivíduo, família e comunidade, estimulando a sua participação ativa e privilegiando o trabalho em rede com todos os parceiros locais e regionais.
- A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do concelho com o apoio do Município de Vila Velha de Ródão e do CLDS 3G - Contrato Local de Desenvolvimento Social de Vila Velha de Ródão promoveram, durante o mês de abril, um conjunto de iniciativas, entre elas atividades de expressão plástica, exposições e o II Encontro de CPCJ's, que procuraram **assinalar o Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância**.
- O **II Encontro das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)** realizou-se, dia 27 de abril, na CACTEJO, reunindo um conjunto de especialistas na área, entre forças da segurança, psicólogos, clínicos e assistentes sociais.

A sessão de abertura do evento, teve como mote o tema “*Ser criança é saber nada e poder tudo*”. Este Encontro decorreu durante toda a manhã e integrou dois painéis de oradores de excelente qualidade, que abordaram temas relacionados com a gravidez na adolescência, a violência no namoro, os critério de avaliação e referência para a pedopsiquiatria, foram alguns dos temas que prenderam a atenção dos participantes.

O Encontro incluiu ainda, na parte da tarde, *workshops* gratuitos, onde os psicólogos Elda Sá e Bruno Silva, da empresa MDC Porto, falaram sobre biblioterapia e risoterapia, respetivamente.

A iniciativa foi organizada pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Velha de Ródão, em parceria com o Município de Vila Velha de Ródão, Ministério da Saúde, Rede Europeia Anti Pobreza e Instituto de Segurança Social.



→ Vila Velha de Ródão acolheu no mês de março a iniciativa **Roteiro para a Cidadania em Portugal**, numa ação promovida pela Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade e a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR).

A iniciativa concretizada pelo Município de Vila Velha de Ródão, em colaboração com o CLDS, envolveu ainda a Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro – Sul (ADRACES), através de utentes da sua Academia Sénior no concelho, e o Jardim de Infância do Agrupamento de Escolas, com as suas crianças. Esta atividade teve como principal objetivo levar até à população a discussão de temas como a igualdade de género e a violência doméstica entre outros, para que juntos possamos “Parar, Pensar e Agir, como refere o lema do Roteiro para a Cidadania”.

O projeto contou com a participação de uma equipa de animação e comunicação do próprio Roteiro que, acompanhada por uma carrinha equipada com vários recursos lúdico-pedagógicos, deu apoio às iniciativas desenvolvidas na Academia Sénior e no Jardim de Infância de Porto do Tejo.



→ **Academia Sénior de Vila Velha de Ródão** – A Academia Sénior a funcionar no concelho de Vila Velha de Ródão, conta já com dois anos de existência e desde o arranque do projeto sempre contou com o apoio, incondicional, deste Município. Trata-se de um projeto gerido

pela ADRACES, com um forte contributo da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, que disponibiliza recursos humanos e materiais que viabilizam o desenvolvimento do mesmo.

Trata-se de uma aposta consciente da autarquia que visa contribuir para o combate ao isolamento e à solidão, que afetam a qualidade dos cidadãos séniores. Trata-se de uma resposta socioeducativa e de envelhecimento ativo, que visa criar e dinamizar regularmente atividades culturais, formativas e de convívio, num contexto de formação ao longo da vida.

O executivo considera o projeto social da Academia Sénior mobilizador, agregador, que contribui para o bem-estar, para a aprendizagem e para a troca de conhecimentos de partilha de saberes. Considerado pela Autarquia como um instrumento de desenvolvimento que produz resultados meritórios na qualidade de vida das populações.

A cooperação da autarquia de Ródão, na realização deste projeto, contribui decisivamente para a melhoria da qualidade de vida sénior e permite o desenvolvimento das relações interpessoais e sociais entre as diferentes gerações.

- O Município em parceria com o CLDS 3G VVR (Contratos Locais de Desenvolvimento Social Terceira Geração), promoveram, no mês de março, um conjunto de atividades que procuraram **assinalar o Dia da Mulher**. Durante a semana em que se celebrava a data comemorativa, a equipa do CLDS 3G e da técnica de ação social do Município, percorreram as aldeias do concelho com o propósito de oferecer um “miminho” às senhoras e tirar uma fotografia instantânea com estas. A iniciativa pretendeu chegar a todas as pessoas que vivem mais isoladas, no concelho de Vila Velha de Ródão.

No final do dia 8 de março e já na sede do concelho, realizou-se um jantar convívio, aberto a todas as mulheres que nele quiseram participar. O evento foi marcado por diversos momentos de animação e música ao vivo.



- No seguimento dos incêndios florestais que atingiram o concelho de Vila Velha de Ródão e após o levantamento dos danos efetuado, pelo Gabinete de Ação Social do Município, na mesma semana em que se registou o incêndio, fez saber da necessidade da recuperação da casa afetada e desenvolveu todos os esforços tendentes à reposição da normalidade, no mais curto prazo de tempo possível. A concretização do apoio resultou do contributo direto e integral da Cáritas Diocesana, no montante de 15 mil 250 euros.

O contrato de reconstrução da habitação foi assinado no município entre a Cáritas Diocesana de Portalegre – Castelo Branco e a empresa construtora. Estiveram ainda presentes o Pároco do Concelho e a proprietária.



→ **Apoios ao Associativismo** - As associações são uma força única na afirmação e projeção da cultura local, as quais complementam o plano de atividades da Câmara Municipal. Com o intuito de apoiar a concretização dos planos de atividades que as associações se dispõem a realizar anualmente, a autarquia contribui com recursos financeiros e materiais, que visam apoiar a concretização e valorização do trabalho que estas desempenham, em prol da divulgação do concelho, em todos os seus níveis, (culturais, desportivos e recreativos) em que se integram em todo o município.

Desde o início do seu mandato que o Executivo Municipal tem demonstrado a preocupação em apoiar o movimento associativo, tendo para o efeito criado medidas que visam apoiar a concretização dos planos de atividades propostos pelas associações.

No âmbito destas medidas de apoio, o Executivo Municipal, tem demonstrado a sua preocupação com as dificuldades sentidas pelas associações, no geral, e entendeu que se justificava criar um novo instrumento de apoio às mesmas, designado de **Fundo Municipal de Apoio às Associações**. Este novo instrumento visa apoiar as associações na realização de obras de pequena dimensão nas suas sedes, e cujos trabalhos sejam executados diretamente pelos próprios associados.

A criação deste fundo resulta de uma alteração efetuada ao regulamento de Apoio ao Associativismo, tendo em conta as sugestões apresentadas pelas associações, nas reuniões anuais realizadas entre o executivo e estas.

No primeiro de entrada em vigor do **Fundo Municipal de Apoio às Associações**, foi alocada uma verba no valor 10.000 euros para o mesmo.

O executivo entendeu ainda que o processo de atribuição de apoios por parte da autarquia às associações deveria ser “mais participativo” e transparente, pelo que, e em virtude da alteração efetuada ao Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, a Comissão de Análise, aos subsídios a atribuir pela autarquia às associações, passou a ser constituída por dois técnicos da autarquia e um representante das Associações, eleito na reunião anual, realizada com todas as associações.



3.2.7. GESTÃO MUNICIPAL

- **Reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal Descentralizadas** – no âmbito do compromisso assumido pelo atual executivo, desde o início do primeiro mandato, em implementar uma política de proximidade para com os munícipes de todo o concelho, procurando-se alargar o espaço de participação dos cidadãos, foram realizadas Reuniões de Câmara e Assembleia Municipal, por todas as freguesias do concelho, com o intuito de ouvir os munícipes sobre os assuntos de interesse coletivo ou público das suas freguesias. Gostaríamos ainda de destacar que foram muitos os munícipes que quiseram marcar a sua presença nas sessões públicas descentralizadas pelas freguesias e que no período reservado à intervenção do público, aproveitaram a oportunidade para colocar questões de interesse, relativamente à sua freguesia e/ou concelho, tendo o executivo procurado dar uma resposta imediata a todas as questões ali apresentadas.
- **Descentralização de serviços** – Outra das medidas implementadas pelo atual executivo e que visam a aproximação dos munícipes à Câmara Municipal, passou pela deslocação, semanal, de um funcionário do município à sede das Juntas de Freguesia, por forma a resolver os problemas ou questões relacionadas com o Município, sem que estes tenham que se deslocar até à sede do concelho.
- Autarquia de Ródão disponibiliza serviço de videoconferência** – Vila Velha de Ródão tem em funcionamento, desde 2016, um sistema de videoconferência para diligências judiciais, este sistema encontra-se instalado no edifício da ADRACES. Este serviço pode ser utilizado pelos munícipes nas diligências determinadas pelos diversos tribunais do País e foi pensado para que os munícipes, que dele possam necessitar, o possam fazer sem que tenham de despendar custos de deslocação e tempo, para se prestar declarações perante o tribunal, já que o podem fazer a partir da sede do concelho.
- No seguimento da estratégia definida pelo executivo, desde o início do mandato, o combate à interioridade e à desertificação, problemas transversais aos territórios de baixa densidade, têm sido um tema de constante preocupação. Para combater as assimetrias territoriais o executivo tem vindo a trabalhar para a captação de investimento no concelho, para a valorização dos recursos endógenos e criação de riqueza.
- No seguimento dessa estratégia de desenvolvimento, que o atual executivo tem vindo a dinamizar, foi assinada uma escritura com vista à cedência de 10,6 hectares de terreno à empresa Plastificadora de Ródão, a qual irá proceder à instalação de uma unidade fabril de papel plastificado em Vila Velha de Ródão.



A nova fábrica representa um investimento de 10 milhões de euros e prevê a criação de 40 postos de trabalho diretos. Este novo investimento resulta da consolidação do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, quer ao nível do investimento, quer da criação de postos de trabalho que se tem vindo a implementar em Vila Velha de Ródão, podendo mesmo afirmar-se que este é um concelho de referência nestas áreas.



Às autarquias compete dar respostas céleres e implementar estratégias de articulação com a comunidade empresarial, no sentido de ajudar a ultrapassar os principais constrangimentos que dificultam a concretização dos projetos. Este é o modelo de cooperação e desenvolvimento que o município ambiciona fomentar e reforçar no seu relacionamento com o tecido empresarial concelhio, apoiando as empresas instaladas e proporcionando condições de acesso atrativas para que novos projetos de investimento se possam fixar, contribuindo de forma decisiva e positiva para o desenvolvimento do concelho.

Designação	2014	2015	2016	2017
...
...
...
...



4. ANÁLISE ORÇAMENTAL

4.1. ORÇAMENTO

4.1.1. ANÁLISE SUMÁRIA

Este capítulo tem como finalidade analisar os elementos relativos à execução orçamental de 2017, nomeadamente no que se refere ao comportamento e evolução histórica das suas principais rubricas.

Assim, são de realçar os seguintes aspetos:

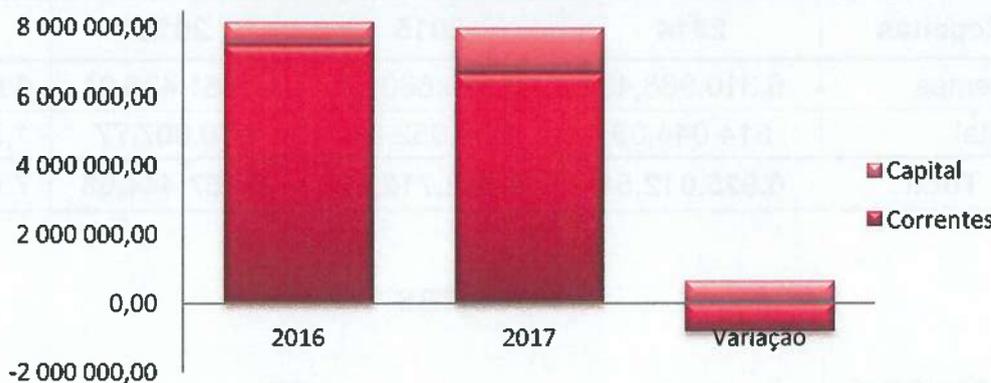
RECEITAS

As receitas totalizaram € **7.986.527,87** tendo atingido as receitas de natureza corrente o valor de € 6.657.996,19 (83,36%), as de capital o valor de € 1.326.225,68 (16,61%) e as outras receitas o valor de € 2.306,00 (0,03%), que por respeitarem a reposições não abatidas nos pagamentos de natureza corrente, serão acrescidas às receitas daquela natureza, totalizando assim as *receitas correntes* € **6.660.302,19** (83,39%) e as receitas de capital € **1.326.225,68** (16,61%).

Designação	2016	2017	Variação	
			Valor	%
Receitas Correntes	7.481.436,91	6.660.302,19	-821.134,72	-10,98
Receitas de Capital	676.007,77	1.326.225,68	650.217,91	96,18
Total	8.157.444,68	7.986.527,87	-170.916,81	-2,10

Se compararmos a execução da receita com o ano anterior verifica-se um decréscimo das receitas, em cerca de 171 mil euros (-2,10%), facto que se deve exclusivamente ao decréscimo das receitas correntes, em cerca de 821 mil euros (-10,98%), resultante da significativa redução dos impostos diretos, concretamente da redução da receita arrecadada com o Imposto Municipal sobre a Transação de Imóveis, que sofreu um decréscimo em cerca de 929 mil euros e da redução nas Outras Receitas Correntes. As receitas de capital sofreram mesmo um significativo acréscimo em cerca de 650 mil euros (96,18%), tendo contribuído para esta situação essencialmente o aumento das Transferências de Capital, resultante das transferências comunitárias de projetos cofinanciados.

Comparação da Receita



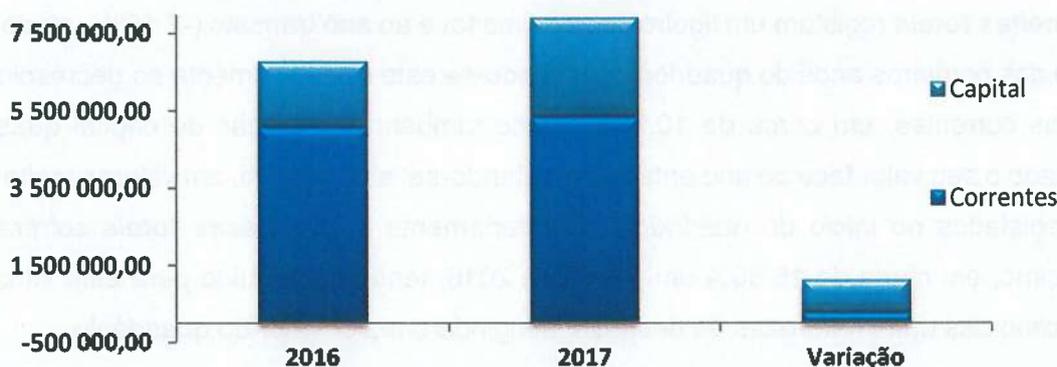
DESPESAS

As despesas totalizaram € 7.914.083,26 sendo constituídas por despesas de natureza corrente de € 5.343.617,07 (67,52%) e de despesas de capital de € 2.570.466,19 (32,48%).

Designação	2016	2017	Variação	
			Valor	%
Despesas Correntes	5.073.394,87	5.343.617,07	270.222,20	5,33
Despesas de Capital	1.713.829,29	2.570.466,19	856.636,90	49,98
Total	6.787.224,16	7.914.083,26	1.126.859,10	14,24

Em relação ao ano transato, e contrariamente ao comportamento da receita, observa-se um acréscimo das despesas em cerca de 1.127 mil euros (14,24%), principalmente pelo acréscimo das despesas de capital, tendo também as despesas correntes sofrido um ligeiro acréscimo. As despesas correntes sofreram um acréscimo em cerca de 270 mil euros (5,33%), resultado do aumento da despesa das várias rubricas com maior peso na estrutura corrente da despesa. As despesas de capital sofreram um acréscimo significativo em cerca de 857 mil euros, tendo contribuído para esta situação o aumento de todas as rubricas desta natureza.

Comparação da Despesa

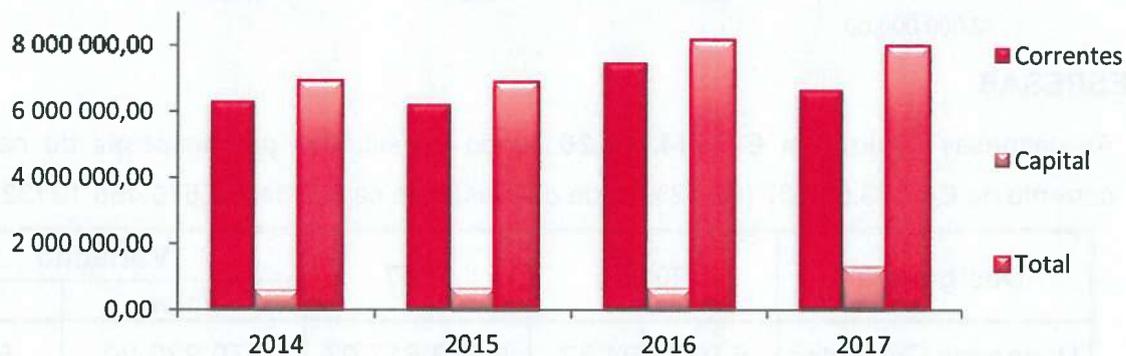




4.1.2. DADOS HISTÓRICOS

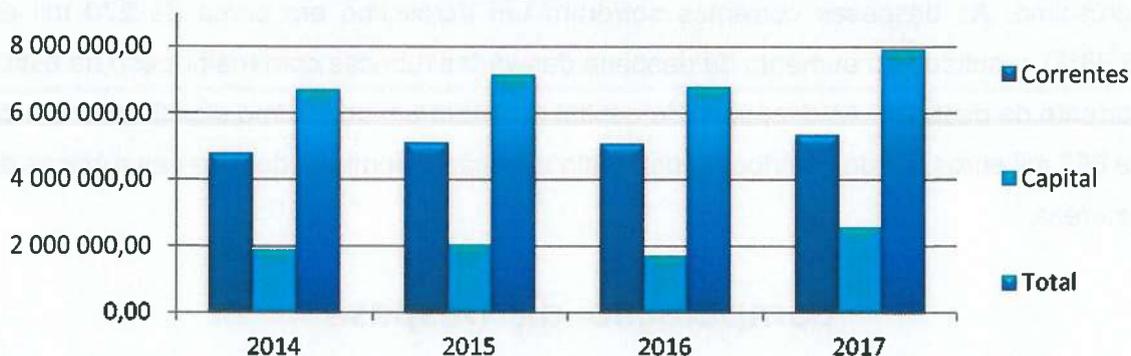
Receitas	2014	2015	2016	2017
Correntes	6.310.968,45	6.220.660,48	7.481.436,91	6.660.302,19
Capital	614.044,06	668.052,21	676.007,77	1.326.225,68
Total	6.925.012,51	6.888.712,69	8 157 444,68	7.986.527,87

Receitas



Despesas	2014	2015	2016	2017
Correntes	4.787.139,21	5.105.861,01	5.073.394,87	5.343.617,07
Capital	1.911.084,25	2.042.156,88	1.713.829,29	2.570.466,19
Total	6.698.223,46	7.148.017,89	6 787 224,16	7.914.083,26

Despesas



As **receitas totais** registam um ligeiro decréscimo face ao ano transato (-2,10%), ainda assim acima dos primeiros anos do quadriénio, devendo-se este exclusivamente ao decréscimo das receitas correntes, em cerca de 10,98%, tendo também as receitas de capital quase que duplicado o seu valor face ao ano anterior, mantendo-se, ainda assim, em valores muito acima dos registados no início do quadriénio. Contrariamente as **despesas totais** sofreram um acréscimo, em cerca de 16,60% em relação a 2016, tendo contribuído para esta situação o acréscimo das duas naturezas da despesa, atingindo o maior valor do quadriénio.



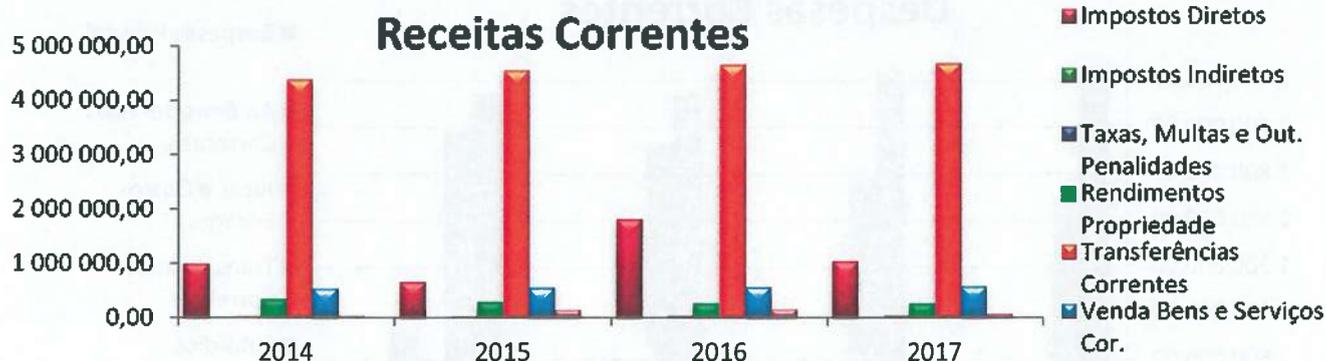
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Relatório de Gestão

Exercício 2017



Receitas Correntes	2014	2015	2016	2017
Impostos Diretos	987.026,40	656.371,40	1.806.936,40	1.032.501,51
Impostos Indiretos	6.927,99	5.285,56	5.344,30	10.692,77
Taxas, Multas e Out. Penalidades	22.902,79	23.118,16	27.132,57	28.031,55
Rendimentos de Propriedade	337.577,66	284.549,05	265.692,26	259.994,78
Transferências Correntes	4.388.210,42	4.550.395,00	4.664.730,85	4.686.006,54
Venda de Bens e Serviços Correntes	529.716,52	546.123,30	557.929,78	573.562,50
Outras Receitas Correntes	30.216,15	141.096,78	151.258,20	67.206,54
Reposições não abatidas pagamentos	8.390,52	13.721,23	2.412,55	2.306,00
Total Receitas Correntes	6.310.968,45	6.220.660,48	7.481.436,91	6.660.302,19



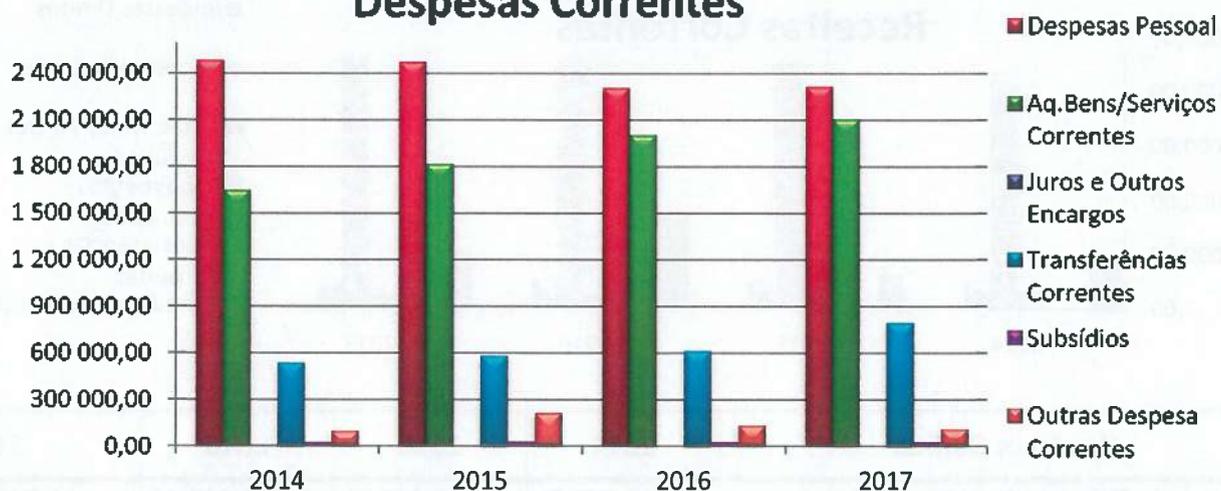
Receitas Capital	2014	2015	2016	2017
Vendas de Bens de Investimento	5.053,00	12.436,50	4.329,10	20.752,40
Transferências de Capital	608.991,06	654.115,71	659.980,69	1.275.473,28
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Capital	0,00	1.500,00	11.697,98	30.000,00
Reposições não abatidas pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Receitas Capital	614.044,06	668.052,21	676.007,77	1.326.225,68





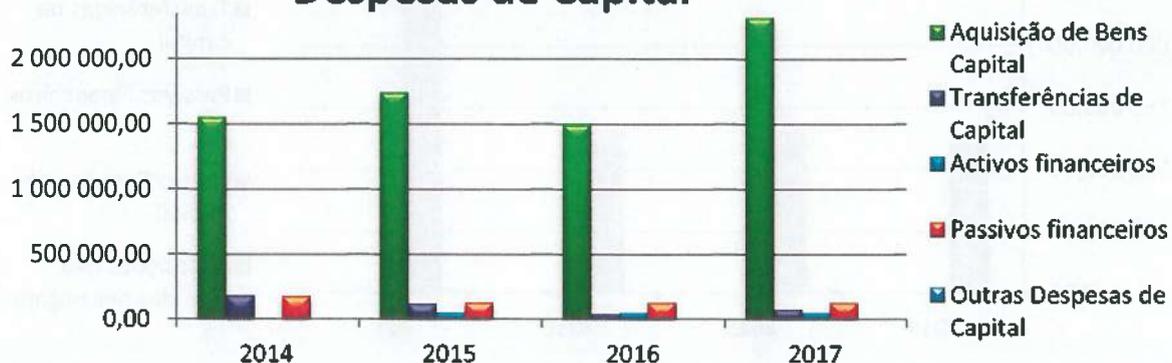
Despesas Correntes	2014	2015	2016	2017
Despesas com Pessoal	2.482.743,19	2.470.576,72	2.304.218,68	2.312.795,29
Aquisição de Bens e Serviços	1.646.685,77	1.815.102,01	2.001.315,94	2.105.210,84
Juros e Outros Encargos	6.633,73	4.775,31	2.861,71	1.886,11
Transferências Correntes	534.546,08	579.599,59	610.392,11	792.460,36
Subsídios	21.894,30	24.756,30	23.182,20	23.810,44
Outras Despesas Correntes	94.636,14	210.871,08	131.424,23	107.454,03
Total Despesas Correntes	4.787.139,21	5.105.681,01	5.073.394,87	5.343.617,07

Despesas Correntes



Despesas Capital	2014	2015	2016	2017
Aquisição de Bens de Capital	1.554.623,37	1.743.033,01	1.496.736,22	2.318.773,49
Transferências de Capital	179.727,63	117.735,19	40.331,46	74.542,00
Ativos Financeiros	0,00	50.020,00	50.020,00	50.020,00
Passivos Financeiros	176.733,25	126.147,65	126.741,61	127.130,70
Outras Despesas de Capital	0,00	5.221,03	0,00	0,00
Total Despesas Capital	1.911.084,25	2.042.156,88	1.713.829,29	2.570.466,19

Despesas de Capital



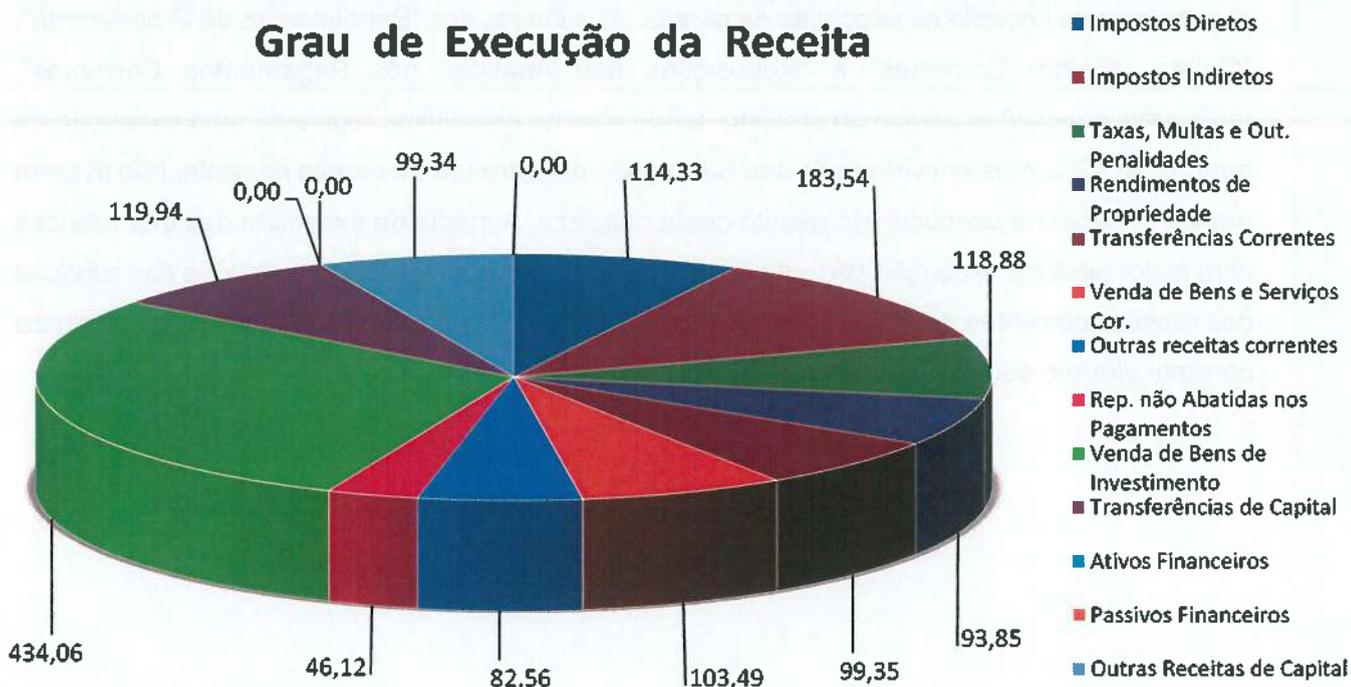


4.1.3. RECEITA

4.1.3.1 Análise da Execução do Orçamento da Receita

Capítulos da Receitas	Dotação Corrigida	Execução	Grau de execução (%)	Peso Relativo na execução (%)
Receitas Correntes				
Impostos Diretos	903.076,00	1.032.501,51	114,33	12,93
Impostos Indiretos	5.826,00	10.692,77	183,54	0,13
Taxas, Multas e Outras Penalidades	23.579,00	28.031,55	118,88	0,35
Rendimentos de Propriedade	277.045,00	259.994,78	93,85	3,26
Transferências Correntes	4.716.461,00	4.686.006,54	99,35	58,67
Venda de Bens e Serviços Correntes	554.203,00	573.562,50	103,49	7,18
Outras Receitas Correntes	81.400,00	67.206,54	82,56	0,84
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	5.000,00	2.306,00	46,12	0,03
Total Receitas Correntes	6.566.590,00	6.660.302,19	101,43	83,39
Receitas Capital				
Venda de bens de Investimento	4.781,00	20.752,40	434,06	0,26
Transferências de Capital	1.063.429,00	1.275.473,28	119,94	15,970
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,38
Outras Receitas de Capital	30.200,00	30.000,00	99,34	0,00
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Receitas de Capital	1.098.410,00	1.326.225,68	120,74	16,61
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E CAPITAL	7.665.000,00	7.986.527,87	104,19	100,00

Grau de Execução da Receita





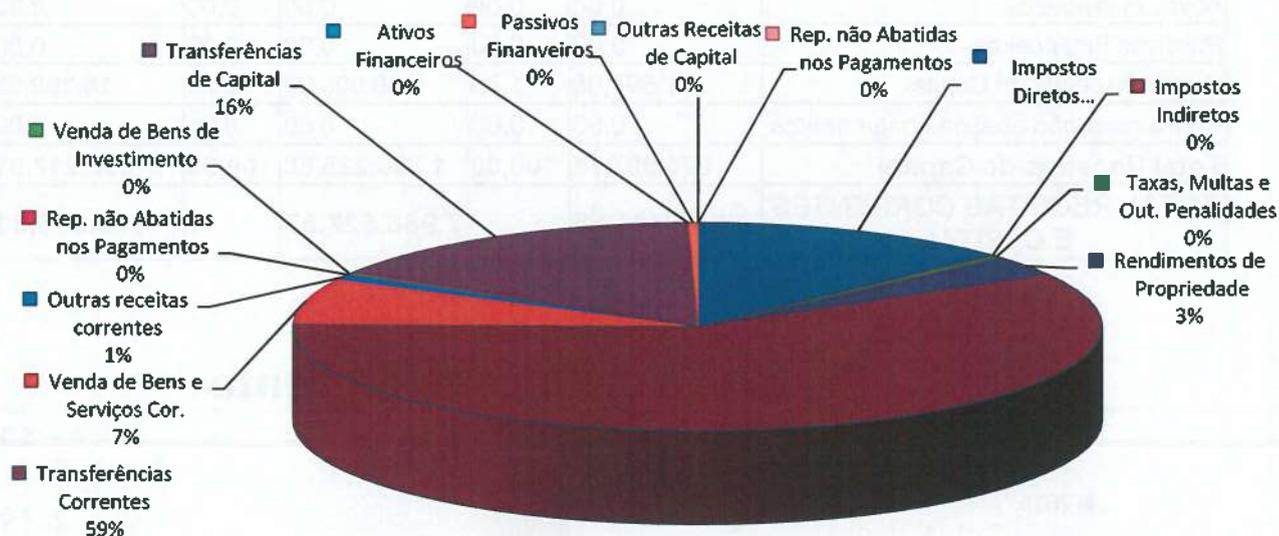
As receitas atingiram uma execução de 104,19% do valor orçado, registando o valor de 7.987 mil euros, tendo-se verificado uma execução da receita corrente em 101,43% e atingindo as receitas de capital uma execução de 120,74%.

As **receitas correntes**, com uma execução de 101,43% face ao previsto, atingiram o valor de 6.660 mil euros, essencialmente devido ao facto das rubricas com maior peso na execução corrente, as “Transferências Correntes”, os “Impostos Diretos” e a “Venda de Bens e Serviços Correntes”, com pesos de 70,36%, 15,50% e 8,61% respetivamente, terem registado execuções ligeiramente acima do previsto, tendo, no entanto, as várias rubricas desta natureza registado graus de execução bastante variáveis. A rubrica com maior peso na execução corrente, as “Transferências Correntes”, com uma execução de 99,35% face ao previsto, atingiu o valor de 4.686 mil euros, sobretudo por via do acréscimo dos fundos do orçamento de estado, tendo mesmo as restantes componentes desta rubrica sofrido ligeiros decréscimos face ao ano transato. Os “Impostos Diretos”, que apresentam uma execução de 114,33%, atingiram o valor de 1.033 mil euros. Contudo esta rubrica registou um decréscimo de receita significativo em virtude de no ano anterior se ter verificado a obtenção de uma receita extraordinária obtida por via do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). A “Venda de Bens e Serviços Correntes”, com uma execução de 103,49%, correspondeu a uma receita arrecadada em cerca de 574 mil euros. A rubrica que registou a maior taxa de execução da receita, com uma execução de 183,54%, foi a dos “Impostos Indiretos”, contudo face ao seu peso na execução corrente (0,16%), não teve grande impacto na execução da receita desta natureza. Registaram ainda uma execução superior ao previsto as “Taxas, Multas e Outras Penalidades” (118,88%), contudo face ao seu peso na execução corrente (0,42%), não teve a mesma grande impacto na execução da receita. As rubricas dos “Rendimentos de Propriedade”, “Outras receitas Correntes” e “Reposições não Abatidas nos Pagamentos Correntes”, registaram execuções abaixo do previsto, tendo mesmo esta última registado uma execução de apenas 46,12%, mas em virtude do seu baixo peso na estrutura da receita corrente, não tiveram grande impacto na execução da receita desta natureza. A média de execução das três rubricas com maior peso na execução corrente foi de 105,73%, sendo a média de execução das rubricas das receitas correntes de 105,27%. Desta forma, os recursos próprios da autarquia de natureza corrente viram o seu peso reduzir para 29,64%.



As **receitas de capital** obtiveram uma execução de 120,74% face ao previsto, atingindo o valor de 1.326 mil euros, contribuindo para esta situação o aumento generalizado da receita arrecadada face ao previsto, de todas as rubricas de capital. A rubrica com maior peso na receita de capital arrecadada, as "Transferências de Capital" (96,17%), que atingiu o valor de 1.275 mil euros, obteve uma execução de 119,94% face ao previsto. A "Venda Bens Investimento" registou a maior execução da receita de capital (434,06%), passando a representar 1,56% na execução da receita desta natureza, correspondendo assim a uma receita arrecadada em cerca de 21 mil euros. A rubrica "Outras Receitas de Capital", com uma execução de 99,34%, sofreu um acréscimo em relação ao ano transato, passando a representar 2,26% da execução de capital e atingindo o valor de 30 mil euros. As restantes rubricas de capital não registaram qualquer execução, situação já prevista para os "Passivos Financeiros", uma vez que não era espectável a necessidade de recorrer à contratação de empréstimos. Os recursos próprios da autarquia desta natureza, passaram a representaram 3,83% da receita de capital, mais 1,46% que no ano transato.

Peso Relativo por Rubricas



As receitas correntes contribuíram em 83,39% para a execução do orçamento, enquanto as receitas de capital contribuíram com 16,61%.

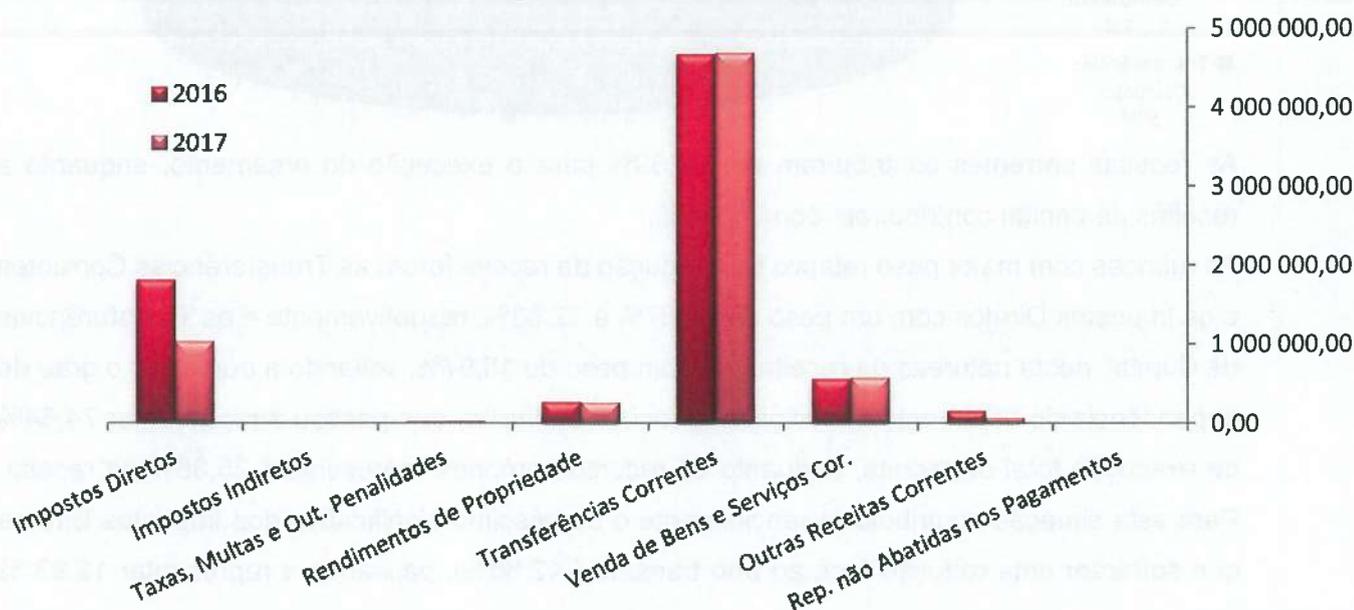
As rubricas com maior peso relativo na execução da receita foram as Transferências Correntes e os Impostos Diretos com um peso de 58,67% e 12,93%, respetivamente e as Transferências de Capital, nesta natureza da receita, com um peso de 15,97%, voltando a aumentar o grau de dependência do orçamento municipal dos recursos alheios, que passou a representar 74,64% da execução total da receita, enquanto os recursos próprios representam 25,36% da receita. Para esta situação contribuiu essencialmente o decréscimo significativo dos Impostos Diretos que sofreram uma redução face ao ano transato (-42,86%), passando a representar 12,93 %

da receita arrecadada e o acréscimo das Transferências de Capital, que passaram a representar 15,97% da receita arrecadada.

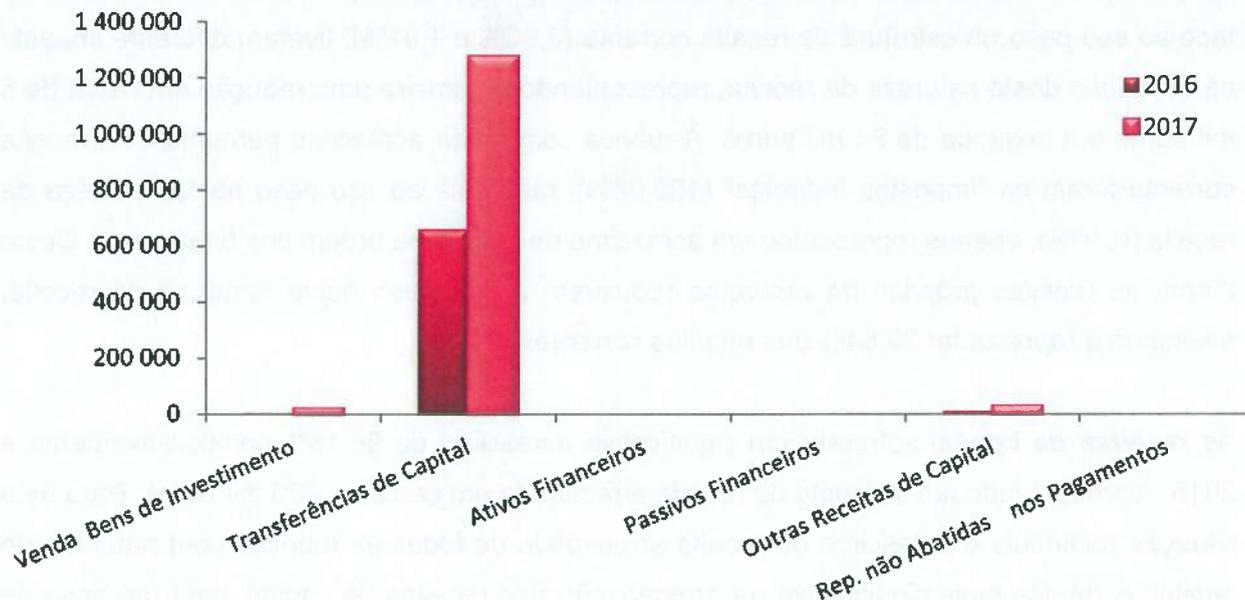
4.1.3.2 Análise Detalhada do Orçamento da Receita

Capítulos da Receita	Execução 2016		Execução 2017		Variação 2016/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes						
Impostos Diretos	1.806.936,40	24,15	1.032.501,51	15,50	-774.434,89	-42,86
Impostos Indiretos	5.344,30	0,07	10.692,77	0,16	5.348,47	100,08
Taxas, Multas e Outras Penalidades	27.132,57	0,36	28.031,55	0,42	898,98	3,31
Rendimentos de Propriedade	265.692,26	3,55	259.994,78	3,90	-5.697,48	-2,14
Transferências Correntes	4.664.730,85	62,35	4.686.006,54	70,36	21.275,69	0,46
Venda de Bens e Serviços Correntes	557.929,78	7,46	573.562,50	8,61	15.632,72	2,80
Outras Receitas Correntes	151.258,20	2,02	67.206,54	1,01	-84.051,66	-55,57
Reposições não abatidas pagamentos	2.412,55	0,03	2.306,00	0,03	-106,55	0,00
Total Receitas Correntes	7.481.436,91	100,00	6.660.302,19	100,00	-821.134,72	-10,98
Receitas Capital						
Vendas de Bens de Investimento	4.329,10	0,64	20.752,40	1,56	16.423,30	379,37
Transferências de Capital	659.980,69	97,63	1.275.473,28	96,17	615.492,59	93,26
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Outras Receitas de Capital	11.697,98	1,73	30.000,00	2,26	18.302,02	156,45
Reposições não abatidas pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Total Receitas de Capital	676.007,77	100,00	1.326.225,68	100,00	650.217,91	96,18
TOTAL RECEITAS CORRENTES E CAPITAL	8.157.444,68		7.986.527,87		-170.916,81	-2,10

Execução da Receita Corrente



Execução da Receita de Capital



De um modo geral, as receitas sofreram uma ligeira redução em cerca de 171 mil euros (-2,10%). Esta situação resultou do decréscimo registado nas receitas correntes arrecadadas, que sofreram uma redução em cerca de 821 mil euros (-10,98%), tendo mesmo as receitas de capital registado um acréscimo significativo em cerca de 650 mil euros (96,18%).

Comparativamente ao ano anterior, as **receitas correntes** sofreram um decréscimo significativo, em cerca de 821 mil euros, essencialmente devido à significativa redução registada na receita arrecadada proveniente de Impostos Diretos, em cerca de 774 mil euros (-42,86%), atingindo esta rubrica o valor de 1.033 mil euros, reduzindo assim o seu peso para 15,50% das receitas correntes. Conforme já referido, esta situação efetivou-se por via da redução da receita arrecadada proveniente do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), em cerca de 929 mil euros, sendo este efeito, ainda assim, minimizado pelo aumento da receita arrecadada por via dos outros impostos, essencialmente da derrama, que atingiu o valor de 528 mil euros, seguindo-se o Imposto Municipal sobre imóveis, com um valor de 421 mil euros. As "Transferências Correntes", rubrica com maior peso nesta natureza da receita (70,36%), sofreram apenas um ligeiro aumento, em cerca de 21 mil euros, por via do aumento do Fundo de Equilíbrio Financeiro, tendo mesmo as restantes componentes desta rubrica decrescido, incluindo o montante arrecadado das transferências comunitárias, atingindo assim a rubrica o valor de 4.686 mil euros. A "Venda de Bens e Serviços Correntes" sofreu um acréscimo face ao ano anterior (2,80%) em cerca de 16 mil euros, passando a representar um peso de 8,61% nesta natureza de receita e atingindo assim, em 2017, o valor de 574 mil euros.



Os "Rendimentos de Propriedade" e as "Outras Receitas Correntes", viram reduzir o montante da receita arrecadado, em relação ao ano anterior, em 2,14% e 55,57%, respetivamente, representando esta última o maior decréscimo percentual da receita corrente arrecadada, mas face ao seu peso na estrutura da receita corrente (3,90% e 1,01%), tiveram diferente impacto na execução desta natureza da receita, representando a primeira uma redução em cerca de 6 mil euros e a segunda de 84 mil euros. A rubrica com maior acréscimo percentual na receita corrente foram os "Impostos Indiretos" (100,08%), mas face ao seu peso nesta natureza da receita (0,16%), apenas representou um acréscimo de receita na ordem dos 5 mil euros. Deste modo, as receitas próprias da autarquia reduziram o seu peso nesta natureza da receita, passando a representar 29,64% das receitas correntes.

As **receitas de capital** sofreram um significativo acréscimo de 96,18% comparativamente a 2016, representando um aumento da receita arrecadada em cerca de 650 mil euros. Para esta situação contribuiu o acréscimo da receita arrecadada de todas as rubricas com natureza de capital. A rubrica mais significativa na arrecadação das receitas de capital, com um peso de 96,17% na execução desta natureza da receita, as "Transferências de Capital", registou um significativo acréscimo de 615 mil euros (93,26%), atingindo assim, em 2017, o valor de 1.275 mil euros, essencialmente por via do acréscimo das receitas de transferências comunitárias de projetos cofinanciados. A maior variação percentual da receita de capital registou-se na rubrica "Venda de Bens de Investimento", aumentando esta o seu peso na execução da receita de capital para 1,56%, correspondendo a um aumento da receita em cerca de 16 mil euros. As "Outras Receitas de Capital" registaram também um acréscimo em cerca de 156,45% face ao ano transato, correspondendo a um aumento da receita em cerca de 18 mil euros, atingindo assim o valor de 30 mil euros, em virtude da indemnização recebida por danos causados em caminhos florestais. Desta forma as receitas próprias de capital sofreram um ligeiro acréscimo face ao ano transato (1,46%), passando os recursos alheios a representar 96,17% das receitas de capital do Município.

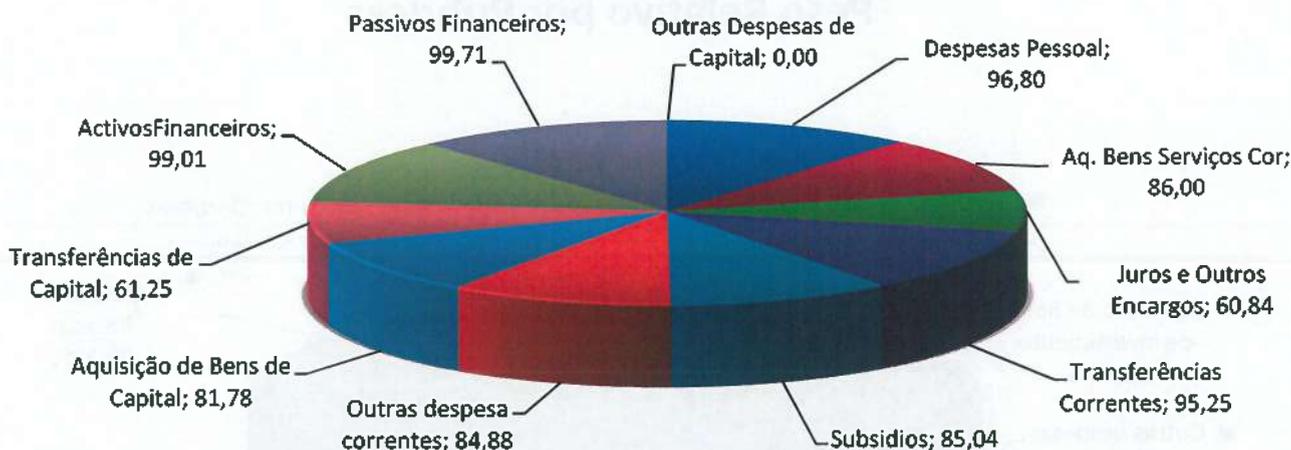


4.1.4. DESPESA

4.1.4.1 Análise da Execução do Orçamento da Despesa

Capítulos da Despesas	Dotação Corrigida	Execução	Grau de execução (%)	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes				
Despesas Pessoal	2.389.233,00	2.312.795,29	96,80	29,22
Aquisição de Bens e Serviços	2.448.049,00	2.105.210,84	86,00	26,60
Juros e Outros Encargos	3.100,00	1.886,11	60,84	0,02
Transferências Correntes	832.018,00	792.460,36	95,25	10,01
Subsídios	28.000,00	23.810,44	85,04	0,30
Outras Despesa Correntes	126.600,00	107.454,03	84,88	1,36
Total Despesas Correntes	5.827.000,00	5.343.617,07	91,70	67,52
Despesas Capital				
Aquisição de Bens de Capital	2.835.280,00	2.318.773,49	81,78	29,30
Transferências de Capital	121.700,00	74.542,00	61,25	0,94
Ativos Financeiros	50.520,00	50.020,00	99,01	0,63
Passivos Financeiros	127.500,00	127.130,70	99,71	1,61
Outras Despesas de Capital	3.000,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	3.138.000,00	2.570.466,19	81,91	32,48
TOTAL DESPESAS CORRENTES CAPITAL	8.965.000,00	7.914.083,26	88,28	100,00

Grau de Execução da Despesa



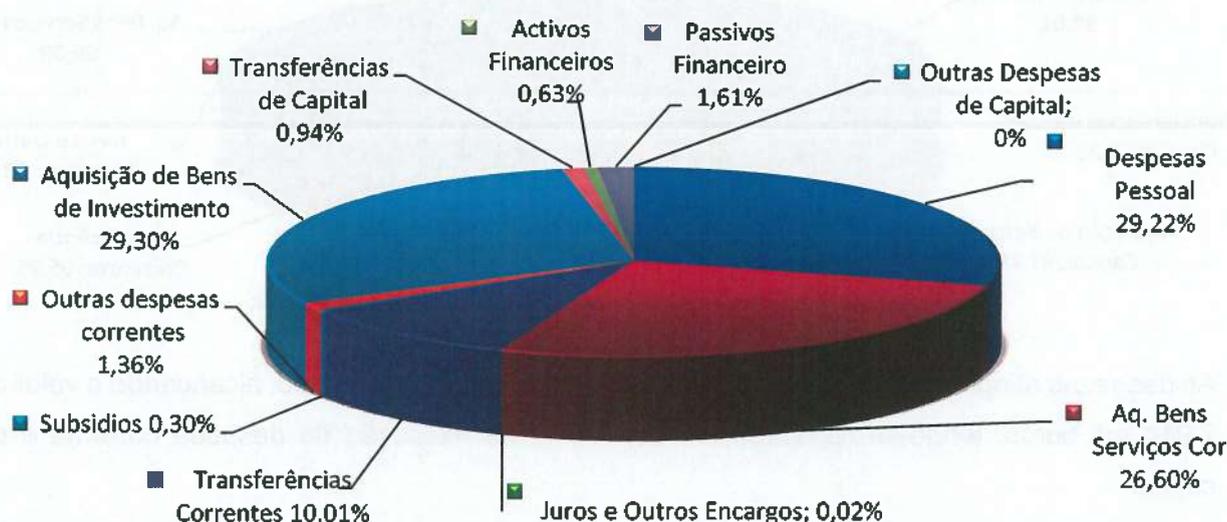
As despesas atingiram uma execução global de 88,28% do valor orçado, alcançando o valor de 7.914 mil euros, tendo-se registado um acréscimo na execução da despesa corrente e de capital.

As **despesas correntes** foram executadas em 91,70% em relação ao previsto, atingindo o valor de 5.344 mil euros, sendo a execução média das várias rubricas desta natureza da despesa de 84,80%, com todas as rubricas a registarem uma execução acima dos 85%, exceção feita à rubrica "Juros e Outros Encargos", que apenas registou uma execução de 60,84%. As rubricas

que apresentam maior peso na execução corrente, são as “Despesas com Pessoal”, que atingiram uma execução face ao previsto de 96,80%, a que correspondeu um valor de despesa de 2.313 mil euros e a “Aquisição de Bens e Serviços Corrente”, que registaram uma execução de 86,00%, atingindo o valor de 2.105 mil euros. As “Transferência Correntes”, com um peso de 14,83% na execução da despesa corrente, apresentaram uma execução de 95,25%, correspondendo a uma despesa de 792 mil euros. As “Outras Despesas Correntes”, com uma execução de 84,88%, sofreram uma redução face ao ano transato, passaram a representar uma despesa de 107 mil euros.

Nas **despesas de capital** verificou-se uma execução de 81,91%, correspondendo a um valor de 2.570 mil euros, em virtude da rubrica com maior peso na execução de capital (90,21%), a “Aquisição de Bens de Investimentos”, ter alcançado uma execução de 81,78% face ao previsto, ou seja, cerca de 2.319 mil euros, tendo-se verificado uma execução média das várias rubricas da despesa de capital de 68,35%. As rubricas que obtiveram maior execução face ao previsto foram os “Ativos Financeiros” e os “Passivos Financeiros” (99,01% e 99,71%), correspondendo a execuções em cerca de 50 mil euros e 127 mil euros, respetivamente. A rubrica “Transferências de Capital”, que representa apenas 2,90% da execução da despesa de capital, atingiu apenas uma execução de 61,25 % face ao previsto, correspondendo a cerca de 75 mil euros. Não se registou qualquer despesa pela rubrica “Outras Despesas de Capital”.

Peso Relativo por Rubricas



As despesas correntes representaram 67,52% do total da execução da despesa, enquanto as despesas de capital obtiveram uma execução de 32,48%, tendo-se registado um acréscimo nas duas naturezas da despesa.



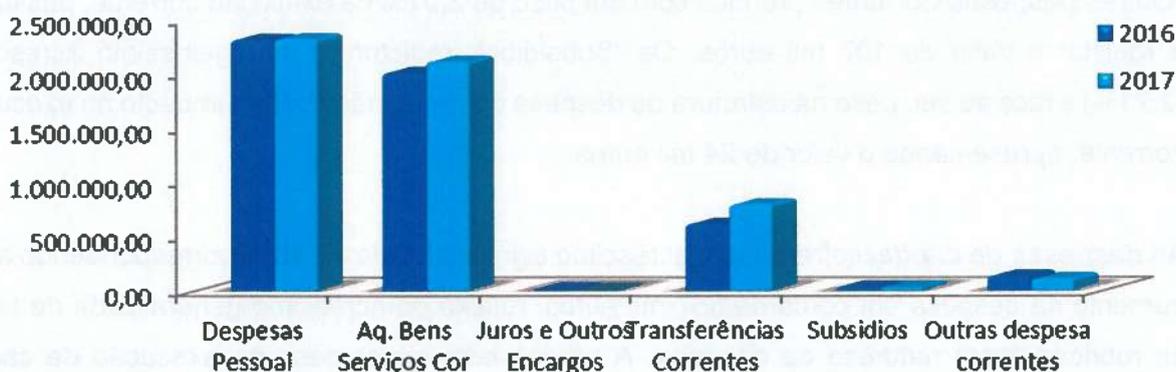
As rubricas com maior peso na execução corrente foram, como seria previsível, as “Despesas de Pessoal” (29,22%) e a “Aquisição de Bens e Serviços” (26,60%), repartindo-se os restantes 11,70% pelas outras rubricas correntes, com maior incidência para as “Transferências Correntes”, que passaram a representar 10,01% da execução da despesa.

Nas despesas de capital, a rubrica com maior peso na execução desta natureza, a “Aquisição de Bens de Capital” obteve a quase totalidade da execução de capital, passando a representar um peso de 29,30%, repartindo-se a restante execução pelas rubricas “Passivos Financeiros”, “Transferências de Capital” e “Ativos Financeiros”, com execuções de 1,61%, 0,94% e 0,63%, respetivamente.

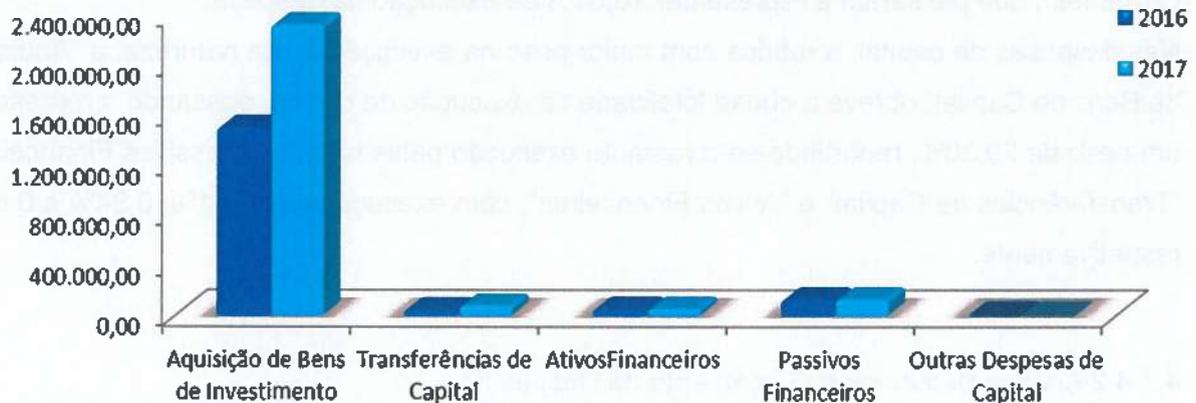
4.1.4.2 Análise Detalhada do Orçamento da Despesa

Capítulos da despesa	Execução 2016		Execução 2017		Variação 2016/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes						
Despesas Pessoal	2.304.218,68	45,42	2.312.795,29	43,28	8.576,61	0,37
Aquisição de Bens e Serviços	2.001.315,94	39,45	2.105.210,84	39,40	103.894,90	5,19
Juros e Outros Encargos	2.861,71	0,06	1.886,11	0,04	-975,60	-34,09
Transferências Correntes	610.392,11	12,03	792.460,36	14,83	182.068,25	29,83
Subsídios	23.182,20	0,46	23.810,44	0,45	628,24	0,00
Outras Despesa Correntes	131.424,23	2,59	107.454,03	2,01	-23.970,20	-18,24
Total Despesas Correntes	5.073.394,87	100,00	5.343.617,07	100,00	270.222,20	5,33
Despesas Capital						
Aquisição de Bens de Capital	1.496.736,22	87,33	2.318.773,49	90,21	822.037,27	54,92
Transferências de Capital	40.331,46	2,35	74.542,00	2,90	34.210,54	84,82
Ativos Financeiros	50.020,00	2,92	50.020,00	1,95	0,00	0,00
Passivos Financeiros	126.741,61	7,40	127.130,70	4,95	389,09	0,31
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	1.713.829,29	100,00	2.570.466,19	100,00	856.636,90	49,98
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	6.787.224,16		7.914.083,26		1.126.859,10	16,60

Execução da Despesa Corrente



Execução da Despesa de Capital



De um modo geral, as despesas sofreram um acréscimo de 16,60% relativamente ao ano transato, correspondendo a um aumento da despesa em cerca de 1.127 mil euros, para o qual contribuiu o acréscimo quer da despesa corrente (5,33%), quer da despesa de capital (49,98%). A **despesa corrente**, sofreu um ligeiro acréscimo em cerca de 270 mil euros, correspondendo a uma variação de 5,33% face ao ano transato, tendo-se registado um aumento generalizado das rubricas com maior peso nesta natureza da despesa. A rubrica com maior peso na execução corrente, as “Despesas com Pessoal”, com um peso de 43,28%, sofreu um ligeiríssimo acréscimo em cerca de 9 mil euros (0,37%), atingindo assim, em 2017, o valor de 2.313 mil euros. Do mesmo modo, a outra rubrica com um peso significativo na estrutura da despesa corrente, as “Aquisições de Bens e Serviços Correntes”, sofreu um ligeiro aumento em cerca de 104 mil euros (5,19%), passando a registar o valor de 2.105 mil euros e a representar 39,40% da execução corrente. As “Transferências Correntes”, que passaram a representar 14,83% da execução da despesa desta natureza, sofreram o maior acréscimo da despesa corrente, em cerca de 182 mil euros (29,83%), atingindo assim, em 2017, o valor de 792 mil euros. A rubrica que apresentou o maior decréscimo em valor, cerca de 24 mil euros, foi as “Outras Despesas Correntes”, rubrica com um peso de 2,01% na execução corrente, passando a registar o valor de 107 mil euros. Os “Subsídios”, registaram um ligeiríssimo acréscimo (2,71%) e face ao seu peso na estrutura da despesa corrente, não tiveram impacto na execução corrente, apresentando o valor de 24 mil euros.

As **despesas de capital** sofreram um acréscimo significativo de 49,98%, correspondendo a um aumento da despesa em cerca de 857 mil euros, reflexo do acréscimo generalizada de todas as rubricas desta natureza da despesa. A rubrica com maior peso na execução de capital



(90,21%), a "Aquisição de Bens de Capital", sofreu um acréscimo em cerca de 822 mil euros (54,92%), passando a registar o valor de 2.319 mil euros. As "Transferências de Capital", registaram o maior acréscimo nesta natureza da despesa (84,82%), passando a apresentar um peso de 2,90%, que se traduziu no aumento da despesa em cerca de 34 mil euros, passando a apresentar o valor de 75 mil euros. Outra rubrica com algum peso na estrutura da despesa de capital (4,95%), os "Passivos Financeiros", sofreu um ligeiríssimo acréscimo, sem impacto na execução, mantendo o valor de 127 mil euros. As "Outras Despesas de Capital" não registaram qualquer valor.

Descrição	Valor	Variação
Aquisição de Bens de Capital	2.319	+822
Transferências de Capital	75	+34
Passivos Financeiros	127	0
Outras Despesas de Capital	0	0



4.1.4.3. Execução Orçamental por Classificação Orgânica

Execução Orçamental da Assembleia Municipal (0101)

Capítulos da Despesa	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	14.400,00	7.327,29	100,00
Aq. Bens/Serviços Correntes	600,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	15.000,00	7.327,29	100,00
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	15.000,00	7.327,29	100,00

Assembleia Municipal

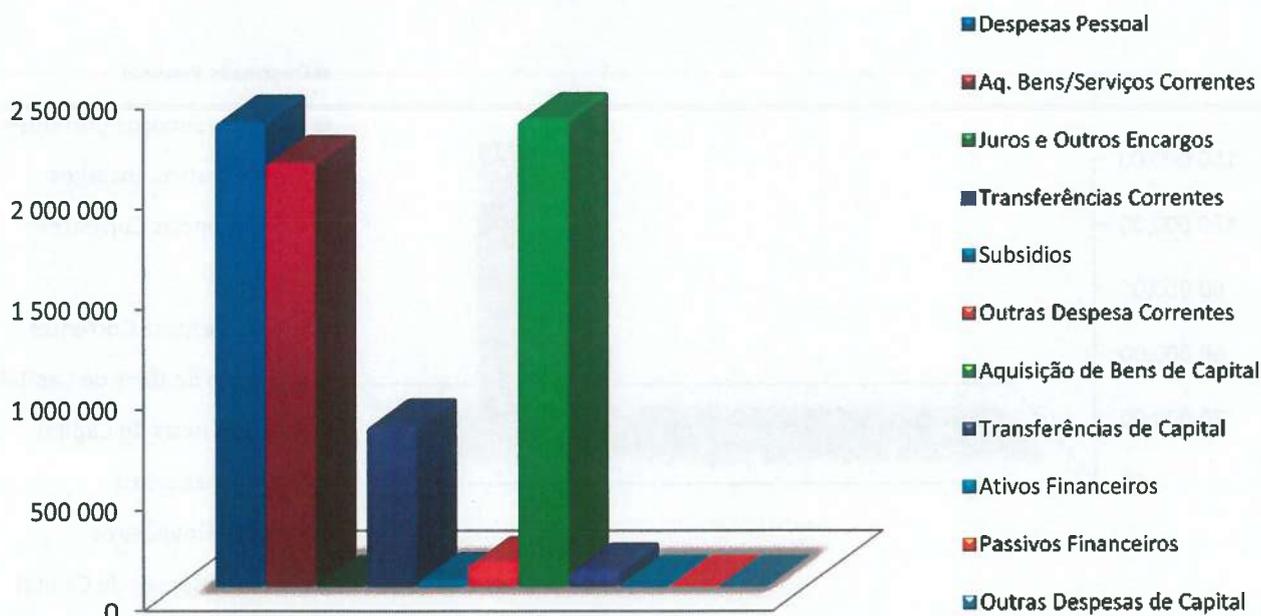




**Execução Orçamental da Câmara Municipal e Serviços Municipais
(0102)**

Capítulos da Despesas	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	2.374.833,00	2.305.468,00	29,83
Aq. Bens/Serviços Correntes	2.447.449,00	2.105.210,84	27,24
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	832.018,00	792.460,36	10,25
Subsídios	28.000,00	23.810,44	0,31
Outras Despesa Correntes	126.600,00	107.454,03	1,39
Total Despesas Correntes	5.808.900,00	5.334.403,67	69,03
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	2.835.280,00	2.318.773,49	30,01
Transferências de Capital	121.700,00	74.542,00	0,96
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	1.000,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	2.957.980,00	2.393.315,49	30,97
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	8.766.880,00	7.727.719,16	100,00

Câmara e Serviços Municipais

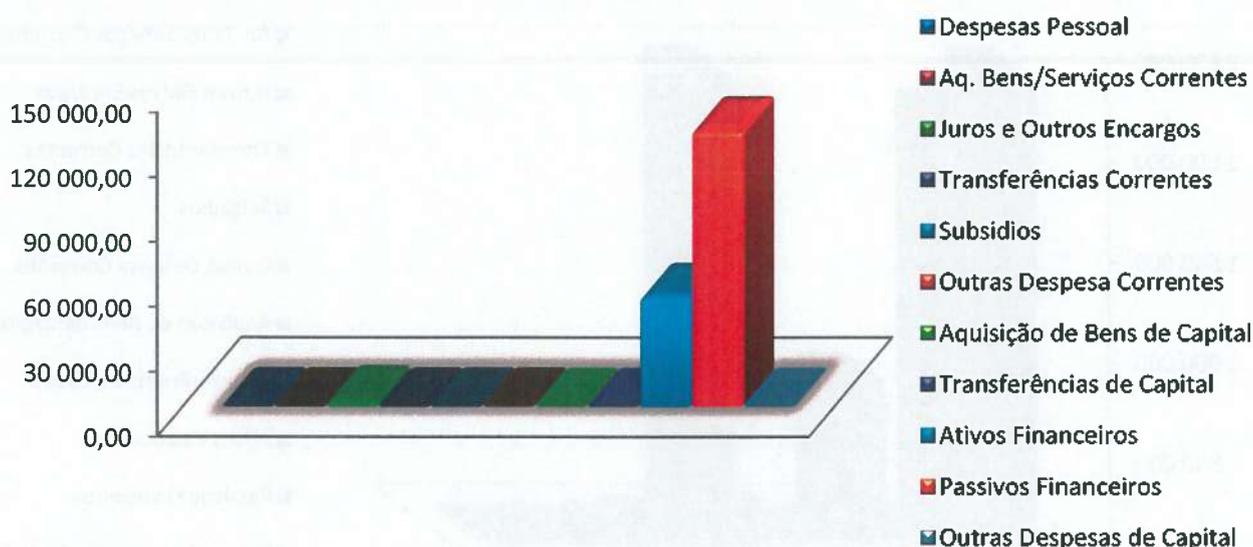




Execução Orçamental das Operações Financeiras (0103)

Despesas Correntes	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	0,00	0,00	0,00
Aq. Bens/Serviços Correntes	0,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	3.120,00	2.861,71	1,59
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	3.120,00	2.861,71	1,59
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	50.120,00	50.020,00	28,30
Passivos Financeiros	127.500,00	126.741,61	70,56
Outras Despesas de Capital	1.100,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	178.720,00	176.761,61	98,41
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	181.840,00	179.623,32	100,00

Operações Financeiras



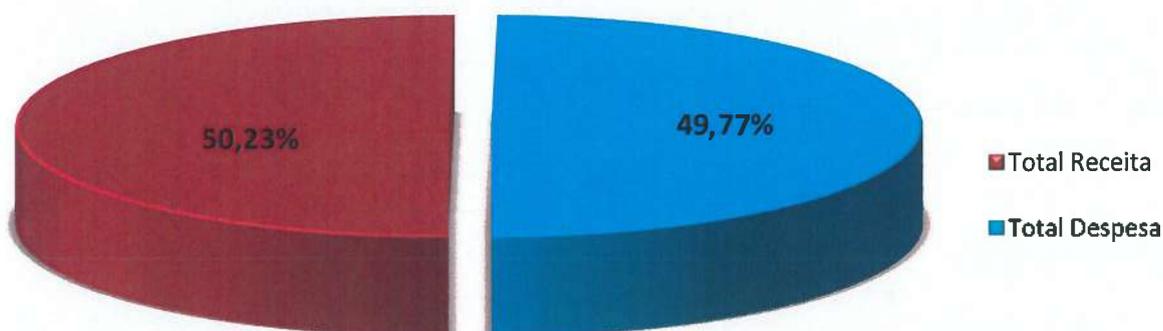
4.1.5. COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Na gerência de 2017 verificou-se um saldo de € **72.444,61** sendo que € 1.316.685,12 tem natureza corrente e € -1.244.240,51 tem natureza de capital, resultante da diferença entre as receitas cobradas, que atingiram o valor de € 7.986.527,87 e as despesas realizadas cujo montante foi de € 7.914.083,26.

Tendo em conta o valor do saldo da gerência anterior de € 2.996.287,85, de natureza corrente, o saldo que transita para 2018 será de € **3.068.732,46**, de natureza corrente. Transita igualmente, como encargos assumidos e não pagos, o valor de € 128.942,43.

Receita Total/Despesa Total

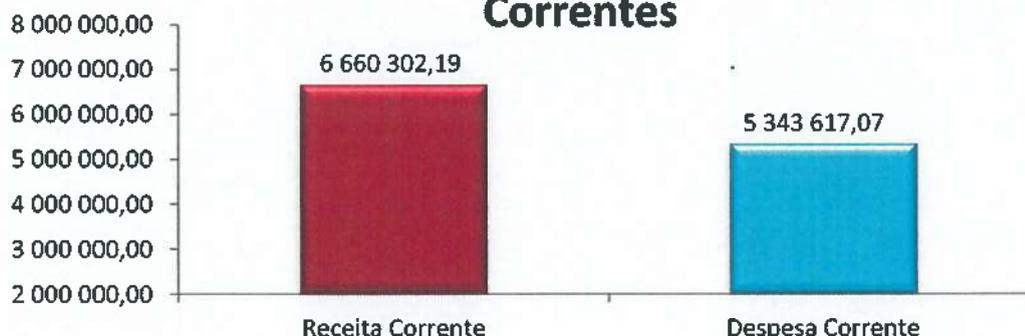
Comparação entre Total da Receita e Total da Despesa



Para os valores globais apresentados, contribuiu a seguinte execução:

➤ **Corrente:**

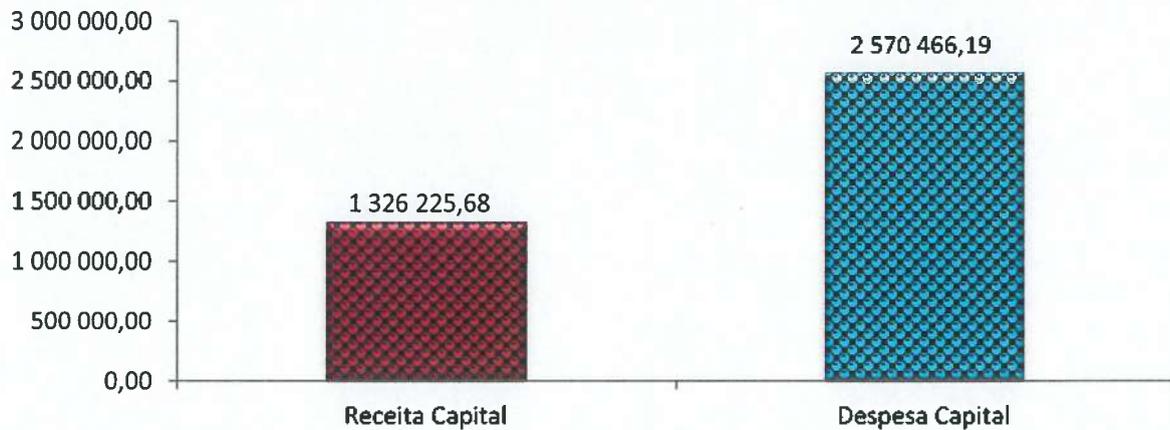
Comparação entre Receitas e Despesas Correntes



A receita corrente foi de € 6.660.32,19 e a despesa corrente de € 5.343.617,07 resultando um **saldo corrente** de € **1.316.685,12**

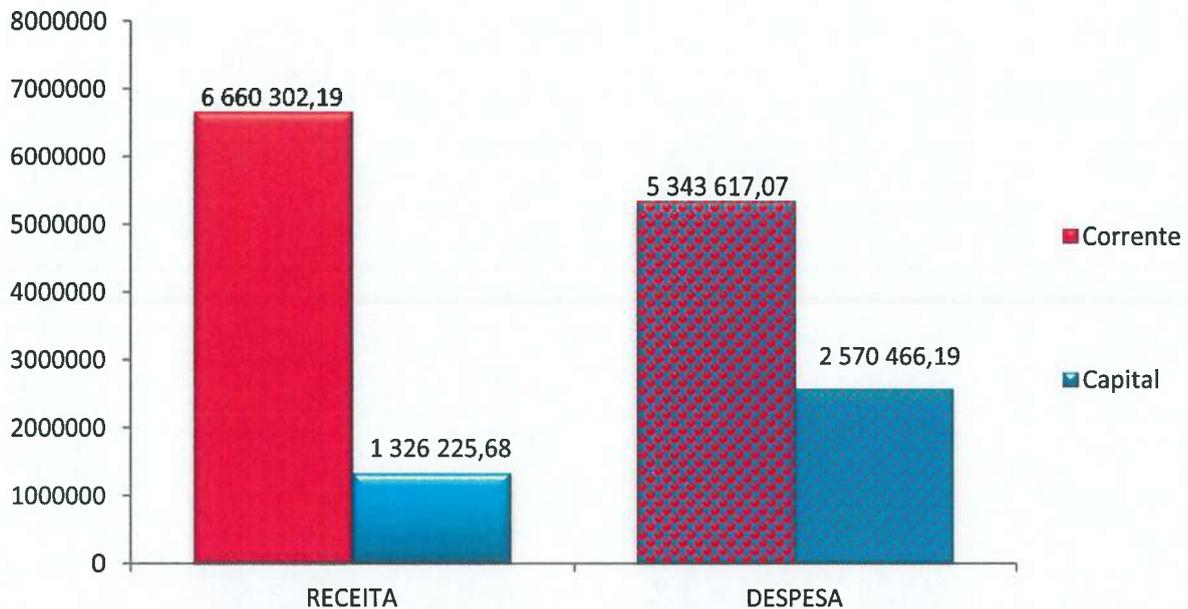
➤ **Capital**

Comparação entre Receitas e Despesas de Capital



A receita de capital foi de € 1.326.225,68 e a despesa de capital atingiu € 2.570.466,19 resultando um **saldo de capital** de € -1.244.240,51.

Comparando as receitas e despesas por natureza, obtemos o seguinte gráfico:

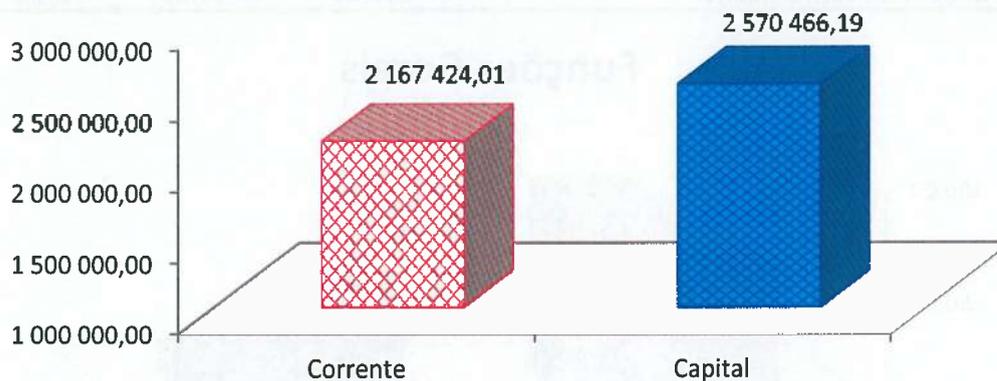




4.1.6. ORÇAMENTO / GRANDES OPÇÕES DO PLANO

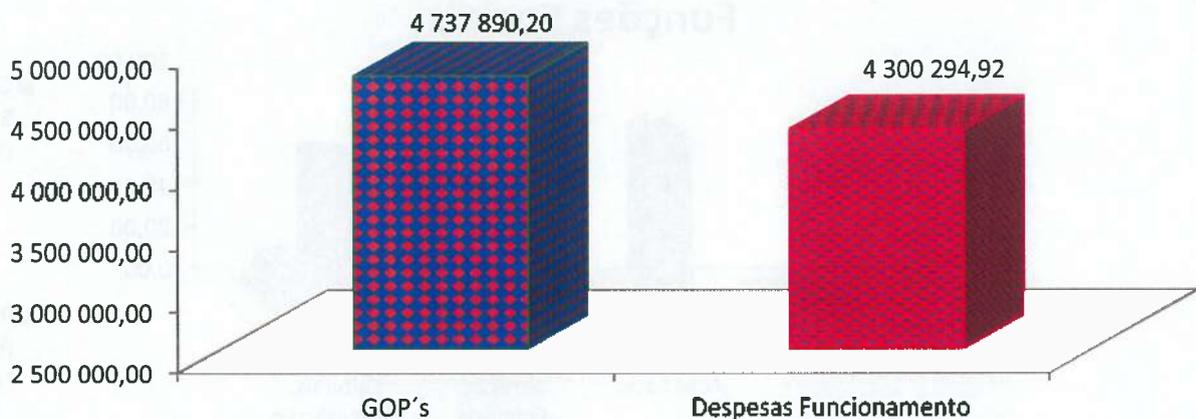
Em 2017 as Grandes Opções do Plano totalizam € 4.737.890,20, correspondendo a 59,87% da despesa executada, que atingiu o valor de € 7.914.083,26. Daquele valor, € 2.167.424,01 respeita a despesa corrente e € 2.570.466,19 tem a natureza de capital.

Grandes Opções do Plano por Natureza



As despesas de funcionamento, calculadas pela diferença entre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, deduzido das despesas de funcionamento inscritas neste documento, no exercício de 2017, atingiram € 4.300.294,92, ou seja 54,34% da execução do orçamento da despesa, conforme se pode observar no gráfico abaixo apresentado.

Grandes Opções do Plano / Despesa Funcionamento

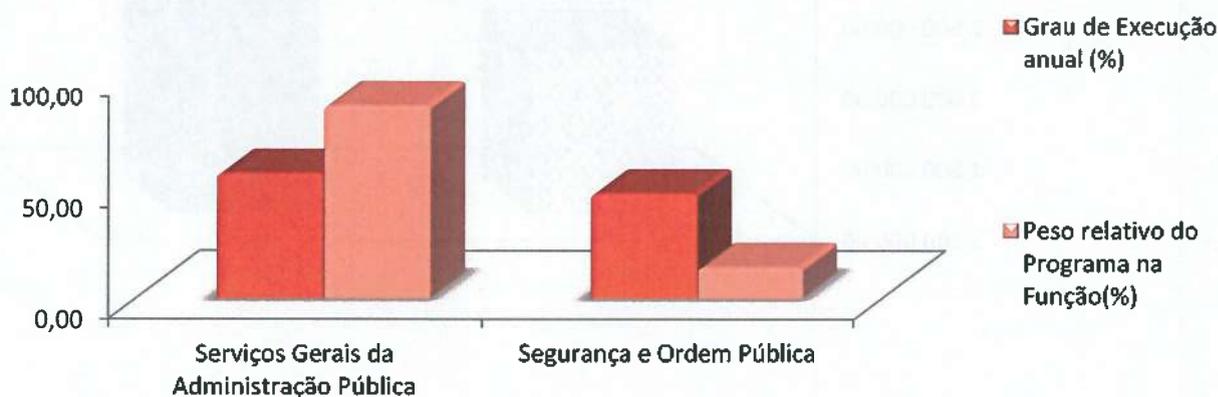


4.2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

4.2.1. EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

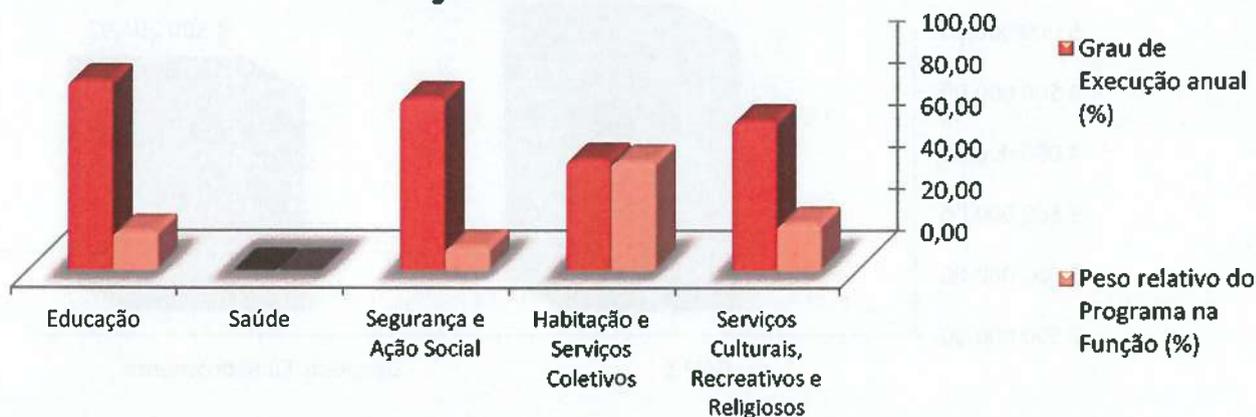
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Gerais	191.250,00	103.960,01	54,36	100,00
Serviços Gerais da Administração Pública	160.750,00	89.680,01	55,79	86,26
Segurança e Ordem Pública	30.500,00	14.280,00	46,82	13,74

Funções Gerais



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Sociais	763.930,00	474.102,68	62,06	100,00
Educação	93.050,00	82.999,00	89,20	17,51
Saúde	0,00	0,00	ss	0,00
Segurança e Ação Social	60.000,00	48.632,00	81,05	10,26
Habitação e Serviços Coletivos	466.800,00	241.312,61	51,70	50,90
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	144.080,00	101.159,07	70,21	21,34

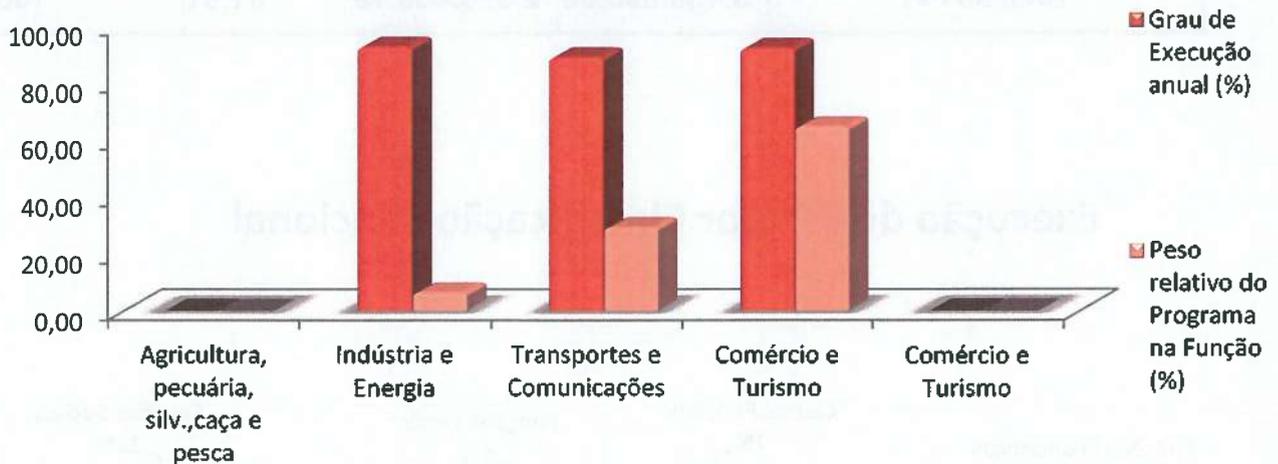
Funções Sociais





Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Económicas	1.997.800,00	1.815.252,80	90,86	100,00
Agricultura, Pecuária, Silvíc., Caça e Pesca	1.500,00	0,00	0,00	0,00
Indústria e Energia	124.300,00	114.928,66	92,46	6,33
Transportes e Comunicações	597.000,00	530.069,93	88,79	29,20
Comércio e Turismo	1.273.000,00	1.170.254,21	91,93	64,47

Funções Económicas



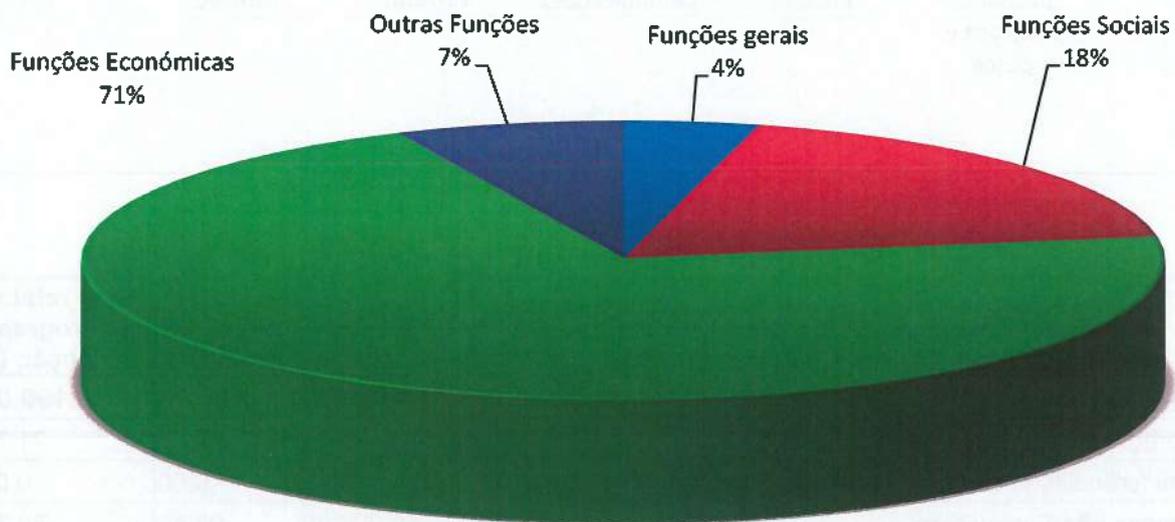
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Outras Funções	185.020,00	177.150,70	95,75	100,00
Operações da Dívida Autarquia	127.500,00	127.130,70	99,71	71,76
Transferências entre administrações	4.000,00	0,00	0,00	0,00
Diversas não Especificadas	53.520,00	50.020,00	93,46	28,24

Outras Funções



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso Relativo da Função na execução (%)
Funções gerais	191.250,00	103.960,01	54,36	4,04
Funções Sociais	763.930,00	474.102,68	62,06	18,44
Funções Económicas	1.997.800,00	1.815.252,80	90,86	70,62
Outras Funções	185.020,00	177.150,70	95,75	6,89
Total do PPI	3.138.000,00	2.570.466,19	81,91	100,00

Execução do PPI por Classificação Funcional

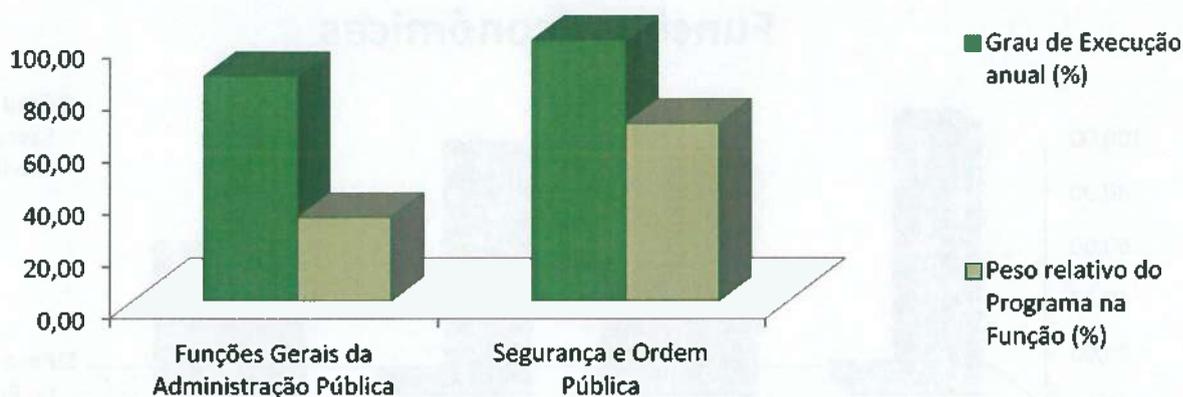




4.2.2. EXECUÇÃO DO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS (PAM)

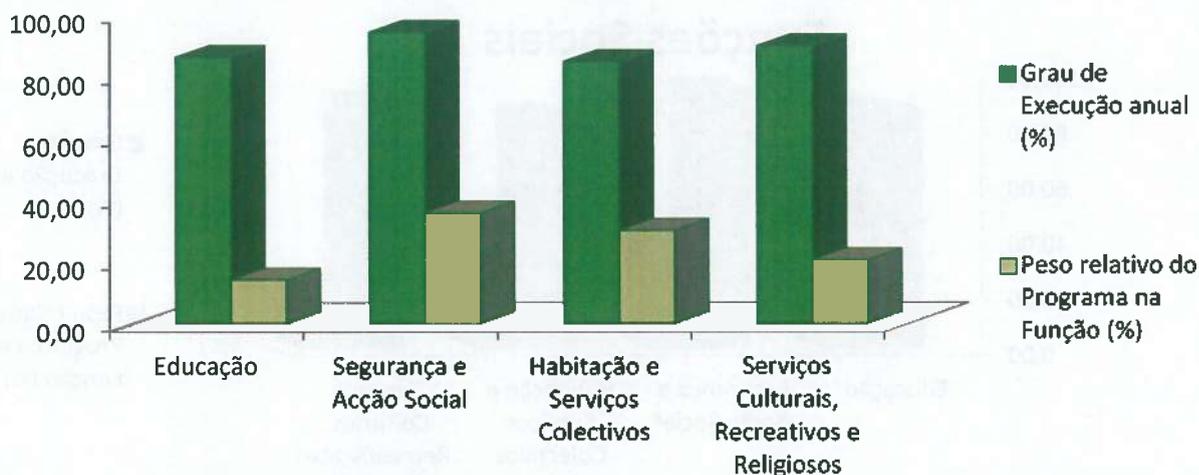
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Gerais	85.000,00	80.856,81	95,13	100,00
Funções Gerais da Administração Pública	30.000,00	25.856,81	86,19	31,98
Segurança e Ordem Pública	55.000,00	55.000,00	100,00	68,02

Funções Gerais



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Sociais	1.599.173,00	1.425.151,00	89,12	100,00
Educação	231.850,00	199.638,13	86,11	14,01
Segurança e Ação Social	538.623,00	507.473,94	94,22	35,61
Habitação e Serviços Coletivos	505.000,00	427.543,63	84,66	30,00
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	323.700,00	290.495,30	89,74	20,38

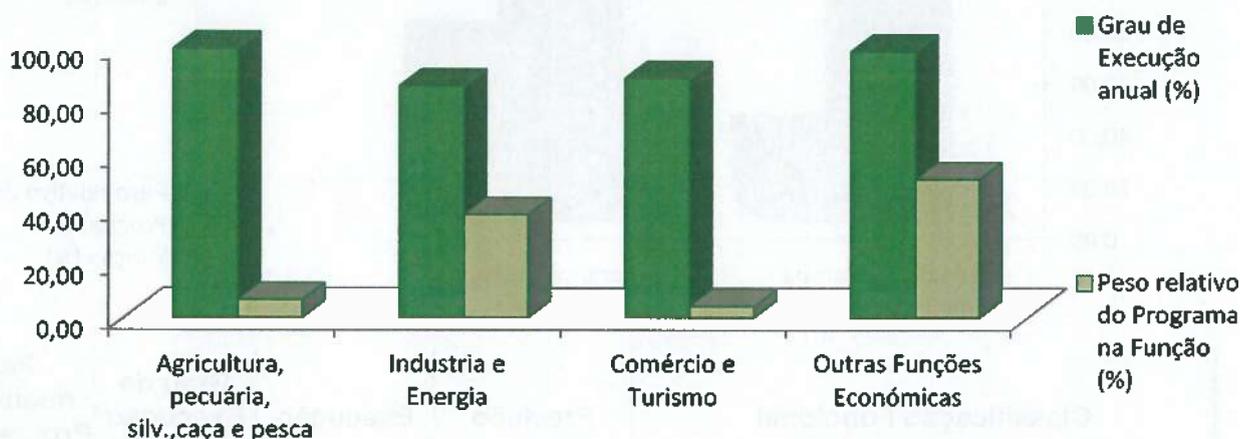
Funções Sociais





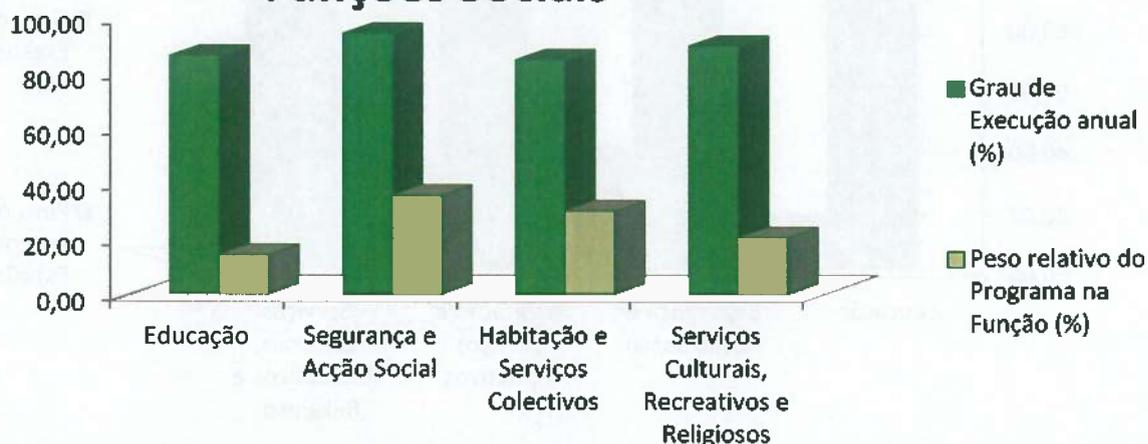
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Funções Económicas	550.409,00	512.094,98	93,04	93,46
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	33.559,00	33.478,68	99,76	6,54
Indústria e Energia	227.500,00	195.488,68	85,93	38,17
Comércio e Turismo	23.600,00	20.944,17	88,75	4,09
Outras Funções Económicas	265.750,00	262.183,45	98,66	51,20

Funções Económicas



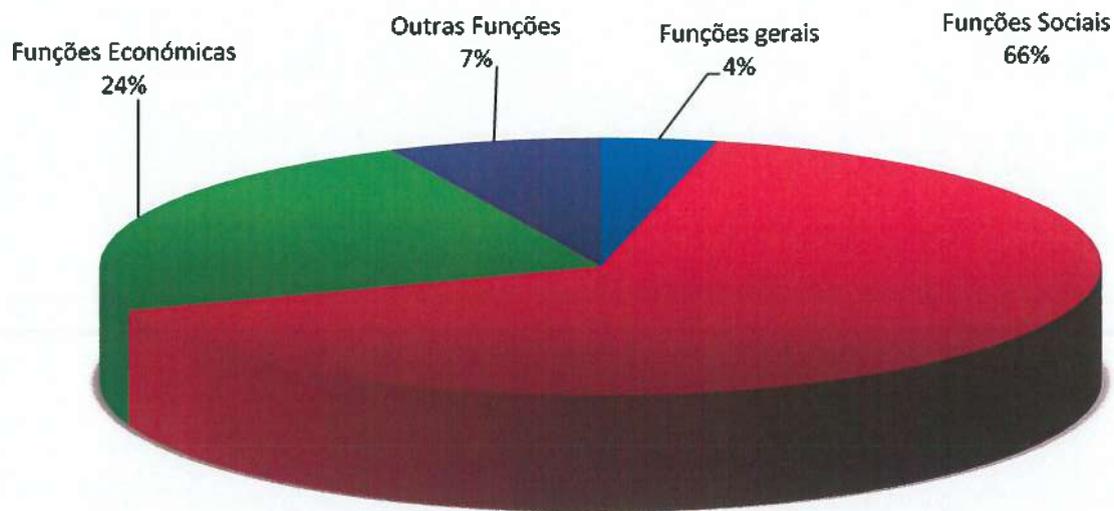
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Outras Funções	152.418,00	149.321,22	97,97	100,00
Operações da Dívida Autarquia	3.100,00	1.886,11	60,84	1,26
Transferências entre Administrações	149.318,00	147.435,11	98,74	98,74

Funções Sociais



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso Relativo da Função na execução (%)
Funções gerais	85.000,00	80.856,81	95,13	3,73
Funções Sociais	1.599.173,00	1.425.151,00	89,12	65,75
Funções Económicas	550.409,00	512.094,98	93,04	23,63
Outras Funções	152.418,00	149.321,22	97,97	6,89
Total do PAM	2.387.000,00	2.167.424,01	90,80	100,00

Execução do PAM por Classificação Funcional

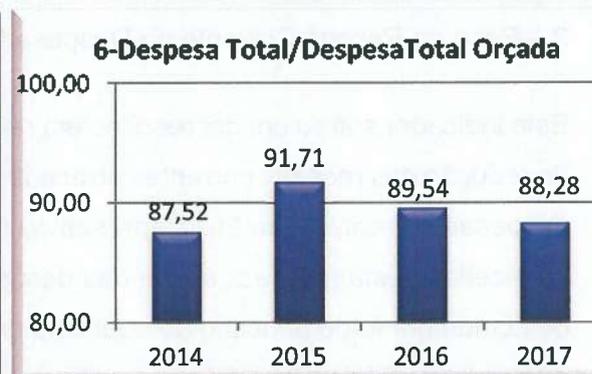
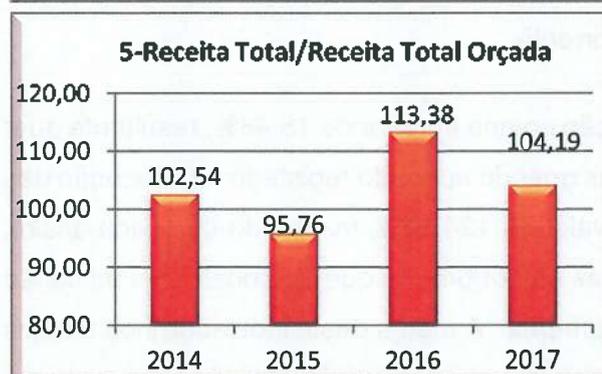
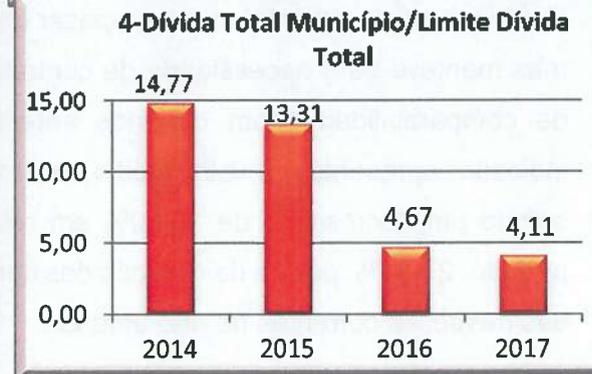
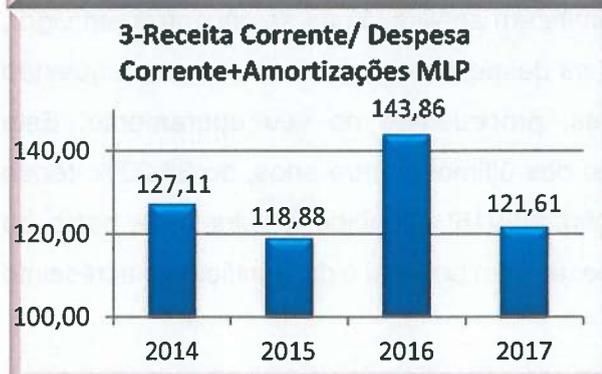
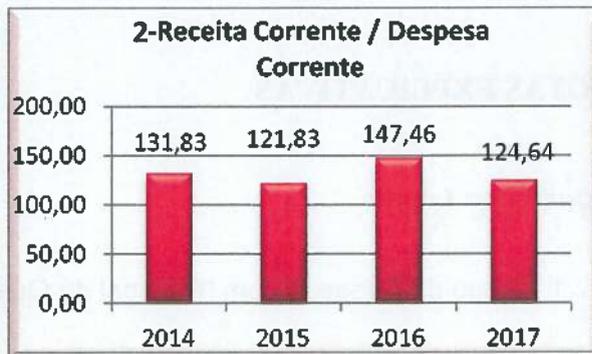
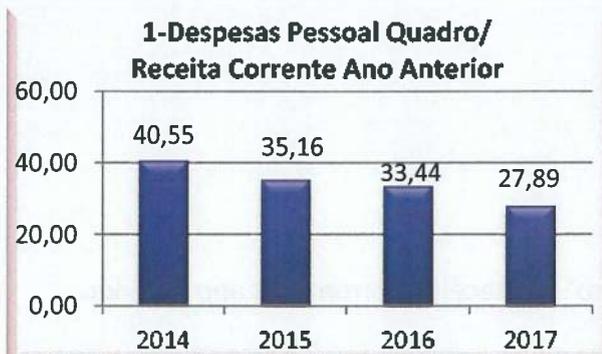




4.3. INDICADORES ORÇAMENTAIS

Apresentam-se de seguida alguns indicadores de âmbito global e sectorial, com intuito de avaliar o nível dos resultados obtidos na atividade desenvolvida pelo Município, ao longo do último quadriénio.

INDICADORES	2014	2015	2016	2017
Equilíbrios Legais				
Controlo das despesas com pessoal				
1. <u>Despesa Totais c/ Pessoal do Quadro</u> Receitas Correntes Ano Anterior	40,55	35,16	33,44	27,89
Equilíbrio orçamental				
2. <u>Receita Corrente</u> Despesa Corrente	131,83	121,83	147,46	124,64
3. <u>Receita</u> Corrente	127,11	118,88	143,86	121,61
Despesa Corrente+ Amortizações médias empréstimos MLP	14,77	13,31	5,76	3,33
4. <u>Dívida total do município</u> Limite da dívida total				
Indicadores de Eficácia				
5. <u>Receita Total</u> Receita Total Orçada	102,54	95,76	113,38	104,19
6. <u>Despesa Total</u> Despesa Total Orçada	91,71	89,54	89,54	88,28
7. <u>Investimento</u> Investimento Final Previsto	82,89	85,17	82,72	81,78
Indicadores de Eficiência/Produtividade				
8. <u>Investimento</u> Despesas de Pessoal	62,62	70,55	64,96	100,26
9. <u>Investimento</u> Empréstimos Utilizado	879,64	1.381,74	1.180,94	1.823,93





NOTAS EXPLICATIVAS

Equilíbrios Legais

1 – Peso da Despesa com “Pessoal do Quadro” na Receita Corrente do ano anterior

Conforme procedimento anterior, apesar do limite em análise já não se encontrar em vigor, mas manteve-se a necessidade de controlar as despesas com pessoal, por uma questão de comparabilidade com os anos anteriores, procedeu-se ao seu apuramento. Este indicador apresenta um valor médio, ao longo dos últimos quatro anos, de 34,26%, tendo sofrido um decréscimo de 16,60% em relação a 2016, atingindo o valor mais baixo do período, 27,81%, por via da redução das despesas com pessoal e do significativo acréscimo das despesas correntes no ano anterior.

2 – Peso da Receita Corrente na Despesa Corrente

Este indicador sofreu um decréscimo em relação ao ano anterior de 15,48%, resultante quer da redução das receitas correntes arrecadadas quer do aumento registado na execução das despesas correntes. Em 2017 apresentou o valor de 124,64%, mantendo-se, ainda assim, as receitas desta natureza acima das despesas em 24,64%, o que demonstra a verificação do cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental. A média deste indicador, nos últimos quatro anos, foi de 131,44%.

3– Peso da Receita Corrente na Despesa Corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Conforme estipulado no n.º 1 do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. Este indicador, apresenta na gerência de 2017, o valor de 121,61%, significando que as receitas correntes foram superiores às despesas da mesma natureza, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos do município, em 21,61%. O indicador sofreu um decréscimo, em relação a 2016, de 15,47%, quer por via do decréscimo registado nas receitas correntes, quer pelo aumento das despesas da mesma natureza.



4 – Peso da Dívida Total do Município no Limite da Dívida Total para o ano.

Nos termos do disposto do n.º 1 do art.º 52.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Não sendo possível, à presente data, o apuramento real do contributo daquelas entidades para a dívida total do município, foi apurado o peso da dívida do município no limite referido, com base nos dados disponíveis e provisórios das entidades relevantes para apuramento da dívida total. Assim, na gerência de 2017, a Dívida Total do Município representou apenas 4,11% do Limite da Dívida Total para o ano, valor mais baixo do quadriénio, representando um decréscimo de 12,07% em relação ao ano anterior.

Indicadores de Eficácia

5 – Taxa de Execução da Receita

A taxa de execução da receita total foi de 104,19%, registando-se um decréscimo na execução da receita em relação ao ano transato de 8,10%, sobretudo por via da execução de capital. A taxa média de execução da receita, no quadriénio, foi de 103,97%.

6 – Taxa de Execução da Despesa

A taxa de execução da despesa em 2017 sofreu um ligeiro decréscimo face ao ano transato de 1,41%, passando a representar 88,28% face ao previsto, por via das duas naturezas da despesa. Assim, a taxa média de execução da despesa, nos últimos quatro anos, passou a ser de 89,26%.

7 – Taxa de Execução das Despesas de Investimento

A capacidade de realização das despesas de investimento foi de 81,78%, representando um ligeiro decréscimo de 1,13% em relação ao ano transato. A taxa média de execução das despesas de investimento no período foi de 83,14%.



Indicador de Eficiência/Produtividade

8 – Investimento realizado por unidade paga ao pessoal

O indicador apresenta para o ano de 2017 um acréscimo significativo em relação ao ano anterior de 54,35%, atingindo o valor de 100,26%, devido ao acréscimo registado no valor do investimento, tendo mesmo as despesas com pessoal sofrido um ligeiro acréscimo.

9 - Investimento realizado por unidade utilizada de empréstimos

O indicador apresenta em 2017 um valor de 1.823,93%, significando que por cada unidade utilizada de empréstimo, foi investido 18,24. Este indicador sofreu um significativo acréscimo de 54,45% comparativamente a 2016, devido ao aumento registado nas despesas de investimento e reflexo também do baixo peso dos empréstimos no orçamento municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Relatório de Gestão

Exercício 2017



RÁCIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

INDICADORES	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
(1) Receitas Próprias/Receitas Totais	22,59	20,89	20,89	26,96	27,84	24,45	34,73	25,36
(2) Impostos e Taxas/Receitas Totais	4,91	7,49	7,49	11,95	14,68	9,94	22,55	13,41
(3) Vendas de Bens e Serviços/Receitas Totais	6,09	6,34	6,34	7,56	7,65	7,93	6,84	7,18
(4) Fundos Municipais/Receitas Totais	67,77	54,11	54,11	60,79	60,23	63,76	54,51	57,27
(5) Transferências Comunitárias/Receitas Totais	2,20	12,77	12,77	2,75	4,43	3,98	3,90	10,44
(6) Passivos Financeiros (Rec)/Receitas Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(7) Receitas Correntes/Receitas Totais	62,54	56,40	56,40	82,16	91,13	90,30	91,71	83,39
(8) Receitas de Capital/Receitas Totais	37,46	43,60	43,60	17,84	8,87	9,70	8,29	16,61
(9) Pessoal/Despesas Totais	34,91	30,42	30,42	38,28	37,07	34,56	33,95	29,22
(10) Aquisição de Bens e Serviços/Despesa Total	24,02	19,47	19,47	25,65	24,58	25,39	29,49	26,60
(11) Serviço da Dívida/Despesas Totais	4,90	3,26	3,26	2,94	2,74	1,83	1,91	1,63
(12) Investimento/Despesas Totais	28,41	36,09	36,09	23,80	23,21	24,38	22,05	29,30
(13) Despesas Correntes/Despesas Totais	64,16	55,73	55,73	71,74	71,47	71,43	74,75	67,52
(14) Despesas de Capital/Despesas Totais	35,84	44,27	44,27	28,26	28,53	28,57	25,25	32,48
(15) Receitas Totais/Despesas Totais	98,97	103,75	103,75	114,41	103,39	96,37	120,19	100,92
(16) Receitas Correntes/Despesas Correntes	96,47	104,99	104,99	131,03	131,83	121,83	147,46	124,64
(17) Receitas de Capital/Despesas de Capital	103,43	102,18	102,18	72,22	32,13	32,71	39,44	51,59
(18) Pessoal/Receitas Correntes	56,40	51,98	51,98	40,72	39,34	39,72	30,80	34,73
(19) Receitas Próprias/Investimento	78,72	60,04	60,04	129,57	124,01	96,62	189,26	87,33
(20) Empréstimos /Investimento	17,27	9,02	9,02	12,33	11,79	7,51	8,66	5,56
(21) Fundos Municipais/Investimento	236,12	155,54	155,54	292,20	268,29	252,00	297,06	197,27
(22) F. Municipais/Investimento+ Transf. Capital (Disp)	214,20	141,12	141,12	272,83	240,48	236,05	289,27	191,12

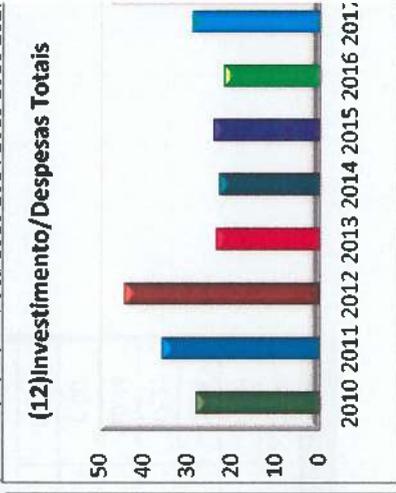
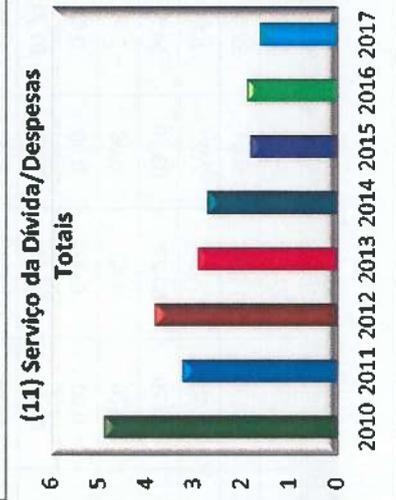
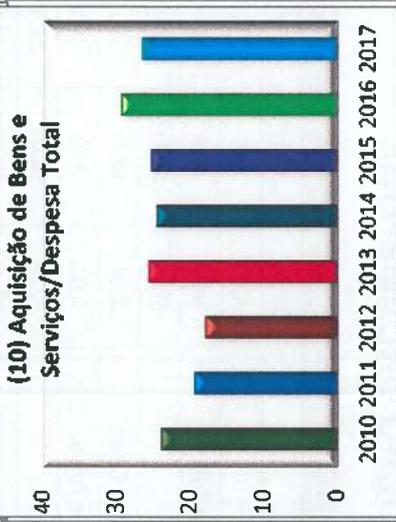
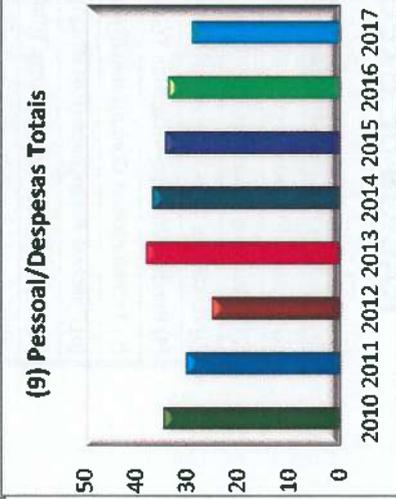
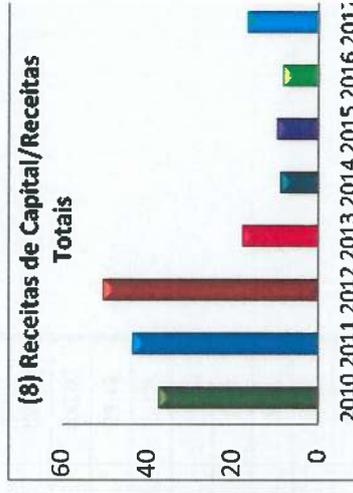
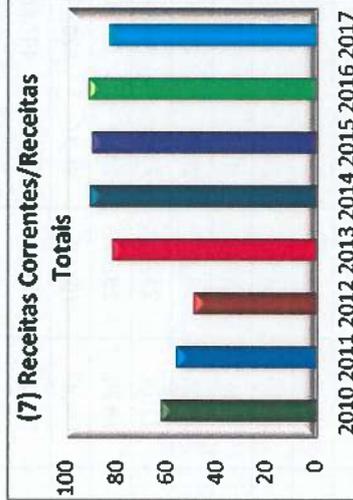
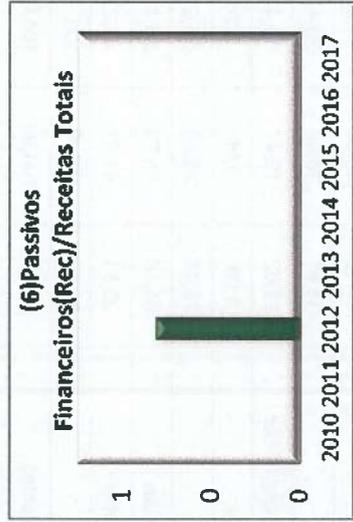
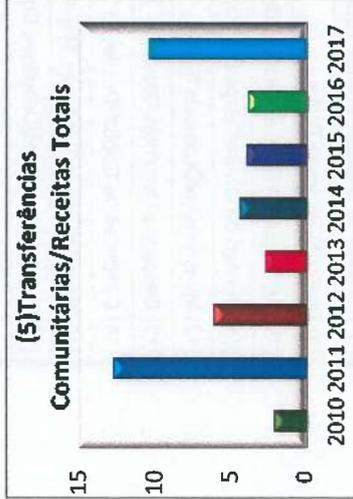
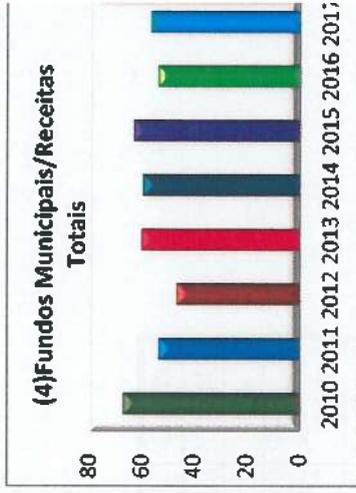
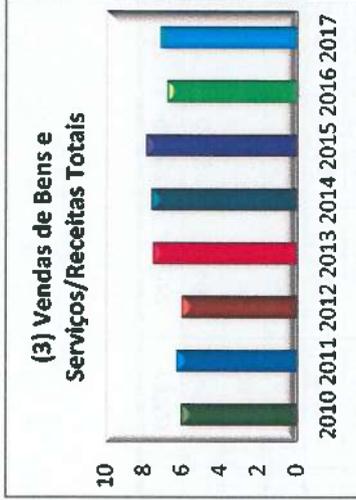
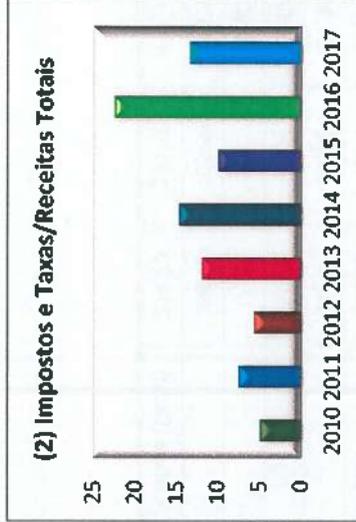
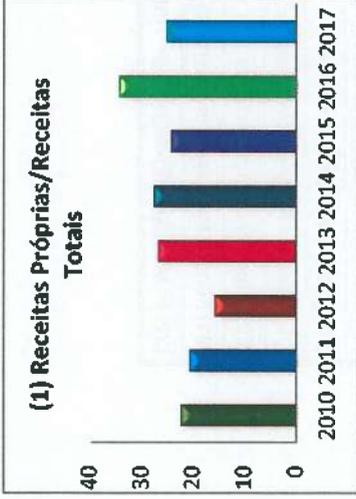
[Handwritten signatures and initials]



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Relatório de Gestão

Exercício 2017

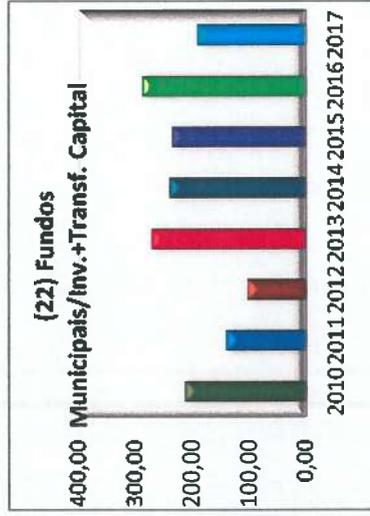
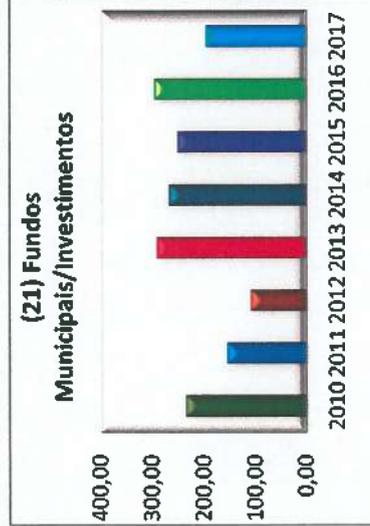
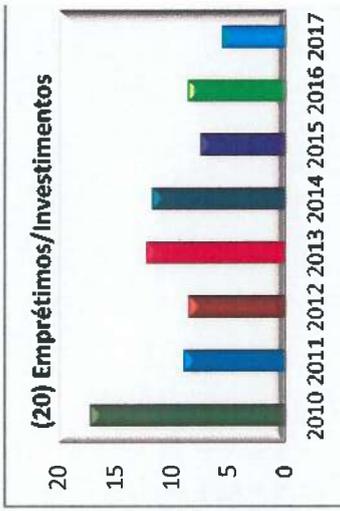
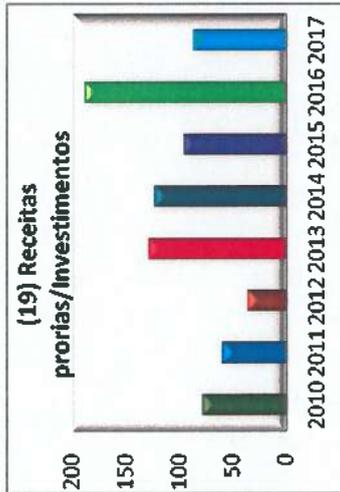
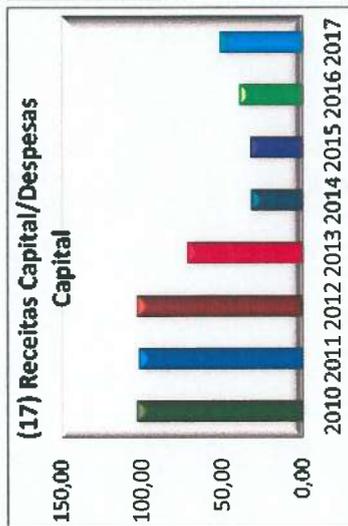
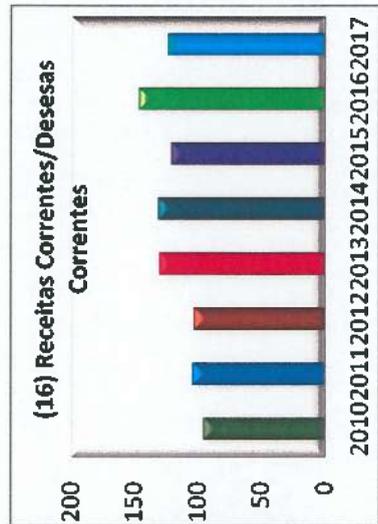
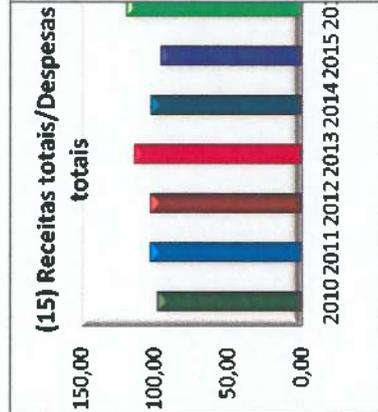
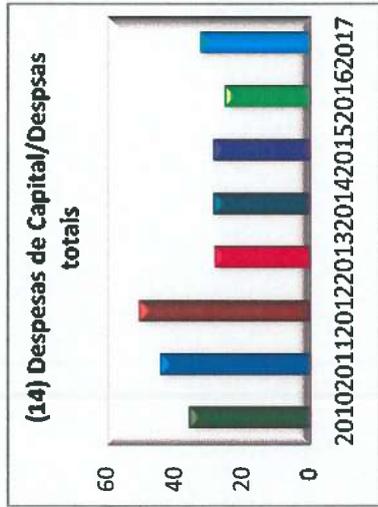
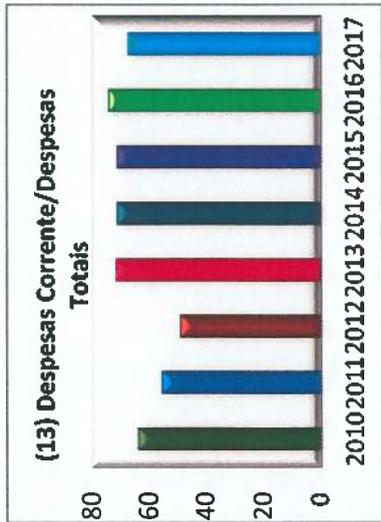




CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RÓDÃO

Relatório de Gestão

Exercício 2017



[Handwritten signatures and initials]



NOTAS EXPLICATIVAS

Gráfico 1: **Receitas Próprias/Receitas Totais**

O valor apresentado por este indicador variou, ao longo dos anos, entre os 15,93% e os 34,73% e traduz o peso das receitas próprias no orçamento municipal e, conseqüentemente, o grau de dependência deste dos recursos alheios (empréstimos e transferências). Em 2017, o indicador sofreu um decréscimo (26,98%), atingindo o valor de 25,36%, em virtude da redução registada ao nível das receitas próprias do Município (-28,51%), essencialmente por via da receita arrecadada dos impostos diretos (IMT), tendo mesmo as receitas totais sofrido um ligeiro decréscimo (-2,10%).

Gráfico 2: **Impostos e Taxas/Receitas Totais**

Os impostos e taxas representaram, em média, ao longo dos oito anos, 11,32% das receitas totais, tendo sofrido no último ano um significativo decréscimo de 40,52%, pelo que passaram a representar 52,90% das receitas próprias da autarquia. O indicador atingiu assim o valor de 13,41% em 2017. Contribuiu para este resultado, tal como já referido, o significativo decréscimo registado na receita arrecadada proveniente do Imposto Municipal sobre a Transação de Imóveis (-96,61%), tendo mesmo os restantes impostos e taxas registado acréscimos de valores e as receitas totais sofrido um ligeiro decréscimo face ao ano anterior.

Gráfico 3: **Venda de Bens e Serviços/Receitas Totais**

A venda de bens e serviços correntes representam, em média, cerca de 6,96%, das receitas totais e cerca de 28,32% das receitas próprias da autarquia, arrecadadas em 2017, tendo sofrido um acréscimo (2,80%) em relação a 2016, retomando o indicador a tendência dos últimos anos e registado, em 2017, o valor de 7,18 %, a que correspondeu um acréscimo de 5,00% face ao ano transato.

Gráfico 4: **Fundos Municipais/Receitas Totais**

Os fundos municipais representaram em média, ao longo dos últimos anos, 58,22% das receitas totais, tendo registado o indicador, no ano de 2017, o valor de 57,27%. O acréscimo registado neste indicador em relação ao ano transato, em 5,08%, ocorreu quer por via do aumento dos fundos provenientes do orçamento do estado (FEF e IRS), em 2,88%, quer por via do decréscimo verificado nas receitas totais em 171 mil euros.

Gráfico 5: **Transferências Comunitárias/Receitas Totais**

Este indicador representa o peso das transferências de fundos comunitários, referente à comparticipação projetos de natureza corrente e de capital, no total das receitas, pelo que se encontra na dependência direta do montante transferido dos financiamentos aprovados. No ano



de 2017, verificou-se um significativo acréscimo face ao ano anterior (167,31%), atingindo o indicador o valor de 10,44%, valor mais alto dos últimos anos, obtido essencialmente por via do aumento da receita proveniente de projetos cofinanciados, de natureza de capital, em cerca de 602 mil euros, tendo mesmo as transferências comunitárias de natureza corrente sofrido uma redução de valor. No final de 2017 existia um valor de € 362.309,89 em pedidos de pagamento já efetuados e não reembolsados.

Gráfico 6: Passivos Financeiros (Receitas) /Receitas Totais

O valor deste indicador está diretamente relacionado com a contratação de empréstimos e respetiva libertação de capital. À semelhança dos anos anteriores, como não se procedeu à contratação de novos empréstimos, encontrando-se os empréstimos contratualizados integralmente utilizados, o indicador apresenta o valor 0.

Gráfico 7: Receitas Correntes/Receitas Totais

As receitas correntes arrecadadas pelo município têm representado, em média, ao longo dos últimos oito anos, cerca de 75,89% das receitas totais. No ano de 2017 o indicador apresentou um decréscimo face ao ano anterior de 9,07%, tendo as receitas correntes representado cerca de 83,39% das receitas totais. Esta redução operou-se por via do decréscimo das receitas correntes em 10,98%, tendo mesmo as receitas totais sofrido um decréscimo de 2,10%.

Gráfico 8: Receitas Capital/Receitas Totais

As receitas de capital representaram, ao longo dos anos, uma média de 24,11% das receitas totais. Este indicador, com comportamento inverso ao anterior, tendo sofrido um significativo acréscimo face ao ano transato, em cerca de 100,38%, passando a representar, em 2017, as receitas de capital 16,61% das receitas totais arrecadadas, essencialmente registado pelo aumento desta natureza da receita, tendo as receitas totais sofrido um ligeiro decréscimo (2,10%).

Gráfico 9: Pessoal/Despesas Totais

O peso dos gastos com o pessoal representou em média, ao longo dos últimos anos, 32,97% das despesas totais da autarquia, nunca ultrapassando os limites impostos por lei. No ano de 2017, o indicador apresentou um valor de 29,22%, representando um decréscimo de 13,92% face ao ano transato. A redução deste indicador ocorreu por via do acréscimo registado nas despesas totais, essencialmente ao nível das despesas de capital, tendo mesmo as despesas com pessoal sofrido um ligeiro acréscimo (0,37%).

Gráfico 10: Aquisição de bens e serviços /Despesas Totais



Este indicador representou, em média, 24,15% das despesas da autarquia, apresentando para o ano de 2017 o valor de 26,60%. Verificou-se assim um decréscimo do indicador face ao ano transato (9,79%), devido ao aumento das despesas totais (16,60%), tendo-se mesmo registado um acréscimo das aquisições de bens e serviços em 5,19%.

Gráfico 11: Serviço da dívida /Despesas Totais

O indicador em análise representa o peso dos encargos decorrentes dos empréstimos de médio e longo prazo contratados no total das despesas do município, apresentando um valor médio para os oito últimos anos de 2,88%, evidenciando o fraco peso desta despesa no valor global da despesa. Este indicador sofreu um decréscimo de 14,62%, representando o serviço da dívida dos quatro empréstimos contratualizados apenas 1,63% das despesas totais da autarquia. O indicador sofreu um decréscimo essencialmente devido ao aumento registado nas despesas totais, tendo o serviço da dívida reduzido ligeiramente (-0,44%).

Gráfico 12: Investimentos/Despesas Totais

Este indicador reflete o peso do investimento na execução das despesas, verificando-se que o mesmo apresenta um valor médio, ao longo dos últimos oito anos, de 28,99%. Na gerência de 2017 o indicador apresenta o valor mais alto do período, de 29,30%, representando um acréscimo de 32,86%, face ao ano anterior, reflexo direto do aumento das despesas em aquisição de bens de capital (54,92%) e também devido ao acréscimo das despesas totais (16,60%).

Gráfico 13: Despesas Correntes/Despesas Totais

O peso das despesas correntes no total das despesas da autarquia, representou, em média, ao longo dos últimos oito anos, um valor de 65,77%. Na gerência de 2017, as despesas correntes representaram 67,52% das despesas totais, correspondendo a um decréscimo do indicador, em relação ao ano anterior, de 9,67%, em virtude do acréscimo registado nas despesas totais, tendo mesmo as despesas correntes sofrido um ligeiro aumento.

Gráfico 14: Despesas Capital/Despesas Totais

Este indicador, sendo um complemento do anterior, tem comportamento inverso. Da comparação entre as despesas de capital e as despesas totais, têm resultado valores entre 25% e 51%. No último ano, o indicador sofreu um acréscimo de 28,63%, passando as despesas de capital a representar 32,48% das despesas totais, situação que resultou do acréscimo da despesa de capital (49,98%) e do acréscimo das despesas totais.

Gráfico 15: Receitas Totais/Despesas Totais



Da comparação entre as receitas e as despesas totais obtêm-se valores médios de 105,21%. No ano de 2017 o indicador atingiu o valor de 100,92%, significando que as receitas arrecadadas foram superiores às despesas realizadas, situação que ocorreu pela conjugação da redução das receitas totais (-2,10%) e aumento das despesas totais (16,60%).

Gráfico 16: Receitas Correntes/Despesas Correntes

O valor deste indicador tem variado ao longo dos últimos oito anos entre os 96% e os 147%. Em 2017 o indicador sofreu um decréscimo de 15,48% face ao ano transato, atingindo o valor de 124,64%, facto que está diretamente relacionado com o decréscimo registada na receita corrente arrecadada e com o aumento da despesa da mesma natureza. Deste modo a receita corrente arrecadada foi superior à despesa suportada da mesma natureza, contribuindo assim para a verificação do princípio do equilíbrio na execução corrente.

Gráfico 17: Receitas Capital/Despesas Capital

Ao longo dos anos o peso médio das receitas de capital no total das despesas de capital foi de 67,14 %. Na gerência de 2017, este indicador sofreu um acréscimo face ao ano transato (30,80%), atingindo o valor de 51,59%, refletindo o acréscimo verificado quer nas receitas de capital (96,18%) quer nas despesas de capital (49,98%).

Gráfico 18: Pessoal/Receitas Correntes

A despesa com pessoal representou, no ano de 2017, cerca de 34,73%, das receitas correntes arrecadadas pela autarquia, correspondendo a um acréscimo do peso das despesas com pessoal nas receitas correntes (12,75%), obtido essencialmente por via da redução das receitas correntes (-10,98%), uma vez que as despesas com pessoal obtiveram um ligeiro aumento (0,37%). O indicador registou valores, ao longo dos anos, entre os 35% e 56%, tendo apresentado, em 2017, o valor de 34,73%, dos valores mais baixos do período. Assim, atingiu-se ao longo dos oito anos, uma média de 42,89%, ou seja, quase metade da receita corrente é utilizada em despesas com pessoal. Atualmente, com a revogação do artigo 10º do Decreto-lei 116/84, de 6 de abril, na redação dada pela Lei 44/85, de 13 de setembro, pelo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais (DL 305/2009, de 23 de outubro), foram abolido os limites às despesas com pessoal do quadro e ao pessoal em qualquer outra situação, passando a existir a possibilidade de recrutamento de trabalhadores, nos termos e de acordo com as regras previstas na legislação aplicável e no cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, conforme estipulado pela Lei do Orçamento de Estado (art.º 32.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março). O Município não recorreu ao recurso a novos recrutamentos, pelo que o ligeiro aumento das despesas com pessoal se prendeu apenas com a reversão das reduções remuneratórias.



Gráfico 19: **Receitas Próprias/Investimentos**

O valor apresentado por este indicador, ao longo dos anos não tem sido muito significativo, devido ao facto, já mencionado, da baixa execução ao nível das receitas próprias da autarquia, sendo o indicador influenciado inversamente pelo valor do investimento ocorrido no respetivo ano. Em 2017, as receitas próprias do município voltaram a sofrer uma redução (-28,51%), passando a representar 87,33% do investimento, valor obtido quer por via do decréscimo registada nas receitas próprias, quer pelo significativo aumento do valor do investimento (54,92%).

Gráfico 20: **Empréstimos/Investimentos**

Este indicador representa o peso do recurso a capitais alheios no total do investimento. É influenciado diretamente pelo aumento do recurso a empréstimos e inversamente pelo aumento do investimento. Em 2017 o indicador sofreu um decréscimo de 35,74%, atingindo assim o valor mais baixo do período, 5,56%, reflexo da redução dos encargos com empréstimos (-0,44%) e do significativo acréscimo registado no investimento.

Gráfico 21: **Fundos Municipais/Investimentos**

O indicador é influenciado diretamente pelo volume de fundos transferidos do orçamento do estado e inversamente pelo montante do investimento. Em 2017 o indicador apresenta um valor de 197,27%, tendo reduzido em 33,59% face ao ano anterior devido ao aumento dos investimentos, tendo mesmo os fundos municipais sofrido um aumento em 2,88%.

Gráfico 22: **Fundos Municipais/ (Investimentos + Transferências Capital)**

Este indicador compara o peso dos fundos transferidos do orçamento de estado na totalidade das despesas de investimento e das transferências de capital da autarquia. O indicador tem apresentado grandes oscilações, apresentando um valor médio de 211,15% e atingindo em 2017 o valor de 191,12%, reflexo do acréscimo registado no investimento e das transferências de capital, tendo mesmo os fundos municipais sofrido um ligeiro aumento.

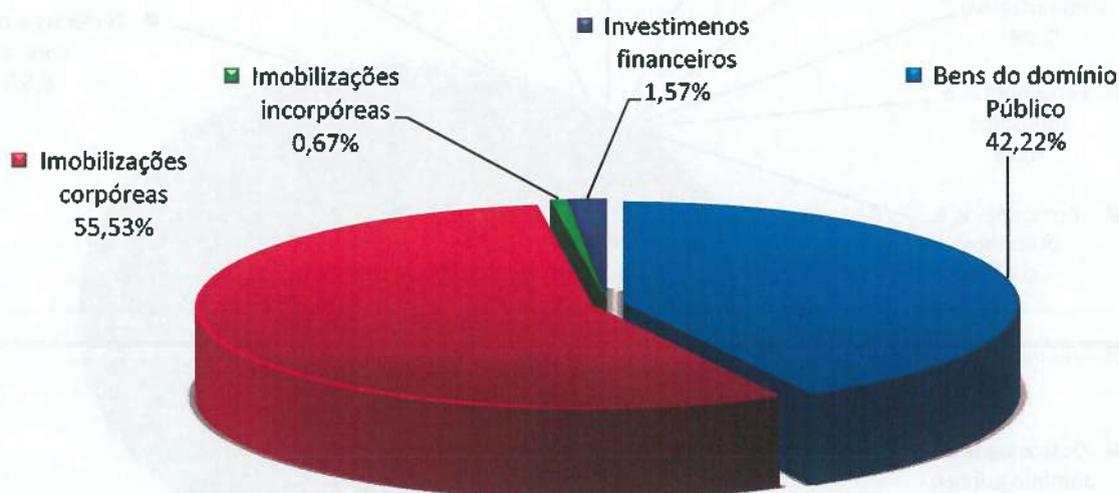
5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1. Estrutura do Imobilizado Líquido

No inventário inicial, elaborado em 2002, o património municipal apresentava o valor de €15.774.022,43. Atualmente, no exercício findo, o Património Municipal registou o valor do imobilizado líquido de € 32.507.816,40, valor este que representa 86,85% do total do ativo líquido.

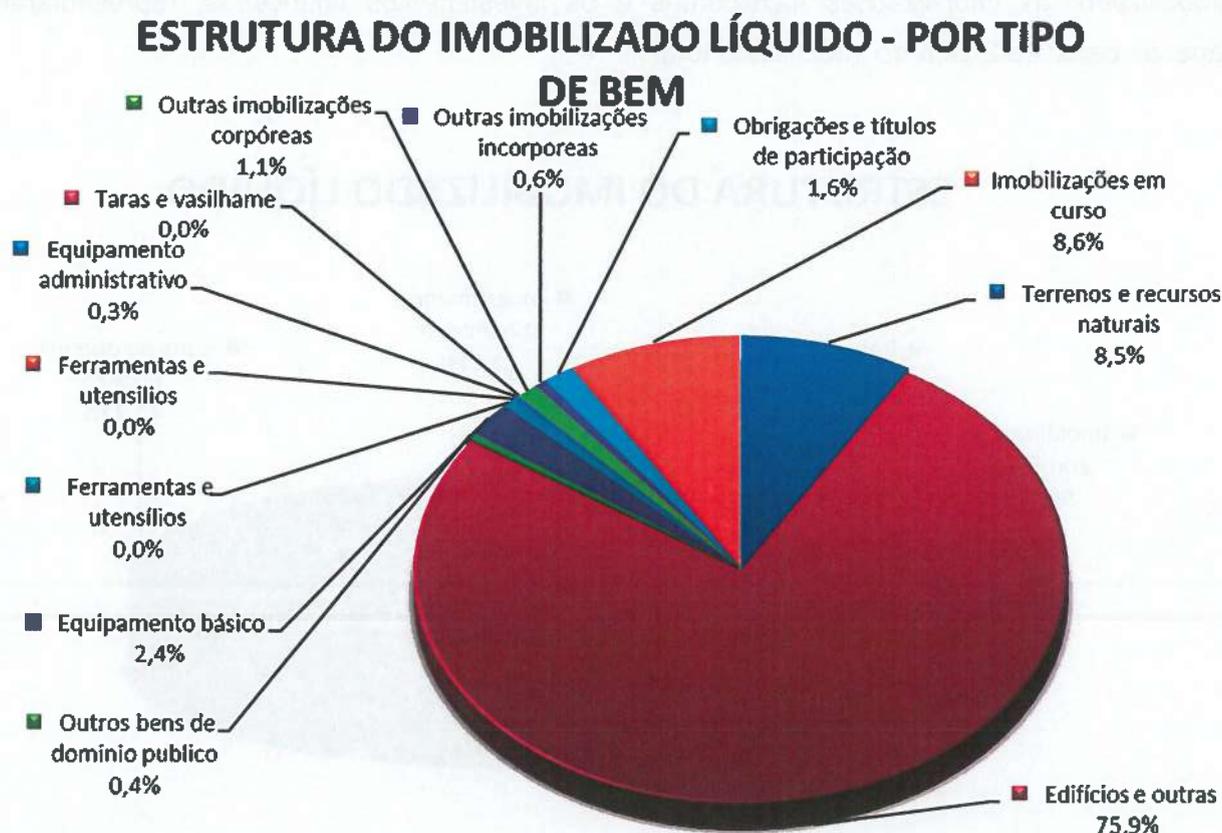
O imobilizado é constituído essencialmente por imobilizações corpóreas (55,53%) e bens de domínio público (42,22%), correspondendo a valores de € 18.052.287,98 e € 13.725.950,88, respetivamente, tendo-se verificado um decréscimo dos bens do domínio público face ao ano anterior (-6,15%) e um acréscimo das imobilizações corpóreas (8,24%). As restantes contas do imobilizado, as imobilizações incorpóreas e os investimentos financeiros, representaram apenas cerca de 2,24% do imobilizado total.

ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LÍQUIDO



A conta com maior peso na estrutura do imobilizado líquido, representando 75,93% do total, respeita a “Edifícios e Outras Construções”, conta onde se encontram arrolados, para além dos edifícios, as outras construções como estradas, caminhos, arruamentos e passeio, parques e jardins e as infraestruturas relacionadas com os serviços de água e saneamento. Esta conta, que sofreu um ligeiro decréscimo de 0,20% face ao ano anterior atingiu, em 2017, o valor de 24.682 mil euros. Seguem-se as contas “Imobilizações em Curso”, com um peso de 8,56%, e que apresentam um valor de 2.782 mil euros, representando um acréscimo de 19,85% e os

“Terrenos e Recursos Naturais”, com um peso de 8,53%, que registaram um valor de 2.774 mil euros, representando um decréscimo, face ao ano transato, de 7,22%. A conta do “Equipamento Básico”, com um peso de 2,39% na estrutura do imobilizado líquido, registou o valor de 775 mil euros. As “Obrigações e títulos de participação”, com um peso de 1,57% na estrutura do imobilizado líquido, registaram o valor de 511 mil euros e integram o valor referente ao Fundo de Apoio Municipal. As “Obrigações e Títulos de Participação” e “Outras Imobilizações Corpóreas” registaram o mesmo valor que no ano transato, cerca de 511 mil euros. As restantes contas apresentaram valores pouco significativos, representando 1,95% da estrutura do imobilizado líquido.





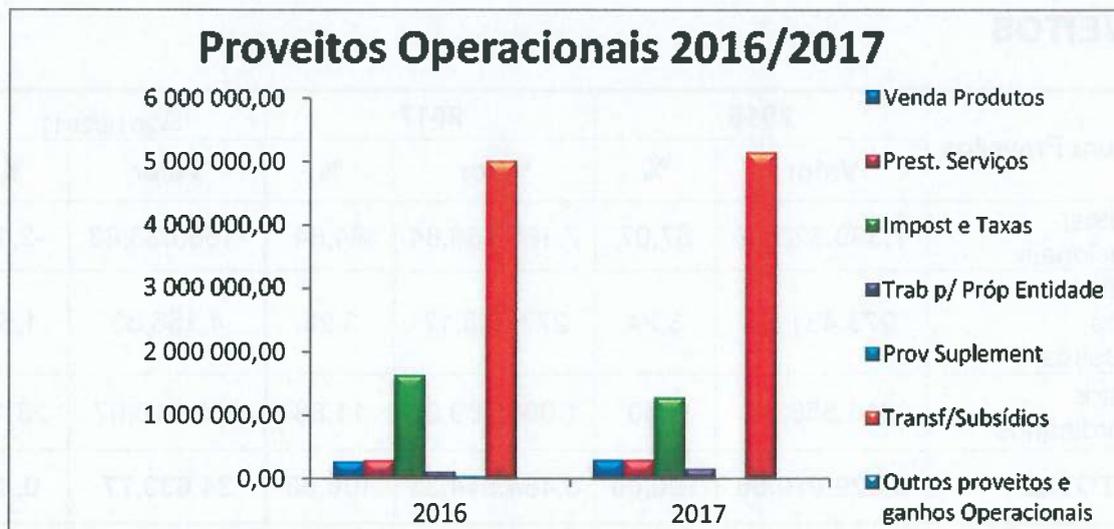
5.2. Análise Económica

PROVEITOS

Estrutura Proveitos	2016		2017		Δ2016/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Proveitos Operacionais	7.339.820,67	87,07	7.180.986,84	84,84	-158.833,83	-2,16
Proveitos e Ganhos Financeiros	273.431,54	3,24	277.588,17	3,28	4.156,63	1,52
Proveitos Extraordinários	816.658,35	9,69	1.005.969,32	11,88	189.310,97	23,18
TOTAL	8.429.910,56	100,00	8.464.544,33	100,00	34.633,77	0,41

Os proveitos atingiram, no exercício de 2017, o valor de € 8.464.544,33, sofrendo um aumento de valor em cerca de 35 mil euros, que correspondeu a um ligeiro acréscimo de 0,41% face ao ano anterior. Este facto resultou essencialmente do acréscimo registado nos proveitos extraordinários, que representaram 11,88% do total dos proveitos, atingindo estes o valor de 1.006 mil euros, tendo esta rubrica sofrido um acréscimo de 23,18%, o que correspondeu a um aumento deste tipo de proveito em cerca de 189 mil euros. A natureza de proveitos que representa maior peso na estrutura dos proveitos são os proveitos operacionais (84,84%), que atingiram cerca de 7.181 mil euros, tendo registado um decréscimo, face ao ano anterior de 2,16%. Finalmente os proveitos e ganhos financeiros, com peso de 3,28% na estrutura de proveitos, sofreram um ligeiro acréscimo de 1,52%, registando, no ano, o valor de 278 mil euros.

Proveitos Operacionais	2016		2017		Δ2016/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Venda de Produtos	267.884,94	3,65	294.169,20	4,10	26.284,26	9,81
Prestação de Serviços	285.962,49	3,90	292.865,86	4,08	6.903,37	2,41
Impostos e Taxas	1.632.837,39	22,25	1.284.500,90	17,89	-348.336,49	-21,33
Trabalhos para Própria Entidade	107.848,21	1,47	159.418,14	2,22	51.569,93	47,82
Proveitos Suplementares	38.239,23	0,52	2.420,43	0,03	-35.818,80	-93,67
Transferências e Subsídios Obtidos	5.005.539,46	68,20	5.143.613,81	71,63	138.074,35	2,76
Outros proveitos e ganhos Operacionais	1.508,95	0,02	3.998,50	0,06	2.489,55	164,99
TOTAL	7.339.820,67	100,00	7.180.986,84	100,00	-158.833,83	-2,16



Os proveitos operacionais do exercício totalizaram € **7.180.986,84**, tendo sofrido um decréscimo, face ao ano transato, de 2,16 %, a que correspondeu uma redução em valor de 159 mil euros, essencialmente devido ao decréscimo da conta “Impostos e Taxas”. Esta natureza de proveitos é constituída essencialmente por “Transferências e Subsídios Obtidos” (71,63%), conta que sofreu um ligeiro acréscimo de 2,76%, que se traduziu num acréscimo de valor em cerca de 138 mil euros, atingido assim esta conta o valor de 5.144 mil euros. A conta que sofreu maior decréscimo em valor foi os “Impostos e Taxas”, no montante de 348 mil euros (-21,33%), o que se refletiu, face ao seu peso nesta natureza de proveitos (17,89%), no valor desta conta de 1.285 mil euros. As contas “Venda de Produtos” e “Prestações de Serviços”, com pesos de 4,10% e 4,08% nos proveitos operacionais, sofreram ligeiros acréscimos, atingindo assim valores de 294 mil euros e 293 mil euros, respetivamente. A conta “Proveitos Suplementares” sofreu o maior decréscimo percentual (-93,67%), contudo, em virtude do seu peso nesta natureza de proveitos, apenas representaram uma redução em cerca de 36 mil euros. A conta “Trabalhos para a própria Entidade”, com um peso de 2,22% nos proveitos operacionais, sofreu o maior acréscimo percentual (47,82%), tendo alcançado o valor de 159 mil euros. Face ao seu peso nos proveitos operacionais, os “Outros Proveitos e Ganhos Operacionais” e os “Proveitos Suplementares”, que sofreram um acréscimo de 167,40%, só representaram um aumento de proveitos em cerca de 9 mil euros.



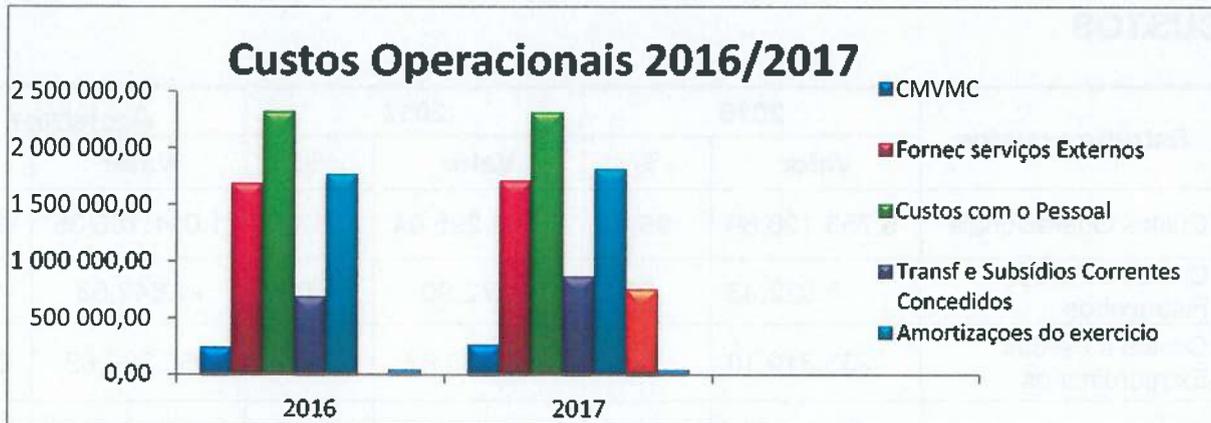
CUSTOS

Estrutura custos	2016		2017		Δ2016/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Operacionais	6.758.128,69	96,54	7.769.295,04	95,15	1.011.166,35	14,96
Custos e Perdas Financeiros	8.922,43	0,13	7.272,90	0,09	-1.649,53	-18,49
Custos e Perdas Extraordinários	233.319,18	3,33	388.708,87	4,76	155.389,69	66,60
TOTAL	7.000.370,30	100,00	8.165.276,81	100,00	1.164.906,51	16,64

Os custos totalizaram no exercício de 2017, o valor de € **8.165.276,81** representando um acréscimo de 16,64% relativamente ao ano transato, que correspondeu a acréscimo de valor em cerca de 1.165 mil euros, resultante do acréscimo das naturezas dos custos com maior peso na estrutura de custos. Os custos operacionais, natureza de custos com maior peso na estrutura dos custos, representando 95,15% do total dos custos, sofreram um acréscimo face ao ano transato (14,96%), atingindo, em 2017, cerca de 7.769 mil euros. Os custos e perdas financeiros, sofreram um decréscimo de 18,49%, mas em virtude do seu peso na estrutura de custos (0,09%), esta redução não foi significativa, registando esta natureza de custos o valor de 7 mil euros. Os custos e perdas extraordinárias, sofreram o maior acréscimo (66,60%), correspondendo a um aumento de valor em cerca de 155 mil euros, atingindo assim, no exercício de 2017, o valor de 389 mil euros.

Custo Operacionais	2016		2017		Δ2016/2017	
	Valor	Valor	Valor	%	Valor	%
CMVMC	240.487,03	3,56	262.282,79	3,38	21.795,76	9,06
Fornecimentos e Serviços Externos	1.687.533,13	24,97	1.710.989,63	22,02	23.456,50	1,39
Custos com o Pessoal	2.322.729,55	34,37	2.319.095,89	29,85	-3.633,66	-0,16
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	687.019,91	10,17	864.386,52	11,13	177.366,61	25,82
Amortizações do exercício	1.766.346,34	26,14	1.815.532,28	23,37	49.185,94	2,78
Provisões do Exercício	12.000,00	0,18	754.848,63	9,72	742.848,63	6190,41
Outros Custos Operacionais	42.012,73	0,62	42.159,30	0,54	146,57	0,35
TOTAL	6.758.128,69	100,00	7.769.295,04	100,00	1.011.166,35	14,96

Edição



Os custos operacionais do exercício de 2017 totalizaram € 7.769.265,04, tendo sofrido um acréscimo, em cerca de 1.011 mil euros (14,96%), face ao ano anterior, devido ao acréscimo generalizado de todas as contas desta natureza dos custos, tendo apenas a conta “Custos com o Pessoal”, registado comportamento diferenciado. A conta com maior peso na estrutura dos custos operacionais (29,85%), os “Custos com o Pessoal”, atingiu o valor de 2.319 mil euros, tendo registado um ligeiro decréscimo em cerca de 4 mil euros (-0,16%). Outras contas com algum peso nos proveitos operacionais são as “Amortizações” e os “Fornecimentos e Serviços Externos”, com pesos de 23,37% e 22,02% nesta natureza de custos, que registaram acréscimos face ao ano transato, a que correspondeu um aumento de custos em cerca de 73 mil euros face ao ano transato, atingindo assim os valores de 1.816 e 1.711 mil euros, respetivamente. A conta que sofreu o maior acréscimo percentual nesta natureza de custos, foi as “Provisões do Exercício (6190,41%), passando a representar 9,72% desta natureza de custos, o que correspondeu a um acréscimo em cerca de 743 mil euros, passando as provisões a apresentar o valor de 755 mil euros, devido à constituição da provisão relativa à nota de reembolso do IMT. As “Transferências e Subsídios Correntes Concedidos”, com um peso de 11,13% nesta natureza de custos, registaram um acréscimo em cerca de 177 mil euros (25,82%), atingindo em 2017, o valor de 864 mil euros. As restantes contas desta natureza de custos registaram acréscimos de valor, mas face ao seu peso nos custos operacionais, apenas corresponderam a uma redução de valor em cerca de 22 mil euros.

RESULTADOS

No exercício de 2017 apurou-se um resultado líquido do exercício de € 299.267,52. Para este valor do resultado líquido contribuiu os vários tipos de resultados da seguinte forma:

- Resultados Operacionais..... - € 588.308,20
- Resultados Financeiros..... € 270.315,27
- Resultados Extraordinários..... € 617.260,45
-



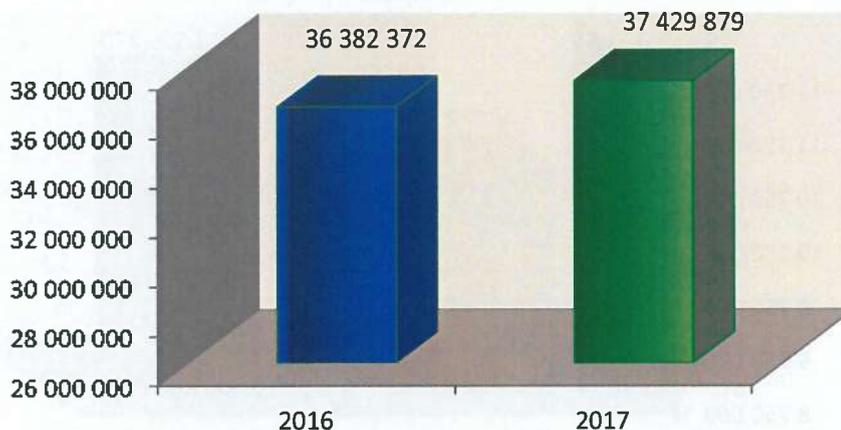
5.3. Análise Financeira

ATIVO

O Ativo Líquido do Município atingiu, no exercício de 2017, o valor de € 37.429.879,05, correspondendo a um ligeiro acréscimo (2,88%), face ao ano anterior, em cerca de 1.048 mil euros. Para esta situação contribuiu o acréscimo generalizado de todas as classes do ativo, exceção feita às “Dívidas de Terceiros”, que sofreram um decréscimo de 4,71%, mas face ao seu peso na estrutura do ativo (0,80%), apenas representou uma redução em cerca de 15 mil euros, passando assim a apresentar o valor de 301 mil euros. A classe com maior peso das na estrutura do ativo, o “Imobilizado” (86,85%), sofreu um ligeiro acréscimo (1,41%) em cerca de 450 mil euros, registando o valor de 32.508 mil euros. As “Disponibilidades”, conta com um peso de 8,28% no ativo, registou um acréscimo de valor em cerca de 63 mil euros, atingindo esta conta o valor de 3.100 mil euros. Os “Acréscimos e Diferimentos”, com um peso de 3,56% no ativo, sofreram o maior acréscimo percentual (68,83%), passando a registar em 2017 o valor de 1.334 mil euros. As “Existências”, mantiveram-se ao nível do valor registado no ano anterior, apresentando o valor de 188 mil euros.

Ativo	2016		2017		Δ _{2016/2017}	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado	32.057.374,77	88,11	32.507.816,40	86,85	450.441,63	1,41
Existências	187.299,25	0,51	187.564,28	0,50	265,03	0,14
Dívidas de terceiros	315.437,88	0,87	300.565,76	0,80	-14.872,12	-4,71
Disponibilidades	3.036.815,56	8,35	3.100.017,80	8,28	63.202,24	2,08
Acréscimos e Diferimentos	785.444,12	2,16	1.333.914,81	3,56	548.470,69	69,83
TOTAL	36.382.371,58	100,00	37.429.879,05	100,00	1.047.507,47	2,88

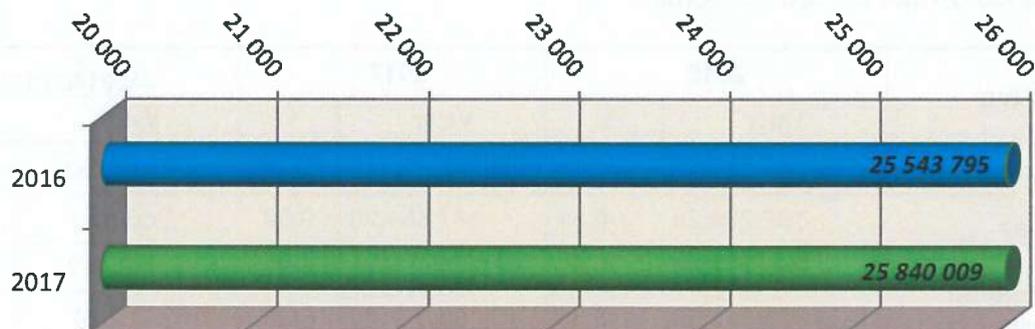
Ativo Líquido



FUNDOS PRÓPRIOS

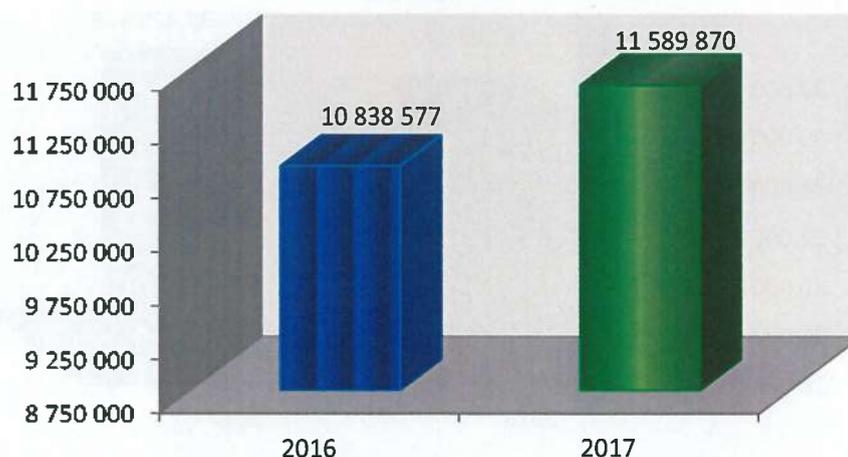
Os Fundos Próprios apresentaram, em 2017, o valor de **€25.840.008,90** tendo contribuído verificado um comportamento diferenciado das várias as classes de contas que constituem os fundos próprios. Assim, a conta com maior peso na estrutura dos fundos próprios, o “Património”, com um peso 71,12%, sofreu um decréscimo em cerca de 2.828 mil euros, passando a apresentar o valor de 18.378 mil euros. As “Reservas”, com um peso de 13,63% na estrutura dos fundos próprios, sofreram um acréscimo em cerca de 715 mil euros, passando a registar o valor de 3.522 mil euros. O “Resultado Líquido”, que sofreu o maior decréscimo percentual face ao ano transato (-79,07%), traduzindo-se numa redução de valor em cerca de 1.130 mil euros, apresentou em 2017 o valor de apenas 299 mil euros. Os “Resultados Transitados” registaram o valor de 3.540 mil euros. Finalmente as “Doações”, sofreram um ligeiro decréscimo e face ao seu peso na estrutura dos fundos próprios, não tiveram influência na variação destes.

Fundos Próprios



PASSIVO

Passivo





Passivo	2016		2017		Δ2016/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões para Riscos e Encargos	399.423,94	3,69	1.147.746,37	9,90	748.322,43	187,35
Dívidas a Terceiros M/L Prazo	648.077,29	5,98	470.926,59	4,06	-177.150,70	-27,33
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	147.496,88	1,36	160.227,77	1,38	12.730,89	8,63
Acréscimos e Diferimentos	9.643.578,77	88,97	9.810.969,42	84,65	167.390,65	1,74
TOTAL	10.838.576,88	100,00	11.589.870,15	100,00	751.293,27	6,93

No exercício de 2017, o Passivo do Município de Vila Velha de Ródão sofreu um acréscimo em cerca de 751 mil euros (6,93%), tendo atingido o valor de € 11.589.870,15. Para esta situação contribui o acréscimo generalizado de todas as classes de contas que compõem o passivo, à exceção das “Dívidas de Médio e Longo Prazos,” que sofreram um decréscimo de 27,33%, essencialmente por via da amortização dos empréstimos de médio e longo prazos e do FAM, passando a apresentar um peso de 4,06% no passivo, registando o valor de 471 mil euros. A classe com maior peso no passivo municipal (84,65%), os “Acréscimos e Diferimentos”, na medida em que integram os proveitos diferidos, sofreram um ligeiro aumento de valor, em cerca de 167 mil euros, passando a apresentar o valor de 9.811 mil euros. As “Provisões para Riscos e Encargos”, sofreram o maior acréscimo, em cerca de 748 mil euros, passando a representar 9,90% da estrutura do passivo e a registar o valor de 1.148 mil euros, devido à constituição da provisão extraordinária relativa ao IMT. As “Dívidas a Terceiros de Curto Prazo” sofreram um ligeiro acréscimo de 8,63%, que não teve grande reflexo face ao seu peso relativo no passivo, passando a apresentar o valor de 160 mil euros.

Dividas a terceiros	2016		2017	
	Valor	%	Valor	%
Empréstimos m/l prazo	397.978,49	50,02	270.847,79	42,91
Fundo de Apoio Municipal	250.098,80	31,44	200.078,80	31,70
Adiantamento por conta de vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores c/c	102.958,85	12,94	73.020,63	11,57
Fornec. c/ Faturas em conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Imobilizado c/c	740,29	0,09	53.993,43	8,55
Estado e Outros Entes Públicos	26.138,13	3,29	22.269,89	3,53
Outros Credores	17.305,16	2,18	10.389,37	1,65
Cauções de Clientes	354,45	0,04	554,45	0,09
TOTAL	795.574,17	100,00	631.154,36	100,00

B. Dias
P. B. *A.* *CP*



As "Dívidas a Terceiros", atingiram o valor global de € 631.154,36, representando um decréscimo, face ao ano transato, em cerca de 164 mil euros (-20,67%), reflexo da redução de valor das contas com maior peso nesta classe do passivo, por via da amortização dos empréstimos de médio e longo prazos e da amortização anual, no montante total de 50 mil euros, da dívida ao Fundo de Apoio Municipal (FAM). A conta "Empréstimos de Médio e Longo Prazos", que representa cerca de 42,91% do total das dívidas do município, sofreu uma redução em cerca de 127 mil euros, passando a registar o valor de 271 mil euros enquanto o FAM, com um peso de 31,70%, passou a registar o valor de 200 mil euros. Os "Fornecedores Conta Corrente", com um peso de 11,57% das dívidas a terceiros sofreram um decréscimo de 29,08%, passando a apresentar o valor de 73 mil euros. Contrariamente, a conta "Fornecedores de Imobilizado", com um peso de 8,55% das dívidas a terceiros sofreram o maior acréscimo (7193,55%), passando a apresentar o valor de 54 mil euros. O "Estado e Outros Entes Públicos" e os "Outros Credores" sofreram decréscimos de valores que se traduziram, face ao seu peso neste tipo de dívidas numa redução de dívida em cerca de 11 mil euros, registando assim os valores de 22 mil euros e 10 mil euros, respetivamente. A conta "Cauções de Clientes", registou um acréscimo de 56,43%, mas face ao seu peso nas dívidas a terceiros (0,09%), não teve impacto no aumento da dívida.



6. APURAMENTO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES

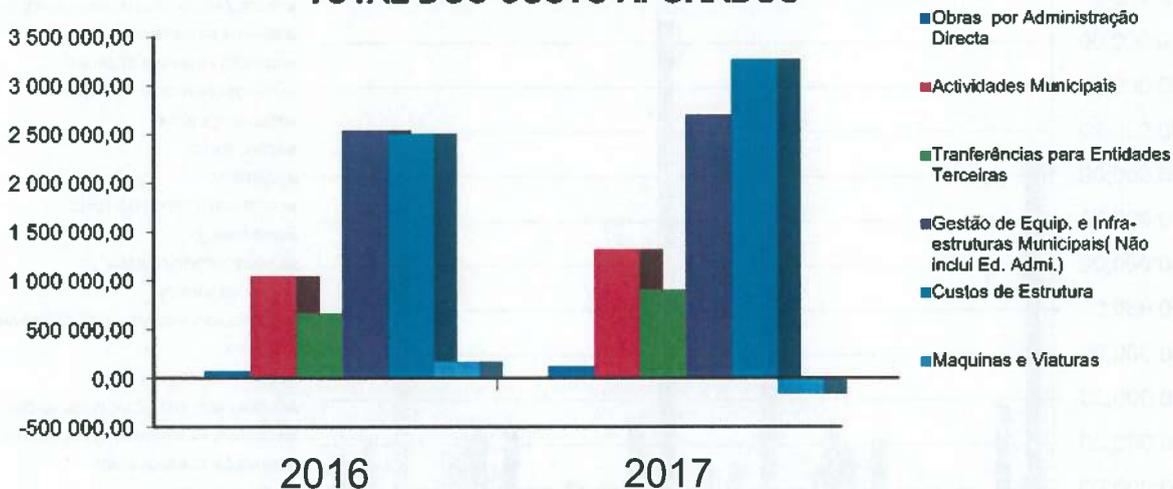
O sistema de Contabilidade de Custos encontra-se implementado no Município desde 2010. Este processo, bastante complexo e rigoroso, para o qual são indispensáveis o empenho e a colaboração de todos os colaboradores do Município, é objeto de um processo de melhoria contínua, por forma a atingir os seus objetivos. No ano de 2017 foi possível apurar os resultados que a seguir se apresentam.

TOTAL DOS CUSTO APURADOS

Contabilidade de Custos	2016	2017
Custos Diretos a Bens	71.689,64	120.989,51
Custos Diretos a Atividades	6.928.680,66	8.044.287,30
Custos Diretos a Funções	0,00	0,00
Custos por Funções	7.000.370,30	8.165.276,81

Grupos	Designação dos Grupos	2016	2017
91	Obras por Administração Direta	71.689,64	120.989,51
92	Atividades Municipais	1.046.156,95	1.320.875,01
93	Transferências para Entidades Terceiras	665.860,52	908.799,18
94	Gestão de Equip. e Infraestruturas Municipais (Não inclui Ed. Admin.)	2.541.140,79	2.704.533,25
95	Custos de Estrutura	2.506.679,72	3.274.200,52
99	Máquinas e Viaturas	168.842,68	-164.120,66
TOTAL		7.000.370,30	8.165.276,81

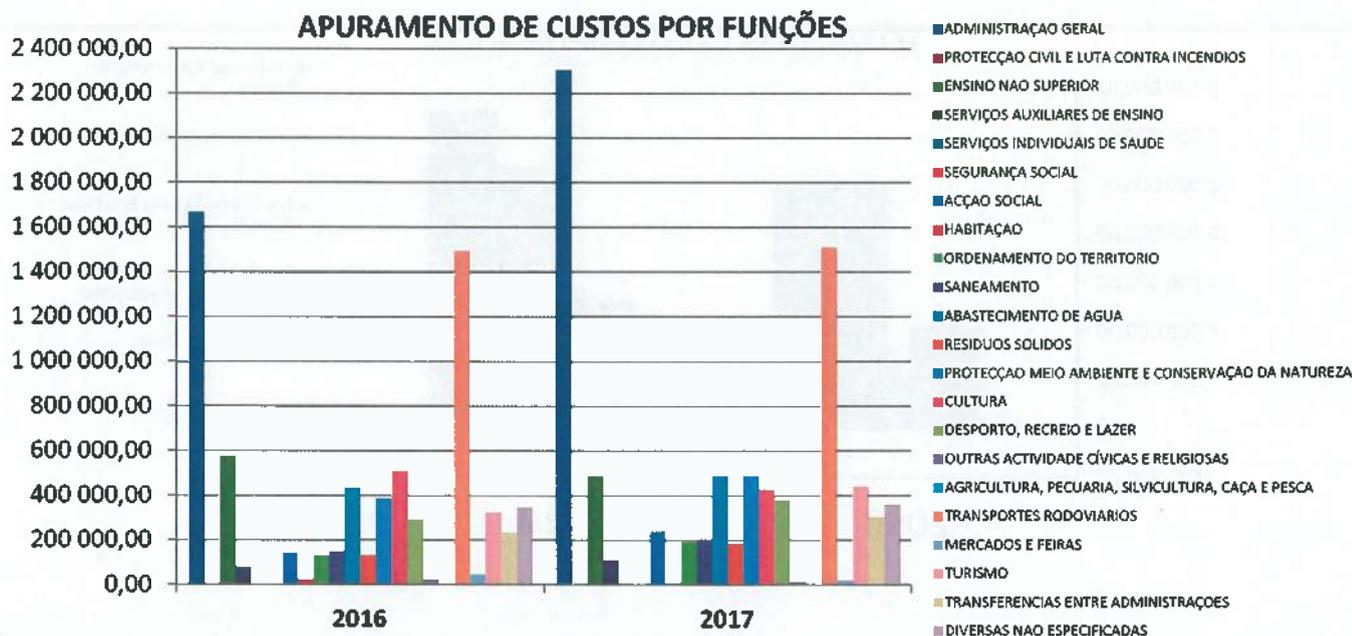
TOTAL DOS CUSTO APURADOS





APURAMENTO DE CUSTOS POR FUNÇÕES

Função	Designação da Função	2016	2017
111	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.667.340,37	2.304.017,28
121	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCENDIOS	6.222,86	3.626,36
211	ENSINO NAO SUPERIOR	576.006,72	490.936,61
212	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	80.794,14	109.417,46
213	ENSINO SUPERIOR	3.520,00	1.000,00
221	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAUDE	0,00	0,00
231	SEGURANÇA SOCIAL	0,00	0,00
232	ACÇÃO SOCIAL	142.512,56	239.298,04
241	HABITAÇÃO	23.440,21	6.720,58
242	ORDENAMENTO DO TERRITORIO	129.241,11	194.118,23
243	SANEAMENTO	150.056,26	205.803,05
244	ABASTECIMENTO DE AGUA	436.805,87	487.747,42
245	RESIDUOS SOLIDOS	130.225,81	183.678,36
246	PROTECÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	385.307,41	487.920,23
251	CULTURA	510.628,34	428.423,13
252	DESPORTO, RECREIO E LAZER	293.317,29	378.528,84
253	OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	23.388,63	12.216,34
310	AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	488,64	0,00
331	TRANSPORTES RODOVIARIOS	1.492.852,48	1.511.112,05
341	MERCADOS E FEIRAS	44.603,90	19.537,53
342	TURISMO	323.580,24	439.538,89
343	COMERCIO	1.921,86	66,26
420	TRANSFERENCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	232.243,88	303.132,04
430	DIVERSAS NAO ESPECIFICADAS	345.871,72	358.438,11
	TOTAL	7.000.370,30	8.165.276,81





7. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Conforme se observa no quadro abaixo, o valor do Endividamento Líquido resultante da contratação de empréstimos sofreu, em 2017, uma redução de € 127.130,70 resultante da amortização de capital dos empréstimos.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA	2016	2017
1. Capital em Dívida a 1 de janeiro	524 720,10	397.978,49
2. Receitas provenientes de Empréstimos	0	0
3. Amortização da Capital	126 741,61	127.130,70
4. Capital em Dívida a 31 dezembro (1+2-3)	397 978,49	270.847,79
5. Endividamento Líquido (4-1)	-126 741,61	-127.130,70

Com a publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, foram definidas novas regras para o endividamento municipal. O município estava sujeito, durante o ano de 2017, aos seguintes limites:

- “Os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito. Os empréstimos a médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos ou ainda para proceder de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal. As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80 % da amortização média de empréstimos”; e
- “A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Sempre que um município:
 - a) Não cumpra o limite previsto para a dívida total, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido;
 - b) Cumpra o limite previsto para a dívida total, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.”



De acordo com os dados reportados à DGAL, o limite da dívida total para 2017 do município de Vila Velha de Ródão foi de € 9.987.418.

Assim, o município de Vila Velha de Ródão apresenta a seguinte situação face ao endividamento:

*Valores indicados pela DGAL **Valor Registados no SIAL (4.º Trimestre 2017)

Limite Dívida Total* (Art.º 52.º da Lei 73/2013)	Dívida do Município em 31/12/2017	Dívida das entidades relevantes para Dívida Total do Município**	Dívida Total do Município em 31/12/2016	Margem disponível	Limite da margem (20% /ano)
9.987.418	399.790,22	10.605,21	410.395,43	9.577.022,22	1.915.404,44

De acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos, para além da dívida total de operações orçamentais do município, a dívida total das seguintes entidades: os serviços municipalizados e intermunicipalizados; as entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento; as empresas locais e participadas proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas; as cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município e as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

O valor da dívida total do município apurado teve em consideração, relativamente às entidades que integram o conceito de dívida total do município relevantes para Dívida Total deste, os dados registados no SIAL, relativos ao quarto trimestre de 2017, em virtude de ainda não terem sido fornecidos os dados referentes à prestação de contas dessas entidades, pelo que o valor apurado não reflete os dados definitivos de apuramento do final de exercício de 2017.



8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido apurado em 2017 foi de € 299.267,52. Nos termos do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, seja distribuído da seguinte forma:

- Resultados transitados€ 299.267,52;
- Reservas legais€ 149.633,76;
- Património.....€ 149.633,76.